



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

IRLLAS EVELLINE DE CARVALHO SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO: UM ESTUDO EM LOCALIDADES POUCO
DESENVOLVIDAS**

**SÃO CRISTÓVÃO, SE
2022**

IRLLAS EVELLINE DE CARVALHO SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO: UM ESTUDO EM LOCALIDADES POUCO
DESENVOLVIDAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Glessia Silva de Lima

**SÃO CRISTÓVÃO, SE
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S237p Santos, Irlas Evelline de Carvalho
Políticas públicas de inovação : um estudo em localidades pouco desenvolvidas / Irlas Evelline de Carvalho Santos ; orientadora Glessia Silva de Lima. – São Cristóvão, SE, 2022.
104 f. : il.

Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, 2022.

1. Administração - Inovação - Sergipe. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Desenvolvimento social. 4. Política pública. I. Lima, Glessia Silva de, orient. II. Título.

CDU 658:005.342(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Ata de Defesa de Dissertação

Mestranda: Irlas Evelline de Carvalho Santos

Título da dissertação: Políticas Públicas de Inovação: um estudo em localidades pouco desenvolvidas

Data da defesa: 29/08/2022, às 9 horas

Examinadores

- Prof.^a Dra. Glessia Silva de Lima (Presidente - Orientadora)
- Prof.^a Dra. Florence Cavalcanti Heber Pedreira de Freitas (Examinadora Interna)
- Prof. Dr. Silvio Bitencourt da Silva (Examinador Externo ao Programa)

Parecer: Depois de avaliarmos a dissertação e realizados os ritos acadêmicos da defesa, em que a candidata apresentou em sessão pública seu trabalho de pesquisa e respondeu aos nossos questionamentos, atribuímos, em sessão privada, o seguinte conceito:

Aprovada
 Reprovada

Prof.^a Dra. Glessia Silva de Lima - UFS
(Presidente - Orientadora)

Participação à distância por videoconferência

Prof.^a Dra. Florence Cavalcanti Heber Pedreira de Freitas - UFS
(Examinadora Interna)

Participação à distância por videoconferência

**SILVIO BITENCOURT DA
SILVA**

52891087966
LCT: 00000000000000000000000000000000

Prof. Dr. Silvio Bitencourt da Silva - UNISINOS
(Examinador Externo ao Programa)

Participação à distância por videoconferência

Irlas Evelline de Carvalho Santos
(Discente)

Participação à distância por videoconferência

Dedico este trabalho, indubitavelmente, ao meu
GU.

"Cuidado com seus pensamentos, pois eles se tornam palavras. Cuidado com suas palavras, pois elas se tornam ações. Observe suas ações, pois elas se tornam hábitos. Observe seus hábitos, pois eles formam seu caráter. E observe seu caráter, pois ele se torna seu destino! Em que pensamos nos tornamos". (Margaret Thatcher)

"Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".
(Conf. Art. 3º, inciso III da Constituição Federal do Brasil).

AGRADECIMENTOS

“A gratidão é a memória do coração” (Antístenes - 444-365 a.C). Considero esta, a parte principal do trabalho, pois a gratidão é demasiada estimada por mim, pois ela nasce do sentimento de reconhecimento.

Agradeço em primeiro lugar, aos meus pais: Rosana e Raimundo, pela presença constante, dedicação e ensinamentos aos filhos e netos, inundados de amor e respeito. Ao meu irmão Denisson, que me presenteou com dois lindos sobrinhos (Lucas e Davi) e incontáveis diálogos recheados de conhecimento sobre todos os temas imagináveis desde sempre.

Ao meu filho Marcelinho (Gu), amor da minha vida, orgulho das nossas vidas, maduro e responsável, que cresceu entendendo o valor da educação e dos estudos, o meu coração fora de mim. Amo mais do que cabe. Tudo por você e para você sempre.

Às minhas priminhas, Elaine, Gabi e Luana. Em extensão a José Pereira Neto (vulgo Marcelo) e Alex (pessoa que me inspira a estudar).

Às minhas avós, dedicadas à docência: Vó Terezinha, vovó Rosalva (*In Memoriam*) e ao meu vovô Raimundo.

Aos colegas de trabalho, transformados em amigos na Secretaria de Estado da Saúde.

Às minhas joias, Camile Virgínia e Gabriele Leal: amigas, OUVINTES e confidentes, por tantos gestos de amizade e apoio. Aos amigos mais duradouros: Admilson Cassimiro, Michele Wendling (fonte de inspiração acadêmica) e Thiago Demétrius, por mais de 30 anos de amizade.

À Universidade Federal de Sergipe, aos funcionários, professores e todos os que fazem parte desta respeitável instituição que nos acolheu (Turma: 1/2020).

Aos colegas do Mestrado, em especial, aos amigos Allef e Juliana pela generosidade em dividir essa experiência, pelos incontáveis ensinamentos e conselhos que muito facilitaram a realização deste trabalho ao dividir materiais de estudos, risadas, conhecimentos, amizade e aflições (não necessariamente nessa ordem).

Aos entrevistados, que dedicaram um tempo precioso de suas agendas e interromperam suas atividades, prestando informações tão valiosas e indispensáveis à elaboração deste trabalho.

Agradeço aos professores, membros da banca examinadora pelas sugestões e direcionamentos que orientaram este trabalho e por gentilmente aceitarem compor a banca de defesa desta dissertação, com criteriosa avaliação e preciosas contribuições.

Agradeço especialmente à minha orientadora Dr.^a Glessia, pelo incentivo, presença constante, paciência, orientação competente, conversas tranquilizadoras, pelas inúmeras oportunidades de aprendizado que me concedeu, por me acolher de braços abertos, além de compreender minhas inseguranças e anseios: “Se enxerguei mais longe, foi porque estava sobre os ombros de gigantes.” (Isaac Newton).

Ao meu chefe AMIGO, Davi Rogério, que sempre acreditou mais em mim do que eu mesma e pelas infinitas vezes que me mostrou isso. Obrigada pela compreensão, amizade, apoio, por ser um entusiasta do conhecimento e pelas vezes que pude contar com seu “SIM” em prontidão para tudo que sempre precisei. O agradecimento é extensivo à Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe, do qual me orgulho em ser funcionária.

Enfim, agradeço a mim e a minha teimosia que nunca me deixa desistir. Nessa trajetória, parafraseando John F. Kennedy: Quanto mais aumenta nosso conhecimento, mais evidente fica nossa ignorância. Encerro esta etapa da minha vida com a certeza de que sou um ser humano em construção, ainda não sou o que deveria ser, mas não sou o que era antes.

Este trabalho possui doses cavaleares do meu amor pelas letras que só aumenta desde a primeira graduação (Letras-Português) e perdurou por várias pós-graduações, mais uma graduação (Contabilidade) e agora o Mestrado. “De tudo que se escreve, apreciar somente o que é escrito com sangue. Escreve com sangue e aprenderás que sangue é espírito! Não é fácil compreender o sangue alheio: desprezo quem lê por desfastio” (Assim falou Zaratustra, Nietzsche).

O meu agradecimento vai em forma de homenagem a esses anjos, em forma de pessoas, que tornam os meus dias mais interessantes e felizes. Aos tantos outros, que estão em meu coração e contribuíram de forma um pouco mais distante. Muito obrigada a todos, que torceram e por me emprestarem os ouvidos e o coração nessa jornada árdua. Obrigada é pouco, o que sinto não tem nome. E tenho dito. Com amor e eterna gratidão. *Amor Fati*.

Irllas Evelline

“E sem saber que era impossível, ele foi lá e fez” (Jean Cocteau).

RESUMO

O Brasil vem enfrentando diversidades econômicas e sociais durante as últimas décadas. Dessa forma, oportunidades precisam ser criadas e desafios superados para que o desenvolvimento prospere e a sociedade se desenvolva. As políticas públicas ganham destaque por suas ações se transformarem em métodos de incentivo, quando com sucesso atingem a satisfação das suas ações, proporcionando êxito para a sociedade em inovação, tecnologia e desenvolvimento das localidades estudadas. O objetivo dessa dissertação é analisar a adequação das políticas públicas de inovação para o contexto de localidades pouco desenvolvidas no estado de Sergipe. O estado de Sergipe foi escolhido por ser a menor unidade federativa do país e apresentar índices de desenvolvimento baixos e algumas vezes oscilantes. Para isto, a análise das políticas públicas foi resgatada e o entendimento por meio da análise dessas políticas foram desenvolvidos. A questão de pesquisa que orientou esta dissertação é: As políticas públicas de inovação são adequadas ao contexto de localidades pouco desenvolvidas? Para tanto, os seguintes objetivos específicos foram traçados: (1) analisar as políticas de inovação; (2) identificar o propósito de desenvolvimento por trás das políticas; e (3) entender o contexto local de desenvolvimento. Com base na fundamentação teórica, foram criadas categorias de análise para caracterizar o estudo. Esta pesquisa possuiu natureza qualitativa de caráter descritivo e como método de pesquisa foi abordado um estudo documental com entrevistas e a técnica utilizada foi a análise de conteúdo de Bardin (1977). Os dados foram coletados por meio de um processo de pesquisa aos sítios das organizações em busca das políticas e suas ações específicas em políticas públicas de inovação. Conclui-se que as políticas públicas de inovação não são adequadas ao contexto de localidades pouco desenvolvidas por não prestarem atenção às necessidades da população e ao contexto local. Muitas vezes, essas políticas não são eficazes e conseqüentemente acabam não atingindo grande parte dos indivíduos, por não possuir dinamismo e articulação durante a implantação e o amadurecimento, algo necessário para a o bom desenvolvimento das políticas públicas em inovação.

Palavras-chave: Política Pública. Inovação. Desenvolvimento. Localidade.

ABSTRACT

Brazil has been facing economic and social diversities during the last decades. In this way, opportunities need to be created and challenges overcome for development to thrive and society to develop. Brazil has been facing economic and social diversities during the last decades. In this way, opportunities need to be created and challenges overcome for development to thrive and society to develop. Public policies gain prominence for their actions become incentive methods, when they successfully achieve the satisfaction of their actions, providing success for society in innovation, technology and development of the studied localities. The objective of this dissertation is to analyze the adequacy of public innovation policies for the context of underdeveloped localities in the state of Sergipe. The state of Sergipe was chosen because it is the smallest federative unit in the country and has low and sometimes oscillating development rates. For this, the analysis of public policies was rescued and the understanding through the analysis of these policies was developed. The research question that guided this dissertation is: Are public innovation policies appropriate to the context of underdeveloped localities? To this do so, the following specific objectives have been: (1) analyse innovation policies; (2) identify the development purpose behind the policies; and (3) understand the local context of development. Based on the theoretical foundation, categories of analysis were created to characterize the study. This research had a qualitative nature of descriptive character and as a research method was approached a documentary study with interviews and the technique used was the content analysis of Bardin (1977). Data were collected through a search process to the sites of organizations in search of policies and their specific actions in public innovation policies. It is concluded that public innovation policies are not adequate to the context of poorly developed localities because they do not pay attention to the needs of the population and the local context. Often these policies are not effective and consequently end up not reaching most individuals, because they do not have dynamism and articulation during implementation and maturation, something necessary for the proper development of public policies in innovation.

Keywords: Public Policy. Innovation. Development. Locality.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos da Teoria Econômica Evolutiva e Neoclássica	25
Quadro 2 - Modelo Encadeado.....	28
Quadro 3 - Categorias analíticas e elementos de análise.....	46
Quadro 4 - Organização da Análise de Conteúdo	47
Quadro 5 - Principais regras para escolha de documentos	48
Quadro 6 - Análise Comparativa das Políticas Encontradas.....	51
Quadro 7 - Análise dos Propósitos de Desenvolvimento	55
Quadro 8 - Progresso de Desenvolvimento por Escala de Cores de acordo com a ODS	67
Quadro 9 - Indicadores Abrigo e Qualidade Ambiental	68
Quadro 10 - Formulário de Apresentação do Estado	90
Quadro 11 - Formulário de Classificação de Análise das Políticas.....	91
Quadro 12 - Formulário de Classificação dos Propósitos de Desenvolvimento.....	92
Quadro 13 - Formulário de Classificação de Contexto Local de Desenvolvimento	93
Quadro 14 - IDEB - Resultados e Metas	99
Quadro 15 - Progresso de Desenvolvimento por escala de cores de acordo com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.....	102

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquematização da pesquisa	21
Figura 2 - Teorias abordadas por Nelson (2008).....	25
Figura 3 - Processo de <i>Technology-Push</i>	26
Figura 4 - Processo de <i>Market-Pull</i>	26
Figura 5 - Modelo Linear	27
Figura 6 -Índice de Progresso Social	38
Figura 7 -Resumo da Metodologia de Pesquisa	41
Figura 8 - Síntese dos Achados da Pesquisa	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de Municípios com Esgotamento Sanitário Adequado.....	60
Gráfico 2 – Matrículas na Educação Superior Brasil 2008 - 2018	62
Gráfico 3 - <i>Ranking</i> do IDMH em Educação 2010.....	64
Gráfico 4 - Percentual de Esgotamento Sanitário Adequado	98

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	JUSTIFICATIVA.....	16
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	20
1.3	OBJETIVOS DA PESQUISA	20
1.4	OBJETIVO GERAL.....	20
1.4.1	Objetivos Específicos	20
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS EM INOVAÇÃO	28
2.3	INOVAÇÃO E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO	34
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
3.1	QUESTÕES NORTEADORAS	41
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	42
3.3	MÉTODO DE PESQUISA.....	43
3.4	FONTES DE EVIDÊNCIAS	44
3.5	CATEGORIAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE.....	45
3.6	ANÁLISE DOS DOCUMENTOS	47
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	49
4.1	ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INOVAÇÃO	49
4.2	PROPÓSITO DE DESENVOLVIMENTO POR TRÁS DAS POLÍTICAS	53
4.2.1	Políticas levantadas	54
4.2.2	Análise das entrevistas	55
4.3	CONTEXTO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO	59
5	DISCUSSÃO	70
6	CONCLUSÃO	77
	REFERÊNCIAS	81
	APÊNDICE 1 – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO 1	90
	APÊNDICE 2 – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO 2	91
	APÊNDICE 3 – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO 3	92
	APÊNDICE 4 – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO 4	93
	APÊNDICE 5 – ROTEIRO DE PERGUNTAS AOS ENTREVISTADOS	94
	APÊNDICE 6 – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	96
	APÊNDICE 7 – ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DE SERGIPE ..	98

APÊNDICE 8 – IDEB – RESULTADOS E METAS.....	99
APÊNDICE 9 – PROGRESSO DE DESENVOLVIMENTO POR ESCALA DE CORES DE ACORDO COM A ODS DOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS	102

1 INTRODUÇÃO

A inovação sempre esteve ligada ao processo de desenvolvimento das sociedades. Para Ruttan (1959) a sequência “invenção, inovação e mudança tecnológica” é potencialmente lógica. Para ele a invenção antecede a inovação, que antecede a mudança tecnológica. Contudo, “a inovação é capaz de envolver uma extensa gama de diferentes tipos de mudanças, dependendo dos recursos, capacidades, estratégias e requisitos da organização” (BAREGHEH; ROWLEY; SAMBROOK, 2009, p. 1324).

A definição de um conceito para o termo “inovação” de acordo com Ruttan (1959), não foi o interesse principal de Schumpeter, mas sim: “descobrir o efeito das variações na taxa de mudanças tecnológicas e organizacionais sobre o ambiente, crescimento econômico e desenvolvimento” (RUTTAN, 1959, p. 606). Para Ruttan (1959), a teoria de Usher (1954), também era atraente por aliar a inovação a habilidades do indivíduo em manipular outros elementos somados a níveis de percepção e pensamento com atos de intuição no surgimento de coisas novas. Para Ruttan (1959), os pensamentos de Schumpeter (1939) e Usher (1954) se completavam: o primeiro estava centrado nas consequências das inovações e o segundo preocupava-se com as origens.

Sobre invenções e inovações “uma é a conquista em si, a segunda é a extensão em que ela é valorizada ou passa a ter impacto em nossa sociedade” (TETHER, 2003, p. 6). De acordo com Tether (2003), a inovação é importante para a competitividade. É através da competitividade que se acelera o desenvolvimento (CASTELLACCI, 2008) e torna aspectos como desempenho, especialização e competição intrínsecos ao desenvolvimento (PACHECO; ALMEIDA, 2013).

No entanto, para que a inovação de fato promova desenvolvimento é preciso manter políticas e processos de inovação claros e voltados aos anseios da sociedade. Embora governos desempenhem papéis favoráveis ao avanço da ciência e das pesquisas, de acordo com Amankwah-Amoah (2016), por vezes esse mesmo governo pode se tornar um retrocesso no desenvolvimento dessa sociedade “gerando desigualdades que não são determinadas apenas pelas leis econômicas, mas sim uma questão de política e políticas” (STIGLITZ, 2016, p. 66).

Durante a crise de 2008 nos Estados Unidos, por exemplo, políticas desvantajosas (fraca governança) e contradições como a desregulamentação do mercado financeiro quase desencadearam num desastre econômico, aliado ao uso exagerado da tecnologia de informação e comunicação (LUNDVALL, 2017). Segundo Lundvall (2017), a injeção de novas tecnologias

quando existe, por exemplo, alto nível de desigualdade, pode ter implicações capazes de envolver grandes riscos e implicações inaceitáveis para a sociedade. A capacidade de ser sensível à determinada tecnologia explica o fato de que muitas podem ser fomentadas ou dificultadas por lugares com desenvolvimentos e crenças sociais e prosperam em algumas partes do mundo, ao invés de outras (ARCHIBUGI, 2017).

Cassiolato e Lastres (2005) corroboram com a ideia onde a insciência no processo de inovação e nas políticas em países desenvolvidos, apresentam-se algumas vezes confusas e desta forma terminam por serem impedidas de avançar no tocante à sociedade e economia. Segundo os autores alguns países atingiram o êxito fazendo o bom uso das oportunidades referentes ao processo de transformação e inovação e desta forma obtiveram um bom resultado mesmo após algumas dificuldades, também ligadas ao processo de transformação e da economia (CASSIOLATO; LASTRES, 2005).

Sendo assim, as políticas de inovação transformaram-se em uma necessidade todas as agendas públicas. De acordo com Wanzenböck e Frenken (2020), mesmo havendo uma proliferação de desafios, as políticas de inovação experimentaram falhas tanto no mercado econômico quanto, principalmente, em desafios sociais. Segundo Deleidi e Mazzucato (2021), ao longo dos anos a eficiência das políticas públicas tem sido questionada.

Há um modelo deficitário, na qual há pouca capacidade de lidar com grandes desafios humanos e manter a estabilidade econômica, pois essas políticas acabam por não conseguir voltar-se suficientemente para esses desafios (PFOTENHAUER; JUHL; AARDEN, 2019). E a literatura que trata de políticas de inovação ainda carece de maior desenvolvimento quanto aos aspectos humanos e sociais (JANSSEN *et al.* 2021; HADDAD *et al.* 2022; FERRANNINI *et al.* 2021). Lacuna essa a ser explorada nesta pesquisa.

Como desafio, Sen (2010) analisa as “oportunidades sociais” como algo que a sociedade lança mão em áreas como saúde, educação, no qual fornece condições para o indivíduo viver melhor e que ainda precisa avançar bastante no tocante ao desenvolvimento das capacidades humanas. As políticas de inovação são consideradas segundo Zehavi e Breznitz (2017), instrumentos essenciais para o crescimento econômico, possuindo como tarefa meios de estabelecer formas de tratamento mais justas. No entanto, segundo os autores, a maneira como são formuladas acaba gerando certa desigualdade econômica e social.

Para Stiglitz (2013) o problema também está nos seus objetivos, suas metas de alcance a determinado público e na maneira como as políticas públicas são postas em prática, aspectos esses que podem garantir o sucesso ou fracasso dessas políticas. Dessa forma, o pensamento sobre desenvolvimento não deve limitar-se a aspectos como Produto Interno Bruto (PIB),

industrialização e avanços tecnológicos (SEN, 2010). Aspectos como boa governança aliada ao sucesso e eficiência das políticas públicas (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017) condicionam para um melhor bem-estar social e conseqüentemente um desenvolvimento mais igualitário para os cidadãos.

Dessa maneira, Sen (2010), em sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”, apresenta que a privação de uma liberdade acarretará numa série de conseqüências de liberdade básica para sobrevivência como, por exemplo: “fomes coletivas, subnutrição, pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada” (SEN, 2010, p. 29).

Sendo assim, embora os estudos sobre políticas de inovação tenham avançado significativamente nos últimos anos, ainda é necessário avançar também sobre o quanto as políticas de inovação são adequadas (SILVA; DI SERIO; BEZERRA, 2019). A falta de políticas de inovações adequadas ao desenvolvimento é uma realidade em muitos países e, principalmente em países e localidades pouco desenvolvidas, acaba minando suas perspectivas de desenvolvimento e reforçando o cenário de desigualdade (HEIDEMANN; SALM, 2009).

Sobre o Brasil, de acordo com Albuquerque *et al.* (2017), um dos motivos que acarretam a desigualdade de desenvolvimento econômico no território brasileiro são as heranças históricas da conformidade política e econômica que o Brasil possui. Nesse sentido, de acordo com Mandú *et al.* (2020), e segundo FGV Social (2018), o Brasil vem apresentando nos últimos anos elevada instabilidade econômica e social.

No âmbito nacional, Sergipe como a menor unidade federativa apresentou um dos piores resultados no *Ranking* de Indicadores dos Estados Brasileiros nos últimos anos. Ainda nos estudos de Mandú *et al.* (2020), o Estado ocupava a 26ª posição no *Ranking* de Indicadores dos Estados Brasileiros, ficando então em penúltima colocação dentre os 27 Estados. Essa colocação acaba por indicar uma fragilidade na qual é possível perceber que Sergipe possui alta vulnerabilidade social, segundo dados do Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros (IPEA, 2015).

Não tão distante, Sergipe em 2010, segundo dados do IPEA (2015) apresentou dados satisfatórios, mesmo o Brasil apresentando alto Índice de Vulnerabilidade Social (IPEA, 2015), o estado de Sergipe apresentou um crescimento significativo. Porém, alguns anos depois segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) o Estado volta a cair em dados e seus indicadores apresentam resultados alarmantes.

Nesse sentido, esta pesquisa explora duas lacunas, uma pautada na necessidade de desenvolvimento quanto aos aspectos humanos e sociais nos estudos que tratam de política de inovação (ARCHIBUGI, 2017; SEN, 2010; STIGLITZ, 2016; JANSSEN *et al.* 2021;

DIERCKS *et al.* 2019); e outra pautada na necessidade de desenvolvimento da literatura que trata de adequação das políticas de inovação (SEN, 2010; JANSSEN *et al.*, 2021; HADDAD *et al.* 2022; KUHLMANN; RIP, 2018).

A compreensão do contexto apresentado neste trabalho no que se refere às políticas de inovação pode, portanto, auxiliar a avançar na discussão de aspectos humanos e sociais e adequação de políticas de inovação e pode ser expandida a outros contextos de países e localidades menos desenvolvidos.

Concepções de pobreza foram desenvolvidas ao longo do Século XX e é algo extremamente complexo, pois envolve aspectos econômicos e não econômicos em sua análise (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Optou-se por utilizar neste estudo o termo “pouco desenvolvida”, porque apesar da literatura ainda ser emergente tem-se observado que o desenvolvimento estudado por Sen (2010) seria a melhor forma de explorar a realidade na localidade analisada. Mas vale ressaltar que existem outras formas observadas na literatura como: privação de capacidades básicas, pobreza, enfoque de sobrevivência, concepção de necessidades básicas, privação ou pobreza relativa, pobreza como juízo de valor, pobreza relativa absoluta, sobrevivência, entre outros (CRESPO; GUROVITZ, 2002; NARAYAN, 2000; SEN, 2010). De certo que existem outras formas de achados, porém nessa pesquisa se utilizou o termo pouco desenvolvidas para abarcar a realidade brasileira lançando mão do termo acentuado por Sen (2010). Importantes organizações também corroboram com a utilização do termo para formas de classificações. Por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) classifica a nação em três grupos: economia desenvolvida, em transição e em desenvolvimento. Outro exemplo: o Fundo Monetário Internacional (FMI) utiliza dois grandes blocos como economias avançadas e em desenvolvimento.

Dessa forma, diante do que foi exposto este trabalho busca contribuir para o engrandecimento da teoria e compreender a adequação das políticas públicas de inovação no contexto de localidades pouco desenvolvidas nos municípios de Sergipe. Assim, a partir desses pressupostos com base nas políticas públicas de inovação, pretende-se agregar para um melhor entendimento das políticas de inovação em contextos pouco desenvolvidos e aos formuladores de políticas ao elaborarem políticas de inovação mais alinhadas às necessidades locais.

1.1 JUSTIFICATIVA

O fato de o Estado existir é suficiente para fomentar uma discussão econômica sobre a realidade de localidades pouco desenvolvidas que anseiam por inovações. Devido à importância crescente da inovação, as políticas públicas tornam-se indispensáveis, pois a sociedade ainda não é capaz de enfrentar sozinho elementos individuais ou até mesmo coletivos que promovam grandes mudanças sociais (PFOTENHAUER; JUHL; AARDEN, 2019).

Mesmo com o papel da política pública de se fortalecer em situações em que o mercado falha e tentativas de sanar essas “falhas de mercado”, Costa (2016) expõe que essas intervenções por parte do estado podem levar, às vezes, a uma ineficiente alocação de recursos promovendo resultados imperfeitos na atividade econômica. Costa (2016) e Fagerberg (2018) corroboram que “falhas de mercado é inadequado para orientar a política pública, dado que elas são fruto do próprio mecanismo de funcionamento dos mercados e não de suas imperfeições” (COSTA, 2016, p. 303).

De acordo com Mazzucato (2014), políticas contemporâneas precisam ser adicionadas a um papel social, no qual torna-se insuficiente tentar apenas corrigir as falhas, continuar subestimando o papel do Estado e fazer uma redistribuição de riqueza, é mais que isso, precisamos reconhecer “que as inovações podem ter também resultados negativos e podem até exacerbar os desafios sociais, em vez de contribuir para enfrentá-los (DIERCKS; LARSEN; STEWARD, 2019, p. 882).

É preciso deixar de visualizar de maneira ortodoxa a perspectiva das “falhas de mercado” (COSTA, 2016) e passar a identificar que existem problemas essenciais para a humanidade (STIGLITZ, 2016; DEATON, 2017), pois o desenvolvimento econômico pode estar longe de ter métricas eficazes, mas o desenvolvimento social pode ser realmente muito eficaz no progresso contra o aumento da desigualdade e mazelas sociais (SEN, 2010, p. 281).

A noção de desenvolvimento, inovação e políticas públicas de inovação estão igualmente longe de serem compreendidas de maneira uniforme e com isso percebe-se que mesmo havendo avanços, como a introdução de políticas públicas de inovação, precisa haver passos maiores, como a maior aplicabilidade dessas políticas públicas.

É preciso pôr ênfase na maneira como o estado tem buscado meios de estimular essa inovação para entender melhor as condições de cada região. Por exemplo, em sua pesquisa, Sarfati (2013) concluiu ao estudar o desenvolvimento econômico e políticas públicas, que os casos estudados como o Brasil, o Canadá, o Chile e Irlanda “possuem escolhas de política pública compatíveis com seus os estágios de inovação de desenvolvimento econômico” (SARFATI, 2013). Nesse sentido, Wanzenbock e Frenken (2020) considera que as políticas de inovação têm se tornado centrais nas agendas políticas.

Sendo assim, as políticas de inovação são importantes para todo e qualquer país, em diferentes localidades. De acordo com dados do *Ranking* Mundial de Competitividade, o Brasil encontra-se numa realidade na qual vem ao logo dos anos oscilando em posições.

Fazendo um comparativo sobre o Brasil e sua posição nos últimos anos no *Ranking* Competitividade e de Inovação Mundial, o País apresentou resultados tímidos em competitividade ocupando em 2017 a 52ª posição, em 2018 a 58ª posição com um declínio de seis posições, perdendo mais uma em 2019 garantindo a 59ª e por fim em 2020 com um leve crescimento de 3 posições ocupa o 56º lugar no *Ranking* (World Competitiveness, 2020). De acordo com dados do Portal da Indústria (2020), o *Ranking* de Inovação Mundial que divulga o Índice Global de Inovação (IGI) apresentou o Brasil em 2017 no qual o país estava em 69º lugar, em 2018 alcançou o 64º lugar, caindo duas posições em 2019 passando a ocupar a 66º lugar e subiu quatro posições no ano posterior conquistando o 62º lugar em 2020. Com esta oscilação de posições é possível avaliar que o Brasil possui uma economia em oscilação (SILVA; DI SERIO; BEZERRA, 2019).

Por meio dessa análise é possível perceber que o Brasil é um país economicamente peculiar para se realizar o estudo sobre políticas públicas de inovação, pois vem perdendo posições nos *rankings* de indicadores socioeconômicos ao longo dos anos, aumentando os índices de pobreza e gerando uma maior desigualdade para o país (IBGE, 2020). Esse período de rápido crescimento e de declínio também é possível enxergar no Estado de Sergipe. O estudo abordará como foco o Estado de Sergipe que na relação do *Ranking* de Competitividade dos Estados Brasileiros apresenta a seguinte colocação: no ano de 2017 dos vinte e seis Estados e um Distrito Federal, Sergipe encontrava-se em 27º, exatamente em último lugar. Passado um ano, uma discreta evolução surgiu e em 2018 ocupou a 25ª posição, em 2019, mais um avanço, desta vez um acréscimo de três posições no *Ranking* conquistando o 22º lugar, permanecendo nesta mesma posição no ano de 2020, voltando a cair uma posição em 2021 ocupando no momento o 23º lugar. (*Ranking* de Competitividade dos Estados, 2022).

Sergipe como menor estado da União Federativa do Brasil apresenta índices de declínio também nos *Rankings* de indicadores socioeconômicos. Segundo dados do IBGE (2010), o PIB de Sergipe em 2017 encontrava-se em último lugar no *Ranking* dos estados brasileiros mesmo conquistando um erário de R\$ 40,7 bilhões de reais, representando 0,6% de todo o PIB do país. Em 2018 fechou na 23ª posição, na qual o Estado ainda permanecia em situação crítica, onde foi o único com variação negativa (-1,8%) enquanto em todos os outros estados houve crescimento. A renda per capita, que avalia o grau de desenvolvimento econômico, em 2020 foi de aproximadamente R\$ 1.028, ocupando o 15º lugar e subindo uma

posição, pois em 2019 encontrava-se em 16º lugar. Os últimos dados referentes ao IDH são do ano de 2010 (0,665), no qual ocupava a 20ª posição segundo o IBGE.

Em 2018 o Estado de Sergipe obteve o último lugar no indicador Índice de Gini (0,575), responsável por medir o índice de concentração de renda e sobre a Taxa de Desemprego, revelando ter a maior desigualdade de renda do país com elevado número de pessoas extremamente pobres enquanto em 2017 era de 0,546. Em 2019 este índice atingiu 0,580 e não conseguiu resposta satisfatória, pois o Estado de Sergipe apresentou como resultado as maiores taxas de desemprego do País (IBGE, 2020).

Em 2008, Sergipe foi classificada pelo Ministério da Saúde (2008) como a capital brasileira com melhor qualidade de vida do país. A própria Organização Mundial de Saúde - OMS (1948), definiu a qualidade de vida como importante medida de impacto em saúde, adicionando bem-estar físico, mental e social. Durante algum tempo essa notícia foi amplamente divulgada na tentativa de perdurar essa imagem do Estado de Sergipe.

Porém, com números em oscilação, foi difícil manter essa propaganda por muito tempo e através da análise dos dados dos municípios e do Estado, a notícia divulgada posteriormente voltou-se para a queda das posições, conforme noticiado e divulgado pelo índice de Desafios da Gestão Municipal (2021). A capital de Sergipe, o município de Aracaju em 2021, ocupava 061 a 80ª posição entre os cem maiores municípios brasileiros considerando aspectos como educação, saneamento, saúde e segurança como fatores determinantes para a classificação das melhores cidades para se viver e resultando na 14ª colocação no *ranking* entre as 20 melhores cidades para se viver no Nordeste. O *ranking* informa que na última década (2010-2020) a queda sofrida pelo município sergipano foram 14 posições.

Sergipe entrou no radar da pesquisa por oferecer condições peculiares como, por exemplo, ter o menor espaço territorial, ser o menor estado em número de habitantes, ocupar colocações em *rankings* de indicadores socioeconômicos insatisfatórios em relação aos outros estados. Chamou a atenção para um melhor entendimento sobre o Estado de Sergipe e as políticas públicas de inovação no Estado, sobre a construção dessas políticas públicas e os programas de incentivo adotadas nessa região especificamente.

As políticas de inovação implantadas devem ser desenvolvidas em diversos âmbitos com esforços e investimentos, a fim de garantir que novos avanços sejam alcançados sem disseminar mais desigualdade ou ao custo da “precarização humana, sendo inconcebível que problemas como fome e mortalidade infantil” ainda atinja grande parte de civilizações (SILVA; DI SERIO, 2022, p. 12).

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

As políticas de inovação são importantes por permitirem um contato mais estreito entre o Estado e a população. E devem ser implementadas visando atender o contexto de aplicação. Em localidades pouco desenvolvidas sua importância se torna mais acentuada.

Assim, chegou-se ao problema de pesquisa a ser estudado no qual podemos exprimir através da seguinte questão: **As políticas públicas de inovação são adequadas ao contexto de localidades pouco desenvolvidas?**

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

Com o problema de pesquisa descrito é intuito deste estudo responder à questão proposta e para isto foram definidos os seguintes objetivos para o desenvolvimento deste trabalho.

1.4 OBJETIVO GERAL

Compreender se as políticas públicas de inovação estaduais são adequadas ao desenvolvimento de localidades pouco desenvolvidas.

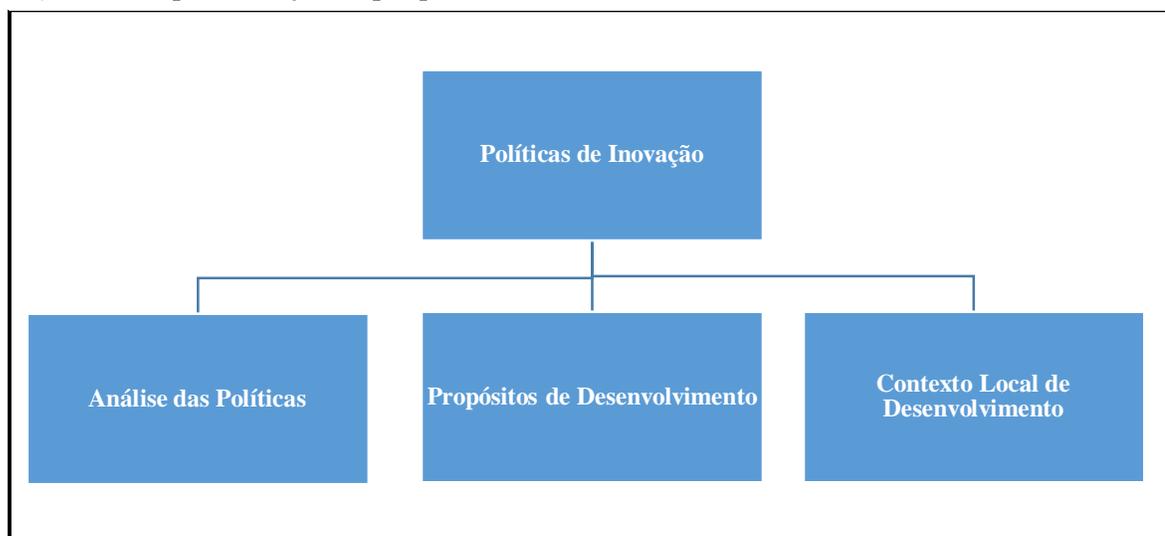
1.4.1 Objetivos Específicos

1. Analisar as políticas de inovação;
2. Identificar os propósitos de desenvolvimento por trás das políticas;
3. Entender o contexto local de desenvolvimento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta de forma teórica os temas abordados nesta dissertação, ligando os principais conceitos, definições e elementos para subsidiar este estudo. Dessa forma, buscou-se fundamentar nesta seção o conceito de inovação, assim como suas perspectivas de desenvolvimento, na sequência foram tratadas das políticas públicas em inovação e suas formas de avaliação e especificidades. O delineamento da pesquisa se dará da forma expressa no Figura 1, representando assim a esquematização da pesquisa.

Figura 1- Esquematização da pesquisa



Fonte: Elaboração da autora (2022).

2.1 INOVAÇÃO

Cada vez mais, transformações têm ocorrido no mundo. O tempo para que coisas novas sejam lançadas tem reduzido rapidamente, assim como o processo de produção, a colocação no mercado e o período de vida útil desses produtos estão cada vez menores graças às tecnologias, ao desenvolvimento e à inovação (CASSIOLATO; LASTRES, 2000). De forma que a inovação se tornou a força motriz da civilização moderna e ganhou destaque nos propósitos de desenvolvimento dos países (HOSPERS, 2005).

Foi na teoria do desenvolvimento econômico que a inovação passou a ser apreciada com mais afinco na primeira metade do século XX (SCHUMPETER, 1982). Segundo Schumpeter (1982; 1988), o conceito de inovação está relacionado ao processo de destruição criativa que permite na destruição do já existente a introdução do novo ou melhorado, transformando assim o ambiente competitivo e gerando desenvolvimento econômico. Isso envolve encarar situações complexas e aceitar os riscos que esse novo pode trazer (TETHER, 2003; KLINE; ROSENBERG, 1986; BARAGHEH; ROWLEY; SAMBROOK, 2009).

Outro grande nome nos estudos sobre inovação, Chris Freeman (1996), elencou que um dos problemas da inovação são as variações de entendimentos que as pessoas possuem desse termo. Segundo o autor, uma das formas mais comum é a confusão entre os termos inovação e invenção (FREEMAN, 1996). Sáenz e Garcia (2002), entendem que a inovação é a interação de novos produtos e de outros existentes para criações novas ou melhoradas. Essa inovação nova ou melhorada é um processo que envolve meios de acordo com a identificação da necessidade, além da formulação de uma estratégia, o desenvolvimento e a disponibilização desses produtos ou processos para que essa inovação aconteça (TIDD *et al.*, 2000). Um ponto interessante é que, segundo os autores, é o consumidor desse produto que vai gerar toda a gama de informações novas que realimentarão todo o processo e dará continuidade, fazendo com que o ciclo se repita.

Já a invenção é vista por Arbix (2010), como um processo de transformação para a inovação, que segundo o autor é uma comercialização de uma ideia ou projeto ofertando essa ligação entre produção e comercialização. Theter (2003), traz a inovação como uma capacidade de mudança, uma conquista e suas consequências, ele também aborda invenção como algo que evolui com o tempo e suas mudanças tecnológicas acompanham essa transição à medida na qual elas ocorrem e se desenvolvem. A invenção, ainda segundo Arbix (2010), não possui essa mesma linearidade, pois pode realizar-se em qualquer ambiente ou espaço, divergindo da inovação que possui “como *locus* privilegiado a empresa, capaz de manter sintonia fina com a produção e a comercialização” (ARBIX, 2010, p. 169).

O Manual de Oslo (OCDE, 2005, p. 57), aborda inovação como “introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne as suas características ou uso previsto”. A variedade de conceitos é grande, autores como Chandler (1997) e Damanpour (1991), concentraram-se em investigar as novas formas de organização e as relações entre os perfis organizacionais para o surgimento das inovações. E os estudos demonstram que atributos organizacionais como princípios, políticas, práticas, processos,

conhecimento, métodos e técnicas estão intrinsicamente ligadas à inovação (HAMEL, 2007; DAFT, 1978).

É perceptível que as mudanças influenciam a inovação ligando-os de tal forma que novos formatos de processos ou produtos acabam transpassando a desafetação existente (SCHUMPETER, 1988). De acordo com Porter (1998), a inovação é como elemento fundamental da ação e diferenciação entre as empresas e busca uma certa vantagem competitiva entre elas através das mudanças. Essa competitividade, segundo Tigre (2006), acaba fazendo com que uma organização lance mão dessas inovações, ajustando-se ao contexto no qual o processo de inovação está inserido.

Lemos (1999), sugere que a inovação irá surgir a partir das necessidades sociais e as demandas que a sociedade apresenta. Essa forma de pensar a inovação e o contexto também é corroborada por Tether (2003), onde a inovação não pode ser conceituada de maneira absoluta e sim de maneira adequada ao seu “tempo e espaço (geográfico e tecnológico)” presente.

Um aspecto importante é a teoria de Joseph Schumpeter (1982) sobre as características e a natureza da inovação, onde ele destaca a importância tanto das inovações quanto do avanço tecnológico no desenvolvimento e na economia. Estudiosos como Hospers (2005), transcreveram o legado de Schumpeter como um processo evolutivo causado por constantes mudanças no sistema econômico, onde a destruição criativa seria o principal fator dessas transformações. Segundo o autor, para a teoria schumpeteriana as inovações interferem no equilíbrio econômico e cada vez que empresas inovam surgem os imitadores explicando, assim, o capitalismo competitivo (HOSPERS, 2005).

No processo de destruição criativa a teoria schumpeteriana defende que essa destruição envolve riscos e não é algo fácil de se trabalhar, lidando sempre com o processo da incerteza (NELSON, 2008). No entanto, de acordo com Hospers (2005), essa destruição criativa é necessária em decorrência das constantes mudanças do sistema econômico, sendo ela o principal propulsor dessas transformações.

Segundo Drucker (1987), as mudanças presentes na inovação são caracterizadas pelas mudanças tecnológicas, ou seja, elas se combinam e se completam (DRUCKER, 1987). Para Tether (2003), tanto as invenções quanto as inovações fazem parte de “sistemas tecnológicos” e estes evoluem com o passar do tempo desde que haja reação à mudança.

Esses aspectos tecnológicos, de acordo com Dosi (1982), são fundamentais para atuar no desenvolvimento como um modelo ou padrão de soluções para os problemas tecnológicos, no qual cada aspecto tecnológico irá definir e direcionar o conceito de progresso, pois em níveis

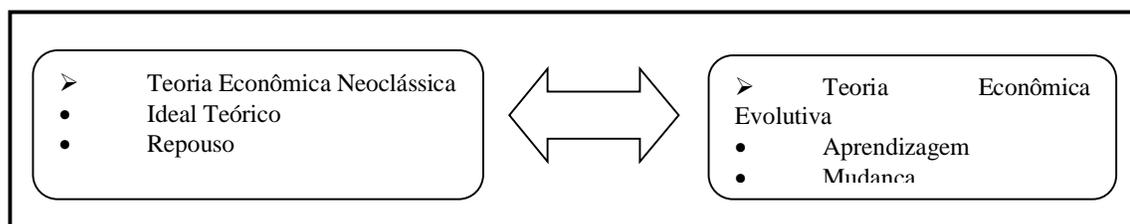
de escolhas, sempre será uma escolha em detrimento de outra e assim o autor insere em seus estudos termos como “inovações tecnológicas”, “teoria econômica” e “política pública”.

Segundo Dosi (1982), esses termos estão interligados e estão associados às trajetórias tecnológicas, que criam um modelo para entender o passado e ajudar em decisões futuras. Para o autor, as inovações tecnológicas dependem de forças econômicas somando a estas a política pública que visa novas soluções tecnológicas e econômicas. Esse avanço tecnológico tornou-se importante por transformar-se na força motriz do crescimento econômico da civilização moderna (NELSON, 2008).

Conforme tratado por Kuhlmann e Rip (2018), as políticas e instrumentos de inovação têm evoluído durante o processo de desenvolvimento socioeconômico. Os autores entendem que “enfrentar grades desafios é um desafio por si só, tanto na política quanto para ciência, tecnologia e inovação” (KUHLMANN; RIP, 2018, p. 449). Isso tem focado em iniciativas mais direcionadas ao contexto social, retirando a responsabilidade principalmente dos governos, tornando-se “parte integrante do funcionamento dos sistemas de conhecimento e inovação que se transformaram incluindo novos patrocinadores e novos atores” (KUHLMANN; RIP, 2018, p. 451).

Diercks *et al.* (2019) fez um trabalho sobre a forma como as tentativas antigas da OCDE em transformar a agenda da inovação em algo promissor culminou por constatar que muitas das deficiências e limitações são resultados de abordagens políticas adotadas anteriormente. Sem a intenção de parecer otimista, Janssen *et al.* (2021), ao colocar a inovação como resposta para as questões sociais, reflete “que os sistemas de ciência, tecnologia e inovação podem nem sempre estar preparados, disponíveis ou alinhados com novos desafios, podem faltar inclusive bases estruturais para que haja sucesso” (JANSSEN *et al.*, 2021, p. 440). E conclui que uma política bem direcionada se concentra na necessidade de entender o contexto no qual serão implantadas tais políticas e sob quais circunstâncias determinadas iniciativas políticas serão eficazes, capaz de gerar mudanças.

Nelson (2008), aborda duas teorias ilustradas na Figura 2: a teoria neoclássica, que é mais estática com aspectos focados nos objetivos e resultados; e a teoria evolutiva, que está sempre evoluindo em processo de mudança e progresso tecnológico. Segundo o autor, falhas de mercado não são respostas suficientes para reconhecer a mistura de ações envolvidas na atividade econômica como um processo de mudança (NELSON, 2008).

Figura 2 - Teorias abordadas por Nelson (2008)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos fundamentos de Nelson (2008).

O intuito de Nelson (2008) é fazer apenas uma apreciação, pois para ele, os países que precisam da atualização tecnológica, abordada nos estudos de Dosi (1982), devem contar com aprendizado e inovação, sempre buscando um equilíbrio e compreendendo o que a sociedade precisa para desenvolver um novo produto (NELSON, 2008). De acordo com os autores, a viabilidade de possibilidade transforma as ações em formas de mudanças constantes, algo que a teoria econômica neoclássica desconsidera (NELSON, 2008; DOSI, 1982).

O Quadro 1 apresenta as características das teorias, pois de acordo com Nelson (2008), nenhuma instituição funciona perfeitamente em contextos reais. Para o autor, “uma teoria satisfatória deve ser capaz de iluminar os detalhes importantes do crescimento e especificar corretamente os processos básicos que impulsionam o crescimento econômico (NELSON, 2008, p. 13).

Quadro 1 - Elementos da Teoria Econômica Evolutiva e Neoclássica

Características Teoria Econômica Evolutiva	Característica Teoria Neoclássica
Inovação Tecnológica	Busca a prática e utilidade
Agrega Valor	Fonte de conceitos racionais
Sua implementação é necessária	Reafirma o clássico com flexibilidade
Algo novo para a empresa, mas não necessariamente para o mundo	Foca na objetividade e nos resultados
Permissão para intervenção externa	Sem intervenção externa
Consumidor age de acordo com a influência do ambiente	Consumidor racional
Mercado dinâmico	Mercado estático
Preços são influenciados por fatores externos	Interação oferta/demanda

Fonte: Pesquisa Teórica (2021).

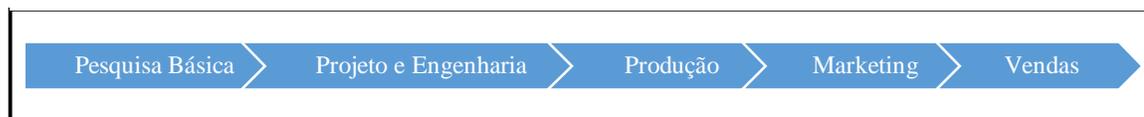
Sobre os atributos tecnológicos, houve nos estudos seminais em inovação uma tendência em pesquisa e desenvolvimento (P&D), focada em processos e produtos. O fato é que as primeiras observações sobre estudos em inovações ainda não eram capazes de identificar de maneira eficaz as estruturas institucionais que as economias modernas apresentavam. Dessa forma, em grande parte do século XX, a evolução da ciência econômica desconsiderou, ou omitiu, o desempenhado pelas instituições (AREND; CARIO; ENDERLE, 2012).

Não há dúvidas de que a economia e seus segmentos, algumas vezes distintos, seguem dinâmicas próprias adaptadas ao seu contexto local e isso faz com que cada país busque suas próprias resoluções, fazendo com que formas diferentes e inovativas sejam criadas para ocorrer um desenvolvimento econômico e significativo para a economia em inovação (NELSON, 2008).

A inovação era concebida conforme um modelo linear, que possuía uma sequência originando em pesquisa, seguida pelo desenvolvimento do produto, posteriormente a produção e, potencialmente à uma comercialização (OCDE, 1992). Esse modelo tomou forma durante a Segunda Guerra Mundial e perdurou por cerca de três décadas (BARBIERI, 2004).

Modelos como linear são partes de um processo de inovação. De acordo com Rotwell (1994), os modelos *technology-push* e *demand-pull*, exemplificados nas Figuras 3 e 4 permite entender o encadeamento das ideias do autor, que afirmava não ser bom seguir um modelo apenas e que novas tecnologias e novos processos são importantes para o desenvolvimento e inovação (ROTWELL, 1994; TUSHMAN, 1997). Essa ideia de não vinculação a apenas um modelo é corroborada por Tidd e Bessant (2015), pois nenhuma instituição funciona perfeitamente num contexto real (NELSON, 2008).

Figura 3 - Processo de *Technology-Push*



Fonte: Adaptado de Rotwell (1994, p. 8).

Ao alternar conhecimento e demanda de mercado, Campos (2006) explica que ambos proporcionam o acesso e o surgimento de inovações tecnológicas. A união das duas tecnologias apresentadas nas Figuras 3 e 4, permite entender que existe uma ligação direta que atrai o avanço científico e o desenvolvimento tecnológico. Segundo Campos (2006), tudo estaria ligado por uma força motora identificada por ele como demanda.

Figura 4 - Processo de *Market-Pull*



Fonte: Adaptado de Rotwell (1994, p. 9).

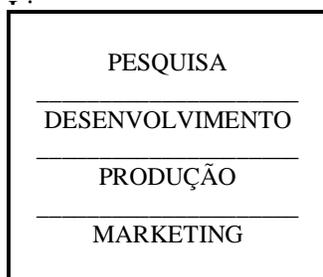
A funcionalidade do modelo linear que surgiu em meados da década de 1950 (BARBIERI, 2004), transformava a Pesquisa e o Desenvolvimento em uma base para a

inovação tecnológica e dessa forma ultrapassou os modelos abordados pelas teorias clássicas e neoclássicas, pois possuía uma linearidade e sequência potencialmente definida e consolidada na época (EBNER, 2000).

O modelo linear foi sobreposto pelo modelo interativo (KLINE e ROSENBERG, 1986), no qual o modelo linear passou a ser questionado por não expandir sua visão apegando-se somente ao estudo específico de conhecimentos ligados à Pesquisa e Desenvolvimento, negligenciando fatores que não estavam ligados diretamente à invenção, à produção e à comercialização (OLEA, 2001).

Esse modelo interativo tem a empresa como foco de inovação interagindo com elementos capazes de influenciar o conhecimento científico e o tecnológico, de acordo com as necessidades do mercado (ROTHWELL, 1994). De acordo com Rothwell (1994), a mudança do modelo linear para um modelo interativo surge do entendimento de que o modelo sequencial é apenas um dos caminhos que levam à inovação e não apenas a única forma, assim, forma o modelo interativo aborda além da pesquisa e desenvolvimento (CONDE; ARAÚJO-JORGE, 2003).

Figura 5 - Modelo



Fonte: Adaptado de Kline e Rosenberg (1986, p. 286).

A forma apresentada pelo método linear, conforme esquematizado na Figura 5, é capaz de mostrar que existe uma formulação simplista sem interação entre os aspectos explorados, dessa forma torna-se complexo e difícil de medir a importância das etapas estando elas separadas umas das outras sem uma comunicação entre elas (MORAES; CAMPOS; LIMA, 2019). Para Kline e Rosenberg (1986), o modelo linear despreza vários aspectos da inovação como, por exemplo, a intrínseca relação entre o sucesso econômico e o sucesso técnico. Para os autores, não basta que o novo produto atenda uma necessidade emergente, ela precisa ser economicamente acessível ao segmento para a qual foi planejada (KLINE; ROSENBERG, 1986).

Já o modelo encadeado, apresentado no Quadro 2, coloca lado a lado os elementos por apresentarem uma mesma e intrínseca importância. O modelo encadeado reduz a incerteza do produto final e dos processos de produção e marketing, ajudando a entender os diferentes critérios e problemas que ocorrem dentro do ciclo da inovação, principalmente nos estágios iniciais (KLINE; ROSENBERG, 1986).

Quadro 2 - Modelo Encadeado

PESQUISA				
CONHECIMENTO				
POTENCIAL MERCADO	INVENTAR E/OU PRODUZIR ANALÍTICO PROJETO	DETALHADO PROJETO TESTE	REDESENHAR E PRODUZIR	DISTRIBUIR E MERCADO

Fonte: Adaptado de Kline e Rosenberg (1986, p. 289).

Dessa forma, é importante que durante o processo e desenvolvimento de inovação seja observado todos os elementos, como ambiente de mercado e o contexto social, e não apenas o hardware, ou seja, o produto ou processo em si (KLINE; ROSENBERG, 1986). Caso algum elemento seja negligenciado consequências como aumento da desigualdade (LUNDVALL, 2017) surgirá como resultado da falta de prioridades ao analisar as necessidades do indivíduo (SEN, 2010). Por isso, a inovação fornece elementos para crescer o bem-estar social e evitar que exista um crescimento da pobreza social e suas mazelas (HENREKSON, 2014).

Para a inovação fazer uma ligação com o progresso, elas precisam se adequar a realidades de diferentes níveis de desigualdade e esse progresso tem que servir para atender de fato a sociedade levando melhoria de forma mais igualitária (JANSSEN *et al.*, 2021).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM INOVAÇÃO

A política pública será a junção das atividades do governo, ou por meio de uma delegação, que tocará no cerne das necessidades dos cidadãos, na qual ocorrerá a solução ou não desses problemas (PETERS, 1986). De acordo com o Manual de Políticas Públicas do

SEBRAE (2008), “políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público” (SEBRAE, 2008, p. 5).

Os mecanismos de gestão, os desafios, as regras, as formas de apresentar suas particularidades, são fatores que as políticas públicas não estão, ainda, habilitadas a enfrentar sozinha e a partir daí surge a necessidade de ações que contribuam para o enfrentamento diante do aumento da gravidade dos problemas nas quais as políticas públicas são direcionadas (SOUZA, 2003). Surge então a questão para o fato de que a política pública age através da união de várias ciências e não de forma individualizada. O estudo dessas políticas públicas irá ajudar a compreender o papel do Estado e suas implicações na sociedade (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009).

O papel que o estado representa junto a sociedade é ainda uma incógnita, pois no tocante aos constructos dessa relação, estado versus sociedade, ainda existem muitos desafios a serem superados para que um resultado final digno de políticas públicas satisfatórias para a sociedade seja apresentado (MULLER; SUREL, 2002). Para os autores, a solução não é somente buscar um caminho único em direção às políticas públicas, mas sim, buscar a compreensão dos problemas que muitas vezes existem e prejudica a união estado e sociedade (MULLER; SUREL, 2002).

A inclusão dos primeiros estudos sobre o tema políticas públicas foram identificados na década de 1950 (FARAH, 2011), ganhando maior proporção em meados de 1960 (JANNUZZI, 2002). Segundo Farah (2011), esperava-se que com o aumento dos estudos em políticas públicas, houvesse uma cisão que afastaria a pesquisa dos estudos em administração pública, mas ocorreu o contrário e levou a uma ampliação na forma dos estudos das duas áreas.

O termo “público” uniu-se ao “política” e perdeu a conotação exclusiva de Estado, incluindo: “organizações não governamentais, entidades do setor privado e da comunidade e instituições voltadas à inclusão dos cidadãos no processo de formulação, implementação e controle de políticas públicas”, após a expansão dos estudos (FARAH, 2011, p. 820).

A importância de uma política pública dar-se-á com o fato de que sobre a gama de problemas que tais decisões podem resolver através deste mecanismo de ações, existem atores que se movimentam através de quadros institucionais e “visam a solução de problemas públicos, como também a distribuição de poder e recursos” (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017, p. 12). Conforme Lopes e Barbosa (2008) evidenciaram, as discussões não se esgotam em teorias isoladas sobre tecnologias e inovações, vai além das “interações nos processos de

desenvolvimento de recursos, rotinas, institucional, cultural ou social, capacidades dinâmicas e competências” (LOPES; BARBOSA, 2008, p. 20).

As políticas públicas são importantes para a sociedade por melhorarem as condições de vida dos cidadãos. A própria Constituição Federal de 1988, foi popularizada como “Constituição Cidadã” determinando que políticas públicas desempenhassem formas amplas e democráticas em sua condução (GURGEL; JUSTEN, 2013).

Uma das características das políticas públicas consiste em não ser seu objetivo desvendar como funciona o sistema político, mas a lógica do processo que envolve a “ação pública, as continuidades e rupturas nas políticas públicas, as regras do seu funcionamento, a afetação de recursos e o papel e os modos de interação de atores e instituições nos processos políticos (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017, p. 12). Além disso, para Jannuzzi (2002), além de priorizar elementos sociais, as políticas públicas atendem e contribuem minimizando as carências ao atender áreas que necessitam de intervenção.

Políticas Públicas são na visão de Teixeira (2002, p. 2) “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. O autor ainda complementa que nem sempre é um processo amistoso existindo incompatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade entre as ações envolvidas (TEIXEIRA, 2002).

Entre os diferentes tipos de políticas públicas, tem-se as políticas públicas de inovação, conceituadas como políticas públicas “voltadas para a ciência e tecnologia, que surgem de entendimentos da experiência passada com ações, reflexões sobre desafios contemporâneos e percepções de potenciais futuros de ação” (SCHOT; STEINMUELLER, 2018, p. 1554).

Sobre elas é importante destacar que o pensamento “schumpeteriano” no século XXI inspirou os estudos sobre ciência e inovação. Não obstante a essas ideias sobre inovação e “destruição criativa”, aliaram-se aos estudos temas sobre desenvolvimento e políticas (HOSPERS, 2005). Hospers (2005), aborda aspectos entre a vida política e o processo econômico. A política na teoria schumpeteriana é vista como uma maneira de contribuir para o processo de destruição criativa. Sendo a política um negócio, pois assim como os empresários, os políticos participam de uma luta competitiva (HOSPERS, 2005).

De acordo com Hospers (2005), autores como Schumpeter, Roscher, Schmoller e List, corroboravam sobre uma visão econômica diferente da economia neoclássica surgindo assim estudos que abrangiam as instituições e a tecnologia para a economia. Eles acreditavam que dando a devida atenção ao processo de inovação, este seria uma peça fundamental para a mudança econômica mais evolutiva (HOSPERS, 2005).

A teoria “schumpeteriana” não só sugere que a imitação está presente entre os processos competitivos, como também entre os formuladores de políticas encarregados pela inovação (HOSPERS, 2005). O autor corrobora com a teoria ao sugerir que existe “muita má fé e generalização na propagação de medidas de políticas públicas no campo da inovação (HOSPERS, 2005, p. 21). Para Hospers (2005), a teoria schumpeteriana focou também em difundir medidas de políticas públicas no campo da inovação.

Januzzi (2002) abordou a ideia de que além do crescimento econômico, outras medidas seriam necessárias para garantir o desenvolvimento social. Segundo o autor, “novas experiências de formulação e implementação de políticas públicas (planejamento local e participativo) ” (JANNUZZI, 2002, p. 55) foram estabelecidas e culminaram em políticas públicas, gerando assim uma oportunidade de mudança social. Com essa mudança social surge o bem-estar social, que segundo Gurgel e Justen (2012), acabou ganhando espaço em estudos, deixando de lado a ideia centralizadora que considerava apenas a tecnologia e os estudos em pesquisas e desenvolvimento de décadas passadas.

Ao analisar a obra “*Mass Flourishing: How Grassroots Innovation Created Jobs, Challenge, and Change*” de Edmundo Phelps (2013), Henrekson (2014), trouxe várias indagações sobre empreendedorismo e inovação. Henrekson (2014, p. 511) afirma que “inovação e empreendedorismo criativo não são apenas as chaves para o crescimento econômico, mas também para a satisfação de vida”.

Segundo o autor “um primeiro problema às afirmações de Phelps é que ele não apresenta uma maneira objetiva de medir a inovação de uma economia” (HENREKSON, 2014, p. 518). Para Henrekson (2014), uma economia em desenvolvimento e seu índice de inovação deve ser medido por métricas que vão além da medição pelo Produto Interno Bruto- PIB, por exemplo, as externalidades positivas do capital humano que corrobora para uma medição que mesmo difícil de avaliar tem crescido em importância, fazendo com que a inovação não sofra declínio.

Decorrente da preocupação com problemas sociais surgiram mecanismos de incentivos governamentais para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento científico e tecnológico (AVELLAR, 2009). Assim também, como a concepção de fomento à inovação através de financiamentos, concessões de incentivos fiscais (fomento direto e fomento indireto) e subvenções econômicas (AVELLAR, 2009). A criação da Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), foi um grande marco que culminou em uma série de medidas, como o estímulo à criação e inovação entre empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas, assim também como estimular a inovação por parte das empresas privadas. (BRASIL, 2004).

Quanto aos financiamentos, são oriundos de bancos regionais de fomento, geralmente com juros mais atrativos e taxas abaixo da inflação, além de prazos com carências maiores que são incentivos que o governo oferece (AVELLAR, 2009). Já as subvenções econômicas são mecanismos onde o governo literalmente libera um valor erário para que as empresas desenvolvam os projetos de tecnologia, principalmente quando se trata de tecnologia inovadora e de P&D. Isso acontece porque o governo tem interesse que as empresas desenvolvam inovação e a partir disso, ele cria programas (ARAÚJO, 2012).

Desses programas surge o terceiro mecanismo que são os incentivos fiscais, sua principal atração é a Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005). É uma lei sobre inovação tecnológica e benefícios fiscais para empresas que investem em tecnologia e desenvolvimento, que procuram cada vez mais evoluir (ZUCOLOTO, 2010). As empresas que investem em inovação tecnológica obtêm inúmeros benefícios fiscais como, por exemplo: dedução no IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) dos dispêndios com P&D e redução de 50% no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), com o rígido controle da Receita Federal do Brasil, que fiscaliza tais investimentos abrangendo todos os setores que trate de inovação tecnológica (PACHECO, 2011). Esses incentivos à inovação tecnológica que as empresas podem se beneficiar são destacadas em seu Capítulo III, Artigo 17, em todos os seus incisos (BRASIL, 2005).

De acordo com Velho (2011), é preciso prestar atenção agora às necessidades que o mercado sinaliza, pois se os conceitos anteriores derivavam da ciência que empurrava a tecnologia (método *science-push*), agora surge a necessidade de o mercado, através da necessidade do usuário que irá lançar mão do desenvolvimento científico (*demand-pull*). Para a autora, “o processo de transformação do conhecimento científico em tecnologia e sua apropriação pela sociedade são concebidos de forma linear, iniciando-se com a ciência até produzir bem-estar social (ciência básica, ciência aplicada, desenvolvimento tecnológico, inovação, difusão da inovação, crescimento econômico e benefício social)” (VELHO, 2011, p. 137). Dessa forma, as empresas e a sociedade identificariam que tipo de ciência elas precisariam através da oferta/demanda sinalizada.

Porém, para obtenção do sucesso dessas ações, Sperancini, Cappa e Machado (2018, p. 104), “reforça a necessidade de estabelecer formas de monitorar as estratégias e as atividades das agências públicas”. Segundo os autores, é necessária uma implementação e formas eficazes de avaliação de resultados dessas ações públicas.

Torna-se cada vez mais interessante e necessário que os programas de políticas públicas sejam considerados satisfatórios (FARIA, 2005). A cobrança surge devido aos serviços

públicos escassos de um lado e ao clamor da sociedade por serviços de qualidade de outro (IPEA, 2015), bem como devido à necessidade de políticas públicas de inovação mais afetivas (SILVA; DI SERIO; BEZERRA, 2019).

De acordo com Ala-Harja e Helgason (2014), é preciso determinar a autenticidade através do alcance ou não dos objetivos, o impacto e a aceitação da ação desenvolvida através da sua eficiência. Entretanto, Faria (2005), vai além e destaca que deveria existir a possibilidade de que “os dados analisados tenham influência não apenas sobre a gestão da política ou do programa em questão, ao fomentar, por exemplo, disputas entre distintos níveis de implementação, e sobre outras áreas e esferas do governo (FARIA, 2005, p. 104). Segundo Faria (2005), várias são as questões que são importantes para um mapeamento de boas políticas e ainda assim muitos elementos como o modelo, o desenho e o feedback dessa avaliação são negligenciados.

No Brasil, os estudos temporais sobre políticas públicas em níveis governamentais são recentes, segundo pesquisa datada entre 2009 e 2017 (SILVA; DI SERIO; BEZERRA, 2019). Nesse estudo, os autores perceberam que políticas de inovação foram importantes para o desenvolvimento durante esse período. Porém, por não desempenharem na prática informações traduzidas em planos, programas, projetos ou ações ainda não estão “adequadamente alinhadas com a realização de resultados concretos de inovação” (SILVA; DI SERIO; BEZERRA, 2019, p. 13).

Jannuzzi (2002), salienta que é difícil uma seleção de indicadores com máxima objetividade, pois não existe uma forma exata de formulá-los. “Os usuários dos indicadores sociais no planejamento público, são instados a adotar uma postura mais crítica e reflexiva sobre as práticas atuais de mitificação da técnica em detrimento da análise mais aprofundada no processo de formulação e avaliação de políticas públicas” (JANNUZZI, 2002, p. 52). Para Kline e Rosenberg (1986), existe uma dificuldade em medir os efeitos da inovação e isso deve-se ao fato de que a inovação é multidimensional e não se reduz a apenas um produto.

É importante que não haja apenas uma visão superficial da situação e sim um todo (IPEA, 2015). Para isso é importante não arriscar investir em ações que não apresentam diferenças para a realidade atual. Os autores Costa e Castanhar (2003), complementam que o acompanhamento é uma forma usada para analisar as medidas que foram tomadas e de que forma será necessária uma reforma para resultados melhores. Segundo Carvalho (2003), não basta somente efetivar que ocorreu uma mudança, é necessário que se constate que essa mudança aconteceu em decorrência dos programas de ações, para um bom resultado.

De acordo com Teixeira (2002), ao elaborar as políticas públicas é necessário que seja definido “quem decide o que, quando, com que consequências e para quem” (TEIXEIRA, 2002, p. 2). Tapia (2005), propõe uma mudança de análises que antes eram problemáticas e baseavam-se apenas em distritos industriais, passando agora a vigorar preocupações voltadas para o desenvolvimento local ou setorial (TAPIA, 2005).

2.3 INOVAÇÃO E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Cassiolato e Lastres (2000, p. 237), afirmam que a “inovação e o conhecimento são os principais fatores da competitividade e desenvolvimento de nações, regiões, setores, empresas e até indivíduos”. De acordo com eles, o foco no desenvolvimento e na inovação é o motivo pelo qual alguns fatores como competição, avanços das tecnologias e comunicações tornaram-se necessários para os processos produtivos (CASSIOLATO; LASTRES, 2000).

De acordo com os autores, é necessário apoiar os centros produtores de conhecimento “dada a crescente necessidade do processo inovativo se apoiar em avanços científicos em praticamente todos os setores da economia” (CASSIOLATO; LASTRES, 2000, p. 239). A obra de Hospers (2005), buscou evidenciar o posicionamento de Schumpeter entre a inovação e o desenvolvimento econômico. Hospers (2005) acredita que de acordo com Schumpeter a inovação seria uma peça fundamental para a mudança econômica.

A ligação entre inovação e desenvolvimento é apresentada na teoria schumpeteriana, de forma que “qualquer política pode ser útil a menos que interfira no desenvolvimento, seja prejudicando os incentivos que impulsionam os atores ou através da preservação de recursos que se tornaram antieconômicos” (HOSPERS, 2005, p. 32). O mais importante para o desenvolvimento da inovação é observar todos os elementos que compõem esse processo de inovação, como ambiente de mercado e o contexto social, dentre outros, e não apenas o produto ou processo em si (KLINE; ROSENBERG, 1986).

É fato que a tecnologia, a prosperidade econômica e o avanço da ciência foram aspectos que pautaram o desenvolvimento durante o século passado. Apesar disso, desafios como o aumento da desigualdade ainda é uma realidade (GIULIANI, 2018). Alguns desses desafios foram intitulados como “tensões contemporâneas” (MELLO; SÁ, 2006, p. 388) ou

“escravidão moderna” (GIULIANI, 2018, p. 1577), o primeiro trazia aspectos como o consumo exagerado e as desigualdades sociais e o segundo como mão de obra degradante e exploradora.

Para autores como Mello e Sá (2006), após um período de concentração, onde o foco era tecnológico na primeira metade do século XX, surge uma nova preocupação com o desenvolvimento e o bem-estar social. Alguns países escolhem suas políticas de acordo com sua situação de desenvolvimento econômico no qual se encontram (SARFATI, 2013). Segundo Sarfati (2013), essa escolha implicará na perda ou ganho de competitividade na escala de inovação do país. Mello e Sá (2006), também demonstraram preocupação com as questões sociais, segundo os autores essas questões chamaram a atenção pelo fato de empresas começarem a empreender inserindo em suas políticas problemáticas sociais.

O pensamento de desenvolvimento social citado foi corroborado por Giuliani (2018), que sintetizou da seguinte maneira: “precisamos pensar diferente sobre os processos de desenvolvimento e desmascarar a ideia de que o crescimento econômico eventualmente vai corrigir todos os problemas socioambientais que cria ou encontra ao longo do caminho” (GIULIANI, 2018, p. 1578).

Para a evolução de uma sociedade é preciso uma verificação dos problemas no sentido macro e um entendimento das necessidades que determinada região possui. É necessário conhecer, entender, e respeitar que cada país, ou região, apresentam formas distintas socialmente e economicamente e assim também inovam de maneira diferente umas das outras (AREND; CARIO; ENDERLE, 2012). O desenvolvimento econômico, social e local, se entrelaçam nessa construção de uma sociedade que pode ser beneficiada por seus processos inovativos, com políticas que visam a interação entre os variados agentes econômicos (FEITOSA, 2011).

Segundo Araujo (2019), os países mais desenvolvidos possuem a inovação como um aspecto fundamental no seu processo de desenvolvimento econômico, atuando de maneira mais competitiva. Com o fim da Segunda Guerra Mundial o termo desenvolvimento econômico se popularizou, fazendo com que debates sobre crescimento e desenvolvimento ganhassem mais destaque, como também o conceito de estruturalismo, que influenciou na determinação de políticas públicas na América Latina (QUEIROZ, 2011). Esse estruturalismo fez com que elementos da teoria Schumpeteriana fossem retomados e “foi capaz de adaptar suas ideias num mundo de constante avanço tecnológico, onde as inovações passam a ser um dos principais elementos para que um país caminhe rumo ao desenvolvimento” (QUEIROZ, 2011, p. 144).

A ligação entre inovação e desenvolvimento econômico também foi abordado por Freeman (1984), ao mencionar em seu estudo que as políticas de inovação variam de um lugar

para outro, corroborando com a ideia schumpeteriana e estas apresentam acréscimos de individualidades regionais acompanhando processos tecnológicos e políticos.

Com o desenvolvimento econômico em evidência é notável que as áreas de crescimento e desenvolvimento não são tão simples, claros e diretos de se analisar nas diversas áreas e regiões (AUDY, 2017). Segundo Audy (2017), a tecnologia, a ciência e inovação possuem ligações intrínsecas. A ideia de tratar a inovação apenas como um dispositivo competitivo tem perdido o valor e outras questões como problemas sociais passaram a ser motivo de preocupação.

Segundo Avellar (2009), a política tecnológica já faz parte da agenda econômica tanto nos países desenvolvidos como nos emergentes e isso leva a uma busca por uma melhoria social. De acordo com Porter (1992), a inovação tecnológica ajuda os países a tornarem-se competitivos, estimulando o desenvolvimento. Uma limitação existente, segundo Szapiro, Vargas e Cassiolato (2016), está no fato de que a falta de capacidade de planejamento de longo prazo proporciona a falta de sucesso na implementação de estratégias de ação que sirvam de base para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país.

Segundo análise feita por Oliveira (2001), nem sempre o desenvolvimento surge em decorrência de uma evolução de algo concebido anteriormente. Para o autor, outros fatores como as relações entre as nações e as relações regionais são muito importantes. Para analisar o desenvolvimento de uma região, também é necessário que suas particularidades sejam analisadas e não comparadas a outras localidades com outras características, por vezes totalmente distintas (OLIVEIRA, 2001).

O desenvolvimento pode ser estimulado por políticas de fomento direto e políticas de fomento indireto (PACHECO, 2011). A economia de fomento direto se mostra mais adequada aos propósitos de desenvolvimento local e regional porque na economia de fomento direto o foco reside em incentivar os que estão na base da pirâmide e gerar transbordamento para cima, na de fomento indireto é o contrário. Acontece que “o fomento público à inovação tem, cada vez mais, objetivado a melhoria da performance tecnológica e competitiva dos países” (SPERANCINI; CAPPÀ; MACHADO, 2018, p. 112). Assim, o Brasil cresce também, utilizando a experiência internacional quando se trata de fomento à inovação. Essas relações proporcionam crescimento econômico e tecnológico por meio da inovação (SPERANCINI; CAPPÀ; MACHADO, 2018).

Nessa busca, reconhece-se o indivíduo como um ser humano que precisa ser considerado como um sujeito e não apenas beneficiário desse desenvolvimento (MARTINS,

2002), somado a isso, as “localidades precisam ser vistas como espaços ativos dotados de cultura, história, recursos humanos e materiais diferenciados” (DINIZ, 2001, p. 1).

É muito importante considerar o indivíduo como peça fundamental, como o protagonista da sociedade, pois são eles que fundamentam o desenvolvimento local, ou seja, a participação do indivíduo na comunidade e suas necessidades constroem a transformação local (MARTINS; CALDAS, 2009). Segundo Marteleto e Silva (2004), as relações entre os indivíduos são de suma importância para a compreensão da sociedade como um todo, pois eles tornam as relações intrínsecas. Além disso, essas perspectivas de desenvolvimento como crescimento econômico e tecnológico da sociedade iniciam um processo de melhoria através de políticas públicas que sejam efetivas. Essa melhoria acontece de acordo com a evolução das políticas de apoio à inovação no país (ARAÚJO, 2012).

Ao longo do tempo, o termo desenvolvimento em sociedade mudou, surgiram termos como: “sociedade do crescimento, sociedade do bem-estar social e sociedade sustentável” (SANTOS; BRAGA, 2012, p. 44). Essa busca por uma política promissora e o encontro de certas dificuldades, fazem parte de “um processo que vai desde a sua formulação à avaliação dos resultados e como os movimentos populares podem dele participar, seja para tentar influir nas políticas já em vigor, seja para apresentar alternativas que possam atender aos interesses da maioria da população” (TEIXEIRA, 2002, p.2).

Neste trabalho serão apresentadas as perspectivas de desenvolvimento base desse estudo sendo elas: Enfoque das Capacidades, o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Progresso Social.

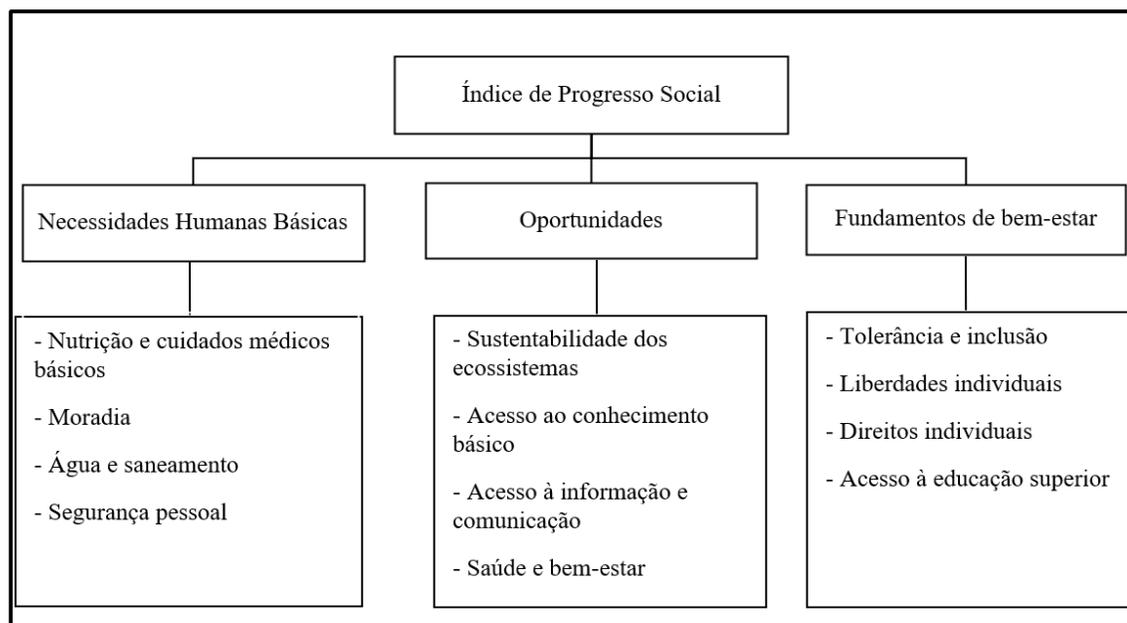
O Enfoque das Capacidades (SEN, 2010), considera que o âmbito individual deve gerar maior qualidade de bem-estar ou felicidade sempre focando no indivíduo, ao contrário do utilitarismo que prevalece focado no âmbito coletivo e econômico, no qual a ideia é promover benefícios para o maior número de pessoas. A forma de Índice de Progresso Social (2010), lança mão da teoria Enfoque das Capacidades (SEN, 2010), considerando as necessidades humanas básicas, os fundamentos de bem-estar e as oportunidades para o indivíduo.

O Índice de Desenvolvimento Humano, ao considerar somente aspectos como saúde, educação e renda como métricas de avaliação, mostra que não são suficientes para estabelecer níveis de desenvolvimento e qualidade de vida na sugestão de formatos que visam aniquilar as causas de desigualdades de forma justa e eficiente, que assolam as camadas menos favorecidas da sociedade. É necessária a união de aspectos econômicos e sociais para o sucesso dessas ações, pois não é tão simples identificar como e onde tais transformações serão aplicadas (GHOSH *et al.*, 2021).

Para Sen (2010), a privação da liberdade econômica, política e social expõe o indivíduo a maiores chances de situações de pobreza e inviabiliza o desenvolvimento de uma região. Porém, é preciso estar atento ao fato de que para Sen (2010), a qualidade de vida não deve estar diretamente atrelada ao nível de desejos que o indivíduo consegue realizar para suprir seu grau de felicidade, pois de acordo com o autor, existe a capacidade humana de adaptação.

Além do Índice de Desenvolvimento Humano (1990), é possível também aliá-lo ao Índice de Progresso Social (2010), que traz uma forma de desenvolvimento no qual abrange o indivíduo e suas necessidades, saindo um pouco do foco econômico e valorizando o bem-estar social e o combate às desigualdades sociais (SEN, 2010). É possível que “o uso do Índice de Progresso Social como métrica de desenvolvimento e das ideias de Amartya Sen, Douglas North e Joseph Stiglitz podem trazer contribuições valiosas no uso da inovação nos esforços de redução da desigualdade no mundo” (SILVA, DI SERIO, p. 10, 2022). A Figura 6 representa esta forma de organização.

Figura 6 -Índice de Progresso Social



Fonte: *Social Progress Imperative* (2020).

O crescimento econômico precisa ser julgado não apenas pelo crescimento da renda, mas também pelos serviços sociais disponibilizados aos indivíduos em sua localidade entendendo seu contexto local e social e para isso é necessário, principalmente, que a privação da liberdade não seja negada para que o indivíduo seja responsável por suas escolhas (SEN, 2010).

Muito se tem questionado sobre as métricas de desenvolvimento, ao direcionar o olhar para economias desiguais. Considerar o desenvolvimento de uma região por sua capacidade de renda tem trazido diagnósticos irreais sobre a real situação de uma sociedade (DEATON, 2017; SEN, 2010; STIGLITZ, 2016). A perspectiva do Índice de Progresso Social traz justamente o pensamento de que se os formuladores de políticas públicas se atentassem aos indicadores apontados no índice, conseguiriam gerar políticas mais adequadas ao contexto da localidade com maiores taxas de desenvolvimento local e individual, oferecendo mais qualidade de vida para a população (MAZZUCATO; KATTEL; COLLINS, 2020).

Fazer uma análise sem considerar o alcance da situação econômica pode trazer diagnósticos discrepantes ao deixar de considerar o todo da situação (SEN, 2010). Deaton (2017), diz que a desigualdade é consequência do progresso e mesmo em regiões desenvolvidas, em algum ponto também poderá sofrer as mazelas de um submundo sem desenvolvimento, no qual, mesmo havendo soluções simples para a erradicação de doenças consideradas banais, ainda é possível atingir um alto índice de mortalidade pelo fato de uma determinada região em extrema pobreza não ter conseguido solucionar os menores dos problemas (DEATON, 2017).

Deaton (2017, p. 22), considera que “as desigualdades em saúde são uma das grandes injustiças do nosso tempo”. Mesmo a expectativa de vida aumentando em países desenvolvidos, é impressionante como em outros mais abastados, casos de diarreia, por exemplo, ainda afeta e leva a morte de milhares de pessoas que vivem sem ao menos saneamento básico. Para o autor, a desigualdade ajuda a inibir o progresso.

Para Sen (2010, p. 190) existe uma crença de que o desenvolvimento humano é realmente um tipo de luxo que só países mais ricos têm condições de bancar, o que não condiz com os fatos, pois existem evidências de que mesmo em países menos desenvolvidos, serviços de saúde e educação de qualidade são ofertados à população. Através do desenvolvimento humano, o indivíduo conquista oportunidades sociais diretamente ligadas às capacidades humanas, e desta forma, “um país mesmo com uma renda relativamente baixa consegue garantir serviços de saúde e educação obtendo resultados satisfatórios oferecendo qualidade de vida para sua população” (SEN, 2010, p. 191).

É evidente que a melhoria vai além destas citadas, mas o fato é que oportunidades sociais são capazes de trazer bem-estar e qualidade de vida para seus indivíduos mesmo sendo um país sem grandes riquezas, porém focado em suas políticas sociais bem aplicadas ao contexto da sua localidade específica “buscando maior distribuição e menor desigualdade social” (SILVA, DI SERIO, 2022, p. 4).

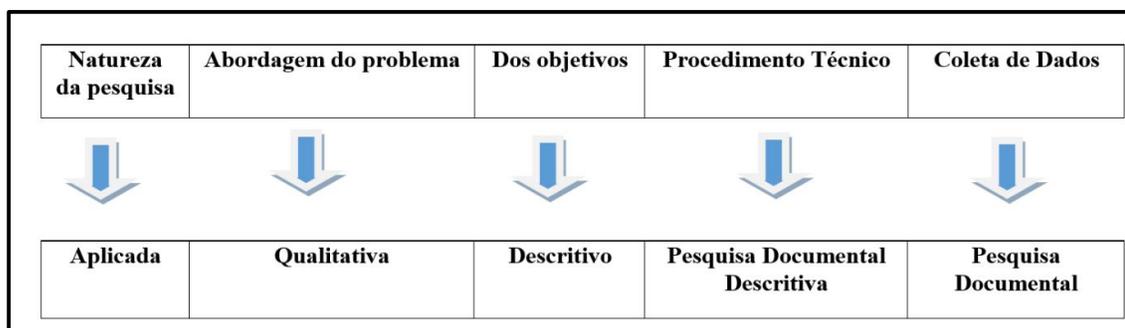
A desigualdade de fato “enfraquece a economia, solapa a democracia e divide a sociedade” (STIGLITZ, 2016, p. 191). Para Stiglitz (2016), países desenvolvidos também apresentam desigualdades e a diferença encontra-se no fato de que lugares com maior índice de pobreza se esforçam menos para que o cenário seja modificado através de geração de oportunidades, e desta forma, cada vez mais a concentração da pobreza se instala “é uma questão de política e políticas” (STIGLITZ, 2016, p. 66).

A partir das ideias e conceitos aqui apresentados, este trabalho tem como objetivo compreender se as políticas públicas de inovação são adequadas ao desenvolvimento de localidades pouco desenvolvidas em Sergipe. Para tanto, busca-se analisar as políticas de inovação, como também identificar o propósito de desenvolvimento por trás das políticas e entender o contexto local de desenvolvimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, assim como a justificativa pela escolha do método no intuito de atender ao objetivo proposto. Para melhor abordagem, foi dividido em tópicos, apresentando como o estudo foi conduzido, nos quais foram distribuídos da seguinte forma: (1) questões norteadoras, (2) caracterização do estudo, (3) método de pesquisa, (4) fontes de evidências, (5) categorias e elementos de análise, (6) entrevistas e (7) análise dos resultados. Formulários individuais foram criados para cada política pública de inovação, por meio de formulários de análise de conteúdo (BARDIN, 2010). O trabalho também inclui dados em pesquisa de campo, por meio de entrevistas individuais com profissionais que atuam como Gestores Públicos. Dessa forma as duas técnicas de pesquisa qualitativa foram empregadas neste trabalho em momentos distintos.

Figura 7 -Resumo da Metodologia de Pesquisa



Fonte: Elaboração Própria (2021).

3.1 QUESTÕES NORTEADORAS

O método “é o caminho ou a maneira para se chegar a um determinado fim ou objetivo, e metodologia são os procedimentos e regras utilizadas por determinado método” (RICHARDSON *et al.*, 1999, p. 22). De acordo com Creswell e Creswell (2018), a questão de pesquisa é algo que conduz o estudo. Ao trabalhar as questões de pesquisa baseadas nos objetivos específicos foram elaboradas as seguintes questões:

- Quais são as características das políticas públicas de inovação?

- Quais são os propósitos de desenvolvimento das políticas levantadas?
- Qual é o contexto das localidades analisadas?

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Para melhor conhecimento dos métodos de pesquisa, Clark (1998) salienta a importância da filosofia no conceito paradigmático dos pressupostos do conhecimento. Para o autor, ao usar “um método específico de pesquisa, de forma consciente ou não, são feitas suposições sobre aspectos filosóficos” (CLARK, 1998, p. 1242).

Nesse panorama filosófico que circunda a pesquisa, esta se enquadra no modelo pós-positivista, pois aborda um instrumento bem definido que irá partir de uma análise feita da literatura até o campo, utilizando métricas bem específicas e lançando mão de um controle maior sobre o ambiente da pesquisa, não se enquadrando no positivismo por não possuir a rigidez que um caráter quantitativo apresenta.

Sobre a abordagem utilizada, optou-se por uma pesquisa qualitativa, na qual justificase pelo trabalho ter como objetivo analisar a adequação das políticas públicas de inovação para o contexto das localidades pouco desenvolvidas nos municípios de Sergipe. Creswell (2010, p. 43), conceitua a abordagem qualitativa como “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”.

A pesquisa possui caráter qualitativo na sua investigação por tentar entender o comportamento humano em relação aos efeitos das ações no tocante aos problemas sociais e econômicos. Ela caracteriza-se por dar valor ao processo de pesquisa e investigação e não somente investir no foco dos resultados (FLICK, 2009).

Esta pesquisa dar-se-á de caráter descritivo. Segundo Gil (2008, p. 28) ressalta, “o estudo descritivo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. Ainda sobre a pesquisa descritiva, o autor informa que essa pesquisa envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados assumindo uma forma geral de levantamento (GIL, 2008), sendo, portanto, adequada aos propósitos desta pesquisa.

3.3 MÉTODO DE PESQUISA

O delineamento da pesquisa será do tipo documental, adequado às questões que norteiam esta pesquisa conforme Gil (2008). Para o autor na pesquisa científica não são considerados apenas os documentos escritos, além deles, qualquer coisa que contribua com o estudo de um fato ou fenômeno são válidos para a pesquisa (GIL, 2008). Flick (2009), destaca que esses documentos refletem as realidades para determinados fins específicos da pesquisa.

A pesquisa documental possui uma relevância por sua fonte de dados estar diretamente ligadas a documentos constituídos como fontes primárias (MARCONI; LAKATOS, 2003) e este método torna-se adequado, porque é por meio da análise documental que será possível acessar fontes de evidências ligadas a vários municípios.

A pesquisa documental, assim como outros métodos, possui suas vantagens e desvantagens (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015). Uma desvantagem está no fato de que os documentos que não passaram por uma análise podendo comprometer “a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte” (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 243). Porém, destaca-se a vantagem que se dá pela permissão que o pesquisador possui em ter acesso a uma série de fenômenos, bem mais numerosa que as pesquisas feitas diretamente (GIL, 2008).

Esta análise documental ampara-se na Lei de Acesso à Informação – LAI, Lei 12.527, na qual regulamenta o direito dos cidadãos às informações públicas. Esta Lei é estendida aos três poderes, no qual faz saber: União, Estados e Municípios (BRASIL, 2011). Partindo da questão que todos os dados públicos são públicos, o direito de acessá-los torna-se imprescindível e é dever desses órgãos fornecer estas informações aos cidadãos, deixando disponível e fazendo com que mais uma vez a pesquisa documental seja adequada ao estudo.

A pesquisa será feita com os municípios do Estado de Sergipe. A capital Aracaju foi excluída, por ser o único município com IDH positivo, todos os outros municípios alternam entre o médio e o baixo (fonte). Como recorte de pesquisa, Sergipe foi escolhida por ser um estado pequeno, no qual, mesmo assim todos os municípios possuem IDH baixo, diferente dos outros estados que mesclam esse padrão em alto, médio e baixo em seus municípios.

As entrevistas foram qualitativas, de forma que o roteiro não era enrijecido e as perguntas poderiam diferir de acordo com a condução da entrevista, seguindo, portanto, o formato semiestruturado (YIN, 2016; GIL, 2008; MARCONI, LAKATOS, 2003). A técnica foi alinhada ao pensamento de Bardin (2016, p.93), onde “lidamos com uma fala relativamente

espontânea, com um discurso falado, que uma pessoa – o entrevistado- orquestra mais ou menos à sua vontade”.

Estabelecer contato com os especialistas para a realização das entrevistas não foi uma tarefa difícil, os três prontamente colocaram-se à disposição em tempo urgente, disponibilizando suas agendas e tornando possível o encontro, no qual duas entrevistas foram presenciais e uma via *ZOOM* (aplicativo para reuniões *on-line*). A duração variou entre 40 e 60 minutos. Importante ressaltar que todas as entrevistas foram informadas e gravadas com consentimento dos entrevistados para posterior transcrição e análise, estas autorizações foram dadas verbalmente durante a gravação e encontra-se em poder da autora, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 6) assinado por ambas as partes.

O estudo foi norteado por um roteiro definido previamente (Apêndice 5), composto por quatro blocos de perguntas (bloco 1: apresentação do entrevistado; bloco 2: Inovação; bloco 3: políticas públicas e bloco 4: processo construtivo das políticas) que contemplaram 16 questões. As entrevistas foram realizadas entre as datas de 6 de julho de 2022 e 13 de julho de 2022.

Após a transcrição, as entrevistas foram analisadas individualmente num primeiro momento, destacando os principais pontos relevantes para a pesquisa, seguindo a ordem dos blocos sugeridos no roteiro inicial. Em seguida, foi realizada uma análise conjunta procurando identificar divergências e semelhanças para que fossem agrupadas as respostas. Também cabe ressaltar que os vícios de linguagem, colóquios, repetições e outros erros corriqueiros na linguagem oral foram mantidos para representar a fala do entrevistado na íntegra.

A partir da transcrição das entrevistas, fez-se outras releituras, uma de consulta para reestruturar e obter percepção do documento inteiro e outras mais atentamente para identificar dados relevantes coletados ao trabalho. Essa parte de verificação é importante, independentemente da quantidade dos dados, e necessário por motivo de excesso de informações obtidas, para que exista um filtro de relevância para possibilitar um trabalho acurado.

3.4 FONTES DE EVIDÊNCIAS

Toda a documentação será levantada e examinada com base na técnica de análise de conteúdo de natureza qualitativa proposta por Bardin (2010). As informações serão coletadas

por análise de documentos, sendo eles o site do IBGE para os dados socioeconômicos dos municípios, e os sites oficiais dos municípios para os dados socioeconômicos e para as políticas públicas de inovação, no qual serão acessados todos por meio de mecanismos de campo de buscas com as palavras chaves “inovação”, “lei”, “programa”, “projeto” e “ação” e uma procura minuciosa por instrumento de abas e documentos específicos que eles disponibilizam ao público.

Para Godoy (1995), essa técnica utilizada por via das fontes de evidências, a análise documental, tem por característica uma rica fonte de exploração a vários documentos e dados concomitantes ao objetivo desse estudo por meio da sua relevância.

O tratamento temporal adotado nessa pesquisa será de caráter transversal (NEUMAN, 2014) no qual a pesquisa irá abranger até dezembro de 2021 e o interesse é capturar todas as políticas vigentes, desconsiderando as que estão descontinuadas.

Após a análise documental, de forma adicional, foram conduzidas entrevistas relacionadas aos Propósitos de Desenvolvimento das Políticas para fim de verificação se o órgão possui característica mais para o Enfoque das Capacidades ou uma tendência ao Utilitarismo Econômico. Explicar o ponto de vista do participante é um dos objetivos da entrevista dessa forma “como pensam, interpretam ou explicam o seu comportamento no contexto natural em estudo” (COUTINHO, 2011, p. 291).

Foram requisitados para as entrevistas o Secretário de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe, a Secretária de Estado da Saúde de Sergipe e o Superintendente Executivo da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe. A seleção teve como critério Gestores Públicos, onde suas atividades estivessem relacionadas com inovação e políticas públicas, importante na construção do entendimento dos propósitos de desenvolvimento por trás das políticas.

As entrevistas ocorreram entre 06 e 13 de julho de 2022, duas presencialmente e uma por meio do *ZOOM* (aplicativo para reuniões *on-line*) com duração em média de 40 a 60 minutos, foram gravadas mediante autorização prévia dos entrevistados para sua posterior transcrição.

3.5 CATEGORIAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE

Através do Quadro 3, foram especificadas as categorias e elementos de análise que reforçaram a base para esse estudo florescer. Para que estas sejam alinhadas dentro de um mesmo sentido e familiaridade, Laville e Dionne (1999) e Bardin (1977), consideram primordial que sejam reunidos, organizados e categorizados por unificação de elementos de conteúdo. De acordo com Bardin (1977), essa categorização vai identificar uma intercessão de elementos em comum entre eles de forma que esse agrupamento seja favorável ou não à pesquisa. Segundo o autor, nem todas as categorias são boas.

Quadro 3 - Categorias analíticas e elementos de análise

Questões de Pesquisa	Categorias de Análise	Elementos de Análise
Quais as características das políticas de inovação?	Análise das políticas	<ul style="list-style-type: none"> -Número de políticas -Nome da política -Tipo de política -Ano de criação -Objetivo -Órgão responsável -Público-alvo -Tipo de Apoio -Agente envolvido -Contexto local -Mecanismos de acompanhamento -Métrica de avaliação
Qual o propósito de desenvolvimento por trás das políticas?	Propósitos de desenvolvimento	Utilitarismo econômico: <ul style="list-style-type: none"> - Tamanho do bolo: PIB - Políticas com pilar econômico - Economia de fomento indireto - Foco na renda - Perspectiva global Enfoque das capacidades: <ul style="list-style-type: none"> - Fatia do bolo: distribuição - Mudança social - Economia de fomento direto - Foco no funcionamento social - Perspectiva local
Qual o contexto local de desenvolvimento?	Contexto local de desenvolvimento	Necessidades humanas básicas <ul style="list-style-type: none"> - Nutrição e cuidados médicos básicos - Moradia - Água e saneamento - Segurança pessoal Oportunidades <ul style="list-style-type: none"> - Sustentabilidade dos ecossistemas - Acesso ao conhecimento básico - Acesso à informação e comunicação - Saúde e bem-estar Fundamentos de bem-estar <ul style="list-style-type: none"> - Tolerância e inclusão - Liberdades individuais - Direitos individuais - Acesso à educação superior

Fonte: Adaptado de Silva e Di Serio (2022); Amartya Sen (2010); Índice de Progresso Social (Amartya Sen, Douglas North, Joseph Stiglitz).

3.6 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

Ao tratar das modalidades de pesquisa é importante entender que a análise documental possui o documento como seu objeto de estudo e pesquisa (OLIVEIRA, 2007; MARCONI; LAKATOS, 2003). Durante o procedimento de análise, os resultados surgem já no momento de capturar as informações da primeira fase, tornando-se possível a percepção de alguns dados, catalogados como notas de campo (ZACCARELLI; GODOY, 2010). Zaccarelli e Godoy (2010) denominaram essas anotações como diário de campo.

Em decorrência dessas anotações no desenrolar da pesquisa, é possível identificar como um município X dispõe das suas informações e disponibilizam em seu site de forma adequada.

Nesta pesquisa os documentos serão coletados pela técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). O autor define análise de conteúdo como “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 38). Ao compreender as três fases definidas pelo autor em: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados (BARDIN, 2016).

No decorrer da pesquisa serão utilizados: notas de campo, diário de pesquisa, fichas de documentação, transcrição de dados (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Estes instrumentos são importantes, pois a documentação é fundamental nessa fase de coleta dos dados, sendo muito mais que o simples ato de guardar informações e tornando-se um elemento de construção da pesquisa. Os dados serão analisados por meio da análise de conteúdo qualitativa de Bardin (2016), cujas etapas estão descritas no Quadro 4:

Quadro 4 - Organização da Análise de Conteúdo

Organização da Análise de Conteúdo

Pré-análise	Exploração do material	Tratamento dos resultados
Organização para tornar os dados úteis à pesquisa; Leitura flutuante; Demarcação do que será analisado; Elaboração de indicadores que orientarão a seleção; Preparação do conteúdo por meio de recortes do texto; Escolha do trabalho e material analisado; Sistematização das ideias e recortes das mensagens.	Codificação do material; Definição de categorias de análise e classificação; Possibilitar ou não a não riqueza das interpretações e inferências.	Inferência; Interpretação; Condensação; Informações para análise; Intuição; Análise reflexiva e crítica.

Fonte: Adaptado de Bardin (2016).

Após todas as etapas concluídas, que consiste desde a reunião do material até a preparação do conteúdo para análise, a pesquisa disporá do material já pronto para estudo. Ainda na fase da pré-análise, durante a escolha dos documentos e da leitura flutuante, a pesquisa seguirá regras propostas por Bardin (2016, p. 125), conforme apresentado no Quadro 5. Isso será importante para a construção do corpus para que a seleção final do material seja concluída e em seguida partir para a fase da exploração do material.

Quadro 5 - Principais regras para escolha de documentos

Exaustividade	Não omitir dados e esgotar a totalidade da comunicação.
Representatividade	A amostra deve representar o universo
Homogeneidade	Os dados devem referir-se ao mesmo tema, obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes.
Pertinência	Os documentos precisam ser condizentes ao objetivo da pesquisa, adaptando-se ao conteúdo.

Fonte: Adaptado Bardin (2016, p.126).

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem por finalidade apresentar o resultado da pesquisa, conforme os objetivos específicos deste trabalho, que são: analisar as políticas de inovação; identificar os propósitos de desenvolvimento por trás das políticas e entender o contexto local de desenvolvimento.

Sergipe está localizado na região Nordeste do Brasil com 21.910 km² de extensão territorial e uma população estimada em 2.338.474 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Povoador em 1590, sua emancipação ocorreu em 08 de julho de 1820 quando deixou de ser dependente da Bahia (IBGE, 2022).

Sua divisão é feita em macrorregiões da seguinte forma: Sertão Sergipano (15 municípios); Agreste Sergipano (18 municípios) e Leste Sergipano (42 municípios). O desenvolvimento econômico é diversificado e concentra seu PIB em 75,2% em Serviços, 19,7% Indústria e 5,1% Agricultura e conta com 45,6% da sua população economicamente ativa com rendimento médio real do trabalho principal R\$ 2.531,00 em 2021 e um PIB per capita R\$ 19.441,00 em 2019.

O Índice de Desenvolvimento Humano em 2010 era de 0,665 e o Estado ocupava a 20ª posição no *Ranking* entre os Estados brasileiros, ao passo que o Estado possui o maior índice de desigualdade do país (Índice de Gini) com 0,580 em 2019. Em 2020 Sergipe registrou um rendimento domiciliar per capita de R\$ 1.028,00 apresentando como resultado as maiores taxas de desemprego do País (IBGE, 2022). Os dados correspondem ao Apêndice 1: Formulário de apresentação do Estado.

Para este estudo, foram analisados os órgãos estaduais, os municípios e seus respectivos órgãos do Estado de Sergipe. Estes órgãos somam o montante de 75 prefeituras, 193 entidades vinculadas aos municípios e 13 Secretarias Estaduais, resultando em 281 órgãos analisados ao total.

4.1 ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INOVAÇÃO

Foram analisados dentro do Estado de Sergipe 281 órgãos, somando Secretarias de Estado, Prefeituras e seus respectivos Fundos Municipais. Em um primeiro momento, foram acessados todos os órgãos por meio de suas páginas oficiais na *internet*. Os órgãos Estaduais e as Prefeituras possuíam *sites* oficiais, com exceção dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação de todos os municípios, que em sua totalidade direcionou a busca para a página principal da prefeitura e não traz informações que permitam a análise.

Foi verificado em cada sítio se existia algum mecanismo que direcionasse para os programas, projetos, ações ou políticas de cada órgão e o período temporal estabelecido foi até o ano de 2022. Das 75 prefeituras apenas 21 sites possuíam *links* referentes a projetos ou programas, porém mesmo com o critério atendido, nada existia de informação em seu histórico. Conforme dito, pelo fato de os Fundos Municipais não possuírem sítios próprios, essa busca não foi possível em Fundos de Saúde, Educação e Assistência Social. Nos 13 órgãos relacionados às Secretarias de Estado pesquisados, apenas seis (Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca; Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura; Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social; Secretaria de Estado do Turismo; Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe) atenderam a este critério.

Uma nova busca foi lançada através da ferramenta “pesquisa” disponibilizada em todos os sítios pelas palavras chaves: “inovação”, “políticas”, “lei”, “projeto”, “programa” ou “ação”. Nos sítios dos Municípios em suas prefeituras, as buscas terminam por gerar *links* nas quais muitas páginas são encaminhadas para uma página no *Facebook*, remetidos a notícias e propagandas políticas do município sem conexão com projetos ou programas e suas características. Nas Secretarias de Estado surgiu um panorama positivo no tocante à disponibilização de ações, projetos e programas em quatro *sites* com 91 políticas encontradas.

Das 91 políticas encontradas somente nos sites oficiais das Secretarias de Estado de Sergipe, sabendo-se que nos 75 municípios e suas Secretarias não foram encontrados nada por meio do mecanismo de busca efetuado por esta pesquisa, foram assim distribuídos: Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca (03 programas); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (01 programa, 55 políticas fechados, 20 políticas em andamento e 06 políticas abertas); Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (03 programas); Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (01 programa) e Secretaria de Estado da Saúde (02 programas).

Quadro 6 - Análise Comparativa das Políticas Encontradas

Análise Comparativa de Análise de Conteúdo das Políticas								
Elementos	P. 1	P. 2	P. 3	P. 4	P. 5	P. 6	P. 7	P. 8
Número de Políticas	Nº 07/2022	Nº 06/2022	Nº 11/2021	Nº 08/2022	Nº 09/2021	Nº 06/2021	Nº 01/2020	Nº 01/2019
Nome da Política	Programa de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (DTI)	Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PBIC) e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PBITI) em ÁREAS Estratégicas	Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores Programa Centelha 2-SE	Programa de Atração e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica em Instituições Estaduais (Bolsas DTR)	Programa de Apoio a Núcleos de Estudos Avançados em Políticas Educacionais no Estado de Sergipe	Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PBIC) e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PBITI) em Áreas Estratégicas	Programa de Apoio à Inovação em Empresas Brasileiras-TECNOVA II	Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores Centelha-SE
Tipo de política	Programa	Programa	Programa	Programa	Programa	Programa	Programa	Programa
Ano de criação	2022	2022	2021	2022	2021	2021	2020	2019
Objetivo	Objetivos claros	Objetivos claros	Objetivos claros	Objetivos claros	Objetivos claros	Objetivos claros	Objetivos claros	Objetivos claros
Órgão responsável	FAPITEC/SE; SEDETEC/SE; SEDURBS/SE	FAPITEC/SE; FUNTEC/SE; SEDETEC/SE	FAPITEC/SE; SEDETEC/SE	FAPITEC/SE; FUNTEC/SE; SEDETEC/SE	FAPITEC/SE; SEDETEC/SE; SEDUC/SE	FAPITEC/SE; FUNTEC/SE; SEDETEC/SE	FAPITEC/SE; SEDETEC/SE	FAPITEC/SE; SEDETEC/SE;
Público-alvo	Sociedade	Sociedade	Sociedade e Pequenas Empresas	Sociedade	Sociedade	Sociedade	Empresas	Sociedade e Pequenas Empresas
Tipo de apoio	Técnico e Financeiro	Técnico e Financeiro	Técnico e Financeiro	Financeiro	Financeiro	Financeiro	Financeiro	Financeiro
Agente envolvido	Órgãos Estaduais	Órgãos Estaduais	Órgão Federal e Estadual	Órgãos Estaduais	Órgãos Estaduais	Órgãos Estaduais	Órgão Federal e Estadual	Órgãos Estaduais
Contexto local	Não havia relato	Não havia relato	Não havia relato	Não havia relato	Não havia relato	Não havia relato	Não havia relato	Não havia relato
Mecanismos de acompanhamento	Não havia detalhamento	Não havia detalhamento	Havia detalhamento de acompanhamento	Havia detalhamento de acompanhamento	Havia detalhamento de acompanhamento	Não havia detalhamento	Havia detalhamento de acompanhamento	Não havia detalhamento
Métrica de avaliação	Clássicas	Clássicas	Clássicas	Clássicas	Clássicas	Clássicas	Clássicas	Clássicas

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Os programas que ofereciam o termo “inovação” resumiram-se a 8 políticas dispostas no Quadro 6, nos quais foram analisados conforme Formulário do Apêndice 2 e 3 deste trabalho

e, o restante das políticas não se aplicaram ao Formulário por não possuir ligação com inovação em políticas públicas. Salvo estas políticas destacados que mencionavam inovação em seu projeto, o restante havia somente ofertas de bolsas de mestrado e doutorado ou referentes à iniciação científica.

Feita a análise que continham inovação em seu programa e destas políticas levantadas percebe-se que o termo inovação aparece de forma muito ampla, ou seja, não necessariamente relacionado a políticas ligadas a projetos, programas, leis ou ações em políticas públicas de inovação.

Após a aplicação dos Formulários nos Programas, a realidade foi apresentada da seguinte forma: seis políticas foram ofertadas diretamente para profissionais em pesquisa e duas ligadas a empreendedorismo. Desta forma, a contemplação ocorreu para as empresas e a sociedade como um todo, não existindo políticas voltadas para um público-alvo que focasse no indivíduo e o seu bem-estar.

O contexto local não foi apresentado em nenhuma das políticas (Quadro 6), sem descrição das características locais ou regionais que pretendesse abarcar tais programas e seus benefícios, sem levar em consideração o contexto ou ao menos fazer essa análise.

Foi verificado que as métricas clássicas predominaram em todas as políticas e não é dissertado sobre de que forma ocorrerá o processo de implementação ou as formas de acompanhamento. Contrário às demais métricas que falam de aspectos sociais e bem-estar, as métricas clássicas presentes nas políticas focam no aspecto financeiro.

Percebeu-se que os programas apresentavam características em comum, como o apoio financeiro e os tipos de agentes envolvidos estaduais, destacando-se dois programas com parcerias com órgãos Federais e o ano de criação entre 2019 e 2022. Referente ao ano de criação, mostra que existe um padrão de encerramento das políticas sendo as atuais sempre as mais recentes, porque a cada governo as políticas se encerravam, e foi observado que as políticas estão concentradas nos órgãos com ligação com inovação, o que demonstra falta de articulação entre o potencial de inovação e os propósitos dos demais órgãos. Essas políticas analisadas são enquadradas em inovação porque elas têm o termo inovação em seu objetivo, mas quando foram analisadas o corpo dessas políticas, é possível perceber que a inovação aparece de forma genérica, sem articulação mais profunda entre os objetivos e resultados pretendidos por meio de inovação.

4.2 PROPÓSITO DE DESENVOLVIMENTO POR TRÁS DAS POLÍTICAS

A fim de atender aos objetivos deste trabalho, foram realizadas entrevistas a especialistas, sendo estes sujeitos sociais: o Secretário do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe, a Secretária de Estado da Saúde de Sergipe e o Superintendente Executivo da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe. A escolha foi feita de acordo com atividades que estivessem relacionadas com inovação e políticas públicas e possuíssem cargo de gestão importantes na construção do entendimento dos propósitos de desenvolvimento por trás das políticas públicas em inovação. Por serem ocupantes de cargos públicos e Gestores de Estado de Sergipe não foi necessário ocultar a identidade dos entrevistados.

Estes, como profissionais especialistas em gestão atuando a frente dos Órgãos mencionados foram importantes para que o tema fosse tratado com propriedade. Assim, tendo em vista que a presente pesquisa se propôs a investigar se as políticas públicas de inovação são adequadas ao desenvolvimento de localidades pouco desenvolvidas, cabe primeiramente definir o que está entendendo por “inovação” e por “políticas” por parte dos entrevistados.

As entrevistas foram conduzidas individualmente com cada Gestor garantindo imparcialidade, mas acabou gerando similaridade e divergências entre elas. O conteúdo do referencial teórico foi importante para a confecção das questões do roteiro (Apêndice 5), além da amarração dos fatores (Quadro 3) no qual foi permitido cruzar o objetivo da pesquisa com as questões de estudo e aliar às fontes de evidências.

O intuito da construção do Formulário de Classificação dos Propósitos de Desenvolvimento (Apêndice 3) foi para que houvesse a verificação do perfil das políticas analisadas. Nessa análise foi possível enxergar que entre o Utilitarismo Econômico e o Enfoque das Capacidades, todas as oito políticas pertenciam a uma perspectiva econômica, tornando assim o Enfoque das Capacidades uma realidade bastante distante de ser alcançada.

Existem outras medidas capazes de ajudar na identificação desses problemas, o presente trabalho analisa uma vertente que possui uma base teórica diferente das outras e leva em consideração justamente esses aspectos que são distintos dos mais tradicionais. Não significa que um modelo está certo ou errado, significa que a junção de todos os indicadores das linhas que estudam o desenvolvimento contribui e traz desenvolvimento, além de bem-estar

social, pois somente o PIB dos países desenvolvidos, não tem conseguido identificar o avanço da desigualdade e a falta de oportunidades (DEATON, 2017; STIGLITZ, 2016).

4.2.1 Políticas levantadas

Das políticas que se enquadraram, o propósito de desenvolvimento baseava-se no crescimento coletivo econômico da sociedade com pouco foco na mudança social, de forma que políticas direcionadas para o indivíduo e a preocupação mais efetiva com a qualidade de vida, o bem-estar e o desenvolvimento local, não apareciam a florados. Assim, somente políticas que priorizavam o pilar econômico e que levavam em conta a sociedade no sentido mais amplo e as médias e grandes empresas eram contempladas, visto isso, o bem-estar do indivíduo não era o principal objetivo.

As políticas analisadas apresentaram perfis utilitaristas, o fato de prevalecer muitas vezes o Utilitarismo não significa que esta medida é ruim, a questão é que é problemático considerar apenas um determinado aspecto, é como identificar esses pontos de inflexão (LEDERER; KREUTER, 2018). Por exemplo, Sen (2010), considera que é muito comum que ao conversar com pessoas que passam por privação, essas pessoas em relação a elas mesmas, elas têm uma visão pouquíssimo crítica, elas entendem que o pouquíssimo é suficiente para elas, pois possuem o conforto naquele momento de possuir o básico para sua sobrevivência. E se o desenvolvimento não acontece torna-se mais difícil a mudança social (PALMA, 2019).

Durante a análise das políticas foi aplicado o Formulário de Classificação dos Propósitos de Desenvolvimento (Apêndice 3). As políticas levantadas baseadas nesse formulário apresentaram características que se enquadravam mais no Utilitarismo Econômico que no Enfoque das Capacidades. Isso ocorre devido às Políticas terem apresentado em suas informações, concentração de interesses focados na sociedade de forma mais ampla e em grandes empresas no sentido macro, que em indivíduos e suas necessidades mais direcionadas às características pessoais de satisfação.

As políticas possuíam vertente econômica, foco no fomento indireto e demonstraram ter além do pilar financeiro, uma perspectiva global e não local das regiões onde seriam aplicadas de acordo com suas políticas. O foco no desenvolvimento econômico, na renda, não

deixou espaço para a mudança social no qual crescimento das classes e bem-estar era importante.

Quadro 7 - Análise dos Propósitos de Desenvolvimento

Classificação das Políticas dentro dos Propósitos de Desenvolvimento								
Classificação das Políticas	P.1	P.2	P.3	P.4	P.5	P.6	P.7	P.8
	Nº 07/2022	Nº 06/2022	Nº 11/2021	Nº 08/2022	Nº 09/2021	Nº 06/2021	Nº 01/2020	Nº 01/2019
Utilitarismo Econômico								
Tamanho do bolo: PIB								
Políticas com pilar econômico								
Foco na renda								
Perspectiva global								
Economia de Fomento indireto								
Enfoque das Capacidades								
Fatia do bolo: distribuição								
Mudança social								
Foco no funcionamento social								
Perspectiva local								
Economia de fomento direto								
Legenda:		Sim						
		Não						

Fonte: Elaboração da autora (2022).

O Quadro 7 foi elaborado para que se possa entender, através da escala de cores, o perfil encontrado nessas políticas que foram analisadas (Quadro 7). A cor vermelha indica que não possuía indicadores desse elemento descrito e o verde indica que existia.

As políticas apresentaram um propósito de desenvolvimento direcionado para um nicho da população que são os contemplados pelos altos índices de desigualdade, mas não existia uma análise do contexto para a aplicabilidade dessas políticas. E segundo a análise do estudo, o que predomina é o olhar Utilitarista no qual o que será considerado é justamente a visão e a perspectiva muito econômica e muito genérica dos fatos prevalecendo sempre o aspecto financeiro.

4.2.2 Análise das entrevistas

O passo posterior foi analisar o conteúdo dos dados recolhidos. Assim, após essa observação foram construídas categorias com blocos por assunto e semelhanças ou divergências de opiniões. A entrevista foi estruturada em quatro blocos assim divididos: o bloco 1 consistiu na apresentação do entrevistado; o bloco 2 seguiu com o entendimento sobre “inovação”; o

bloco 3 sobre “políticas públicas” e o bloco quatro encerrou com o processo construtivo das políticas.

Procedendo aqui a descrição e análise dos dados recolhidos através da entrevista, convém salientar que a divisão em blocos e o roteiro como elemento condutor foi importante para que no decorrer da conversa os entrevistados passassem pela mesma sequência de assuntos e indagações. Mesmo existindo a possibilidade da entrevista ser direcionada de variadas formas com a abrangência de possibilidades que cada assunto trás, a cada entrevistado prezou-se pela linearidade do assunto para que a intercessão pudesse ser feita de maneira bem objetiva no agrupamento das opiniões individuais.

O primeiro bloco foi constituído por perguntas relacionadas “à apresentação dos entrevistados, conforme apresentação das suas respectivas Secretarias. Os três entrevistados possuem Ensino Superior com Educação Continuada, já foram gestores em épocas passadas e suas formações educacionais possuem ligação com os cargos ocupados no momento.

Em sequência, foram direcionadas questões sobre Inovação e o que cada um entende pelo tema, é de suma importância a transcrição fidedigna do entendimento constatado:

“Eu acho que inovação é isso, é a gente sempre tá aberta ao novo, eu acho que inovar é justamente isso e nessa pasta cada dia a gente entende que tem que ter uma inovação, eu acho que a principal inovação e aí o mundo nos mostra é a inovação tecnológica, né? E a inovação do principalmente da gestão de pessoas, a saúde mexe com as pessoas, né? Eu acho que é o principal da gente, o nosso instrumento de trabalho na sua maioria é o servidor, é a pessoa, o ser humano e inovar é tentar a qualificação contínua dele para que ele abra horizontes e consiga enxergar a grandeza que é e a cada dia a gente faz diferente”. (Secretária de Estado da Saúde de Sergipe).

“Inovação é a possibilidade de você fazer diferente a implementação de uma ação que consiga lhe dar um resultado melhor, mas não necessariamente você precisa ter uma implantação de algo que nunca foi feito, mas é você conseguir combinar elementos ou novos ou elementos que estão à disposição, mas você conseguir obter resultados naquela organização que você está seja pública ou privada”. (Secretário Executivo de Estado da Educação de Sergipe).

“Inovação é um tema muito amplo, pode ser agregação de (...) o que tenho para acrescentar na palavra inovação, é tudo que é novo, tudo que é que o tudo que agrega tecnologias, desde a disruptiva ou mesmo a simples melhoria dos processos, por exemplo, Sergipetec Parque tecnológico de Sergipe tem vários programas, por exemplo: um mapa eólico pro Estado, é muito importante, ou seja, quando uma empresa chegar e tiver interesse em se instalar em Sergipe, o papel nosso é disponibilizar para essa empresa o mapa eólico do estado, essa área é adequada para a instalação dos aerogeradores”. (Secretário do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe).

Cada Secretaria de Estado possui segmentos diferentes, dentre os quais: A Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe (SES) elencou seu público-alvo a população como um todo, a

Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEDUC): os estudantes residentes no estado de Sergipe e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe (SEDETEC): grandes empresas e setor industrial.

Partindo para o terceiro bloco da entrevista, as políticas públicas foram mencionadas e questionou-se se existiam equipes específicas que negociassem as necessidades de acordo com o público-alvo e os objetivos da pasta, no qual a resposta foi positiva e todos os representantes das secretarias participam ativamente da construção, elaboração e identificação de prioridades.

A articulação com os municípios de Sergipe, visto que as Secretarias são Estaduais e essa interação é parte do processo, a SES e a SEDUC possuem equipes que faz esse intermédio com o chamado “regime de colaboração” com os municípios estabelecidos por lei. Como o foco da SEDUC está direcionado à Indústrias e grandes empresas, o entrevistado informou que o trabalho é feito de forma macro e a localização é estabelecida de acordo com a implantação da Indústria. Não são feitas parcerias com municípios de pequeno porte.

É sabido que, os Órgãos Federais e Nacionais têm grande aplicabilidade em Projetos de Políticas Públicas Nacionais e Federais que abarcam os 27 estados e os seus 5570 municípios, no entanto, é preciso saber se os Estados reduzem suas ações, projetos e políticas públicas à apenas uma replicação destes, conduzidos de forma nacional. A representante da SES e o da SEDUC informaram que não existe apenas uma replicação das políticas federais e que existem também os programas que o Estado promove modeladas de acordo com a necessidade e de acordo com as especificidades da localidade construindo assim algo específico para cada realidade. A SEDETEC não possui políticas menores que consiga abarcar localidades menores, reservando-se assim a projetos industriais.

A construção dessas políticas e a identificação de quais regiões possuem mais necessidades que outras e os obstáculos e desafios apresentados, foram exclusivos problemas financeiros por parte da SES e da SEDUC, ambos afirmaram que o erário é sempre bem-vindo pois existe limites para abarcar tudo que se pretende alcançar, porém falar em principal impedimento, não é. A SES elencou como principal obstáculo a falta de técnicos que consigam identificar os problemas, sendo a falta de qualificação e o planejamento um dos grandes motivos para o insucesso algumas vezes. A SEDUC citou a própria aceitação de rotinas implementadas, comuns no serviço público, na educação por exemplo mesmo implementando novos hábitos, as vezes não surge um resultado satisfatório por conta da resistência da equipe. A SEDETC explicitou uma limitação em implementar políticas em pequenas localidades, pois pequenos produtores estão condicionados a receber uma ajuda do Estado ou Governo de forma que apenas

ceder o material para estas pequenas empresas não se configura uma política pública, segundo o entrevistado. Ele conclui que as grandes empresas aproveitam, se beneficiam e fazem bom uso dos incentivos aplicados, enquanto os pequenos produtores e empresários não possuem a mesma percepção.

Existe por parte das políticas nacionais um desenho que já vem pronto e que muitas vezes não condiz com a realidade de determinada localidade onde será aplicada, confrontado sobre essas adaptações a SEDUC explanou:

“A outra questão é que uma política federal que é desenhada para todos a partir de Brasília se você não tem um histórico dos técnicos lá, de implementação de outras ações passadas, as vezes realmente você não consegue enxergar tudo, mas isso não é restrito a Brasília, que a partir de Aracaju a gente as vezes implementa ações nos municípios, nas escolas na rede estadual, pra não falar nos municípios, nas diretorias regionais, que pode ser que não se aplique, eu peço para você registrando diário eletrônico tudo que você faz, simplesmente aquela localidade no povoado lá em Porto da Folha não tem sinal de internet estável, como é o nosso caso aqui, numa conversa e Aracaju, então, uma ação que a gente pensa aqui e que as vezes não se efetiva. Outra coisa, é dizer o seguinte: as políticas que são gestadas em nível nacional, elas têm o objetivo nacional federalizado, mas elas conseguem abarcar tudo? As vezes elas não conseguem abarcar um detalhe”. (Secretário de Estado da Educação de Sergipe).

Questionados sobre a burocracia na implementação de Políticas e Programas, a SES informou que acontece, mas que é possível ir ajustando e formatando; a SEDETEC limitou-se às burocracias jurídicas que, por vezes atrasam o processo e a SEDUC diagnosticou como problema burocrático a falta de autorização para agir livremente no direcionamento dos recursos que vêm destinado a uma finalidade específica, ou seja, o excesso de proteção termina dificultando. Foi feito um depoimento sobre uma situação recente:

“Existe, em todas as ações que a gente vai fazer tem limitações, um caso muito direto, por exemplo, tinha limitação que a gente conseguiu suplantir agora muito recentemente de aquisição de uniforme escolar para os alunos, ao menos a camisa e o que acontece é que a gente tinha dificuldade do aluno que não ia para a escola porque não tinha uniforme e isso porque não tinha rubrica autorizada para fazer essa execução. Então sim, as vezes o travamento excessivo dos itens, eu entendo a delimitação do recurso, a indicação das ações para que você não traga para essas ações coisas que não são feitas a ela, você tem uma ideia de proteger, mas essa ideia de proteção as vezes dificulta.” (SEDUC).

Terminada a entrevista, foi feita uma indagação aos Secretários de Estado, sobre a falta de informações disponíveis nos sites oficiais, inclusive a falta de informação de muitas Políticas, Projetos e Programas que eles citaram no decorrer da entrevista, muitos destes não estão expostos para consulta. Por unanimidade corroboraram com a posição apresentada e

complementaram que isso é realmente um problema. A SES deixou claro que isso é algo que já foi conversado com a Assessoria de Comunicação e dispõe da opinião de que não precisa existir dificuldade em encontrar dados, ela diz que “não precisa ser um expert em uma ferramenta para buscar uma informação”. A SEDUC apenas compactua com a indagação e concordou que isso realmente é um problema. A SEDETEC demonstrou preocupação na necessidade de aumentar o que chamou de “profissionalismo tecnológico”.

4.3 CONTEXTO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO

O Censo Demográfico é feito no Brasil a cada dez anos, porém com a pandemia de Covid-19 a pesquisa foi adiada e por esse motivo o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE encontra-se com a última atualização de pesquisa de 2010, ou seja, desatualizado, pois deveria ter havido no ano de 2020, o que termina dificultando a análise dos dados para uma versão atualizada da forma como se encontra o contexto social local. Outro fator importante que contribuiu com o atraso e comprometeu a realização foi a diminuição de verbas promovido pelo Governo Federal no Orçamento de 2021. De acordo com O Estadão (Portal do Estado de São Paulo, 2021) e a CNN Brasil (2021) essa medida impacta na formulação de políticas públicas por não existir conhecimento de como a realidade se apresenta através dos dados e que tem previsão para ocorrer somente em 2023.

Esta etapa apresenta os dados referentes ao contexto local de desenvolvimento dos municípios sergipanos e do estado de Sergipe. Para isso, serão utilizados indicadores adaptados do “*Social Progress Imperative*” que possui como objetivo utilizar dados para influenciar políticas e investimentos que ajudam a servir a sociedade da melhor forma.

A busca inicialmente feita no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE apresentou aspectos relevantes para a pesquisa, porém mostrou a existência de métricas tradicionais que merecem um complemento que ajude a demonstrar a realidade dos fatos das sociedades e da localidade estudada.

Neste momento, a pesquisa buscou por indicadores como: nutrição e cuidados médicos básicos; moradia; água e saneamento; segurança pessoal; sustentabilidade dos ecossistemas;

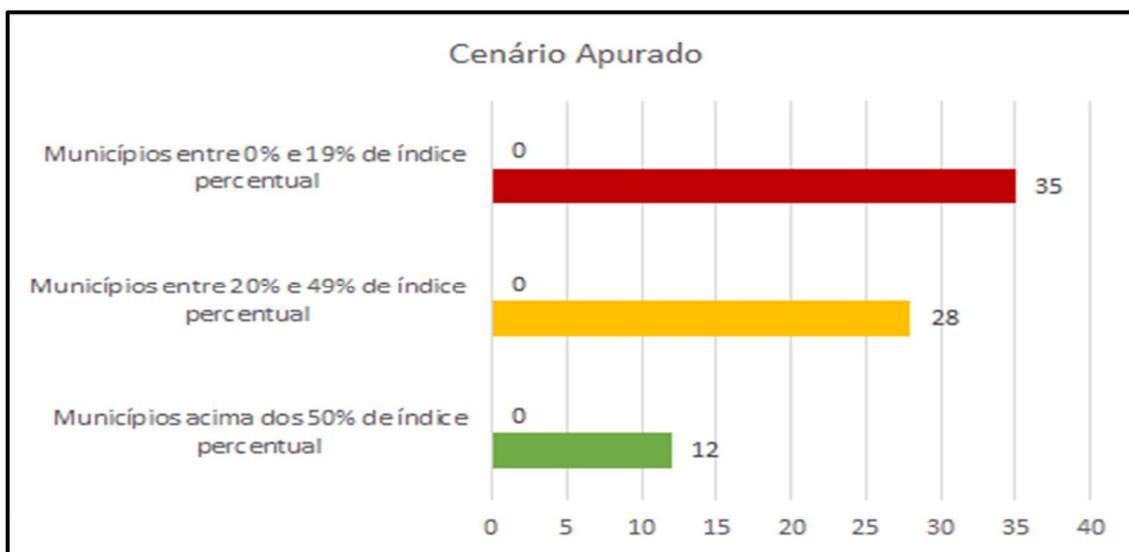
acesso ao conhecimento básico; acesso à informação e comunicação; saúde e bem-estar; tolerância e inclusão; liberdade Individual; direitos individuais; e acesso à educação superior.

Para a identificação e análise dos itens abordados, além da pesquisa mencionada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foram necessárias buscas a outros *sites* conforme será demonstrado neste tópico. Alguns destes itens não são abordados no referido *site* do IBGE de maneira que os dados interajam com a realidade dos indivíduos e o contexto social de cada localidade estudada.

Dos 281 órgãos pesquisados, nenhum oferecia informações sobre os índices citados anteriormente em seus sítios. Dessa forma, acerca do indicador “**água e saneamento**”, através dos dados fornecidos pelo IBGE foi detectada que a última pesquisa datada em 2010. De acordo com dados do *site*, todos os municípios sergipanos e o Estado contavam com rede de distribuição de água. Dos 75 municípios sergipanos apenas 45 contavam com rede de esgotamento sanitário adequado por rede coletora.

O Apêndice 7 deste trabalho apresenta um quadro com os municípios de Sergipe e traz os percentuais referente à “Esgotamento Sanitário Adequado”. Dados que permitem a seguinte compilação, visto que 84% dos municípios sergipanos analisados vivem com menos de 50% da sua região favorecida por esgotamento sanitário adequado conforme demonstrado também no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Quantidade de Municípios com Esgotamento Sanitário Adequado



Fonte: Adaptado dos Dados IBGE (2010). Elaboração da Autora 2022.

Apesar dos dados não atualizados, a pesquisa recorreu ao Instituto Trata Brasil, que fornece anualmente o *Ranking* do Saneamento. No relatório referente ao *Ranking* de 2022 foi possível perceber que Aracaju caiu 7 posições: em 2021 ocupava a 56ª posição e em 2022 passou a ocupar a 63ª. Essa posição trata-se da análise dos principais indicadores de Saneamento Básico das Capitais, tais como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, perdas de água, entre outros.

Um dado que ajuda a entender essa involução e, conseqüentemente queda de posições é apresentado no quadro referente à “Evolução do Abastecimento de Água nas Capitais”. O município de Aracaju, capital de Sergipe, apresentou os melhores índices no *ranking* dos municípios sergipanos, porém mesmo no Apêndice 7, no gráfico 4, em 2010 apesar de liderar o primeiro lugar entre os municípios, referente ao “Esgotamento Adequado” com 87,20%, no *Ranking* 2022 do Instituto Trata Brasil diagnosticou essa involução em percentuais no qual Aracaju possuía os seguintes dados nos anos: 2016 (99,29%); 2017 (99,60%); 2018 (99,78%); 2019 (99,67%); 2020 (98,89%).

No tocante ao indicador **moradia**, a Confederação Nacional de Municípios- CNM (2020) informou que um em cada cinco brasileiros moram em habitações precárias de acordo com dados do IBGE. Apesar da citada falta de atualização do site do IBGE, em 2020 foi elaborado um documento chamado “Pesquisa Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira”, trazendo informações que abordam desigualdades relativas ao trabalho, à renda e às condições de moradia. De acordo com a CNM (2020), este documento deve nortear o planejamento local e subsidiar políticas nas esferas federais, estaduais e municipais.

As informações não apresentam uma síntese de Sergipe e suas regiões, elas tratam discretamente os dados referentes à Sergipe, que perdeu algumas posições no *ranking* por não obter sucesso em grande parte dos indicadores, no qual o cenário não era favorável ao crescimento de diversos indicadores analisados.

Em 2018 o Governo de Sergipe liberou o relatório “Sergipe em Números” de acordo com dados extraídos do IBGE e a informação sobre habitação e moradia limitou-se a: média de pessoas (2,96%); energia elétrica (99,90%); celular por domicílio (89%); acesso à internet (53,40%); domicílio com microcomputador (26,10%). Dados computados por domicílio e limitados a Sergipe, ou seja, não foram encontrados dados sobre os municípios sergipanos.

Três itens podem ser sintetizados nessa busca: **acesso ao conhecimento básico; acesso ao conhecimento superior e acesso à informação e comunicação**. Assim como os

itens anteriores, a busca por Sergipe e seus municípios não oferece descrições minuciosas sobre os dados da região.

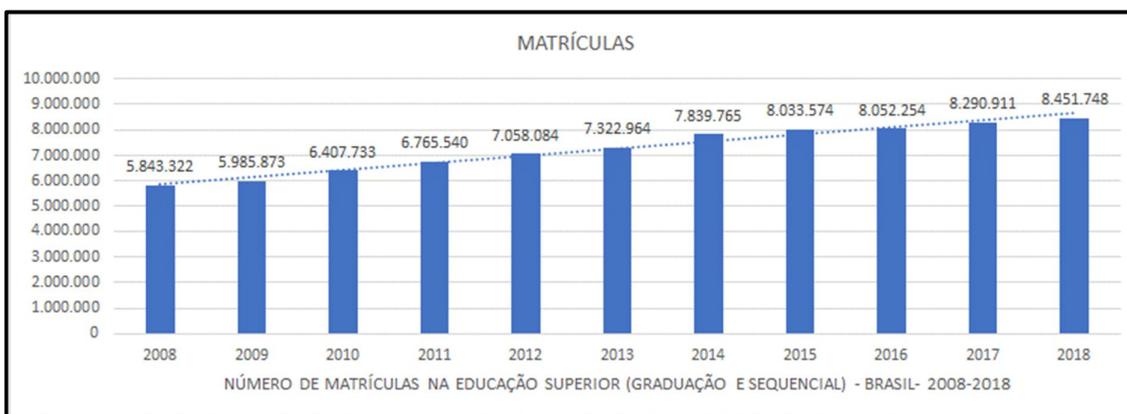
Sobre o conhecimento básico, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB funciona como um indicador de qualidade calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. De acordo com os dados do IBGE, que fornece a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, também é possível obter a nota do IDEB referente ao ano de 2019 como a pesquisa mais recente.

Lançando mão desses dados, é possível identificar o estado de Sergipe com a nota 4,6 (0-10), ocupando entre os 27 estados a última colocação e São Paulo a primeira colocação com a nota 6,5. Vale acrescentar que a nota 4,6 refere-se aos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública. Referente aos anos finais do ensino fundamental a nota cai ainda mais, atingindo 3,6, mesma nota recebida pelo Estado do Rio Grande do Norte, ficando Sergipe então na 26ª posição.

No sítio do IDEB é possível encontrar os dados referentes aos municípios e comparar em relação a anos anteriores. O cenário dos municípios sergipanos apresenta-se da seguinte forma no Apêndice 8 Quadro 14 (IDEB- Resultados e metas).

É possível verificar Feira Nova (3,5) na 75ª posição com progressão praticamente inalterada em relação aos anos anteriores e Itabaianinha (5,7) em 1º com um crescimento de 2,6 (2005) para 5,7 (2019). Já o Brasil concluiu a pesquisa com nota 4,2. Dados relacionados à escolaridade por faixa etária e Sergipe em relação aos estados em 2014 obteve a nota 3,0 e em 2015 2,9. Ambos os anos em último lugar.

Gráfico 2 – Matrículas na Educação Superior Brasil 2008 - 2018

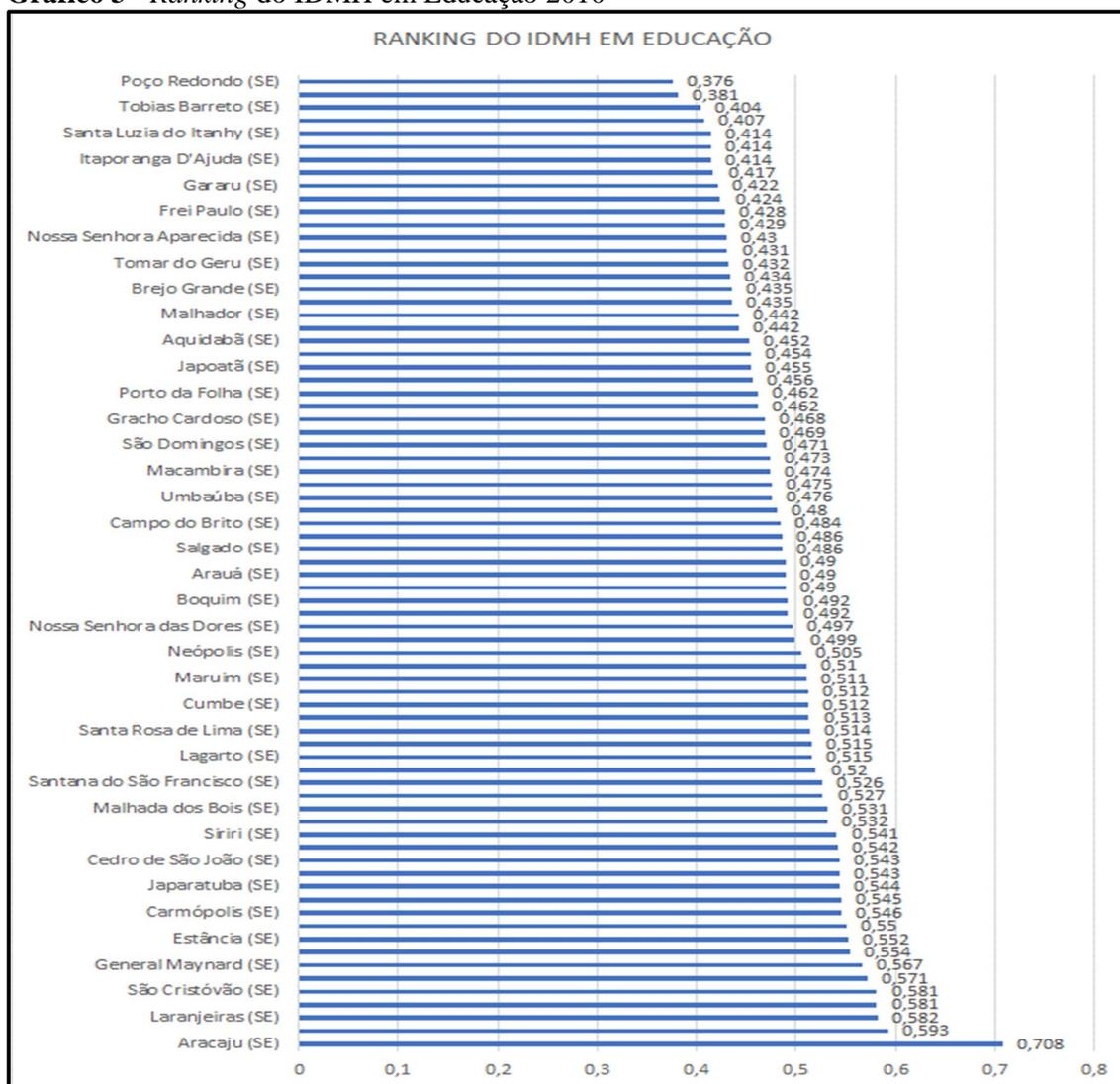


Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo da Educação Superior 2018.

Sobre a Educação superior no Brasil foram elencados no Censo da Educação Superior 2018. O documento elaborado pelo INEP em parceria com o Ministério da Educação concluiu que entre 2008 e 2018 as matrículas na educação superior aumentaram em 44,6% conforme dados do Gráfico 2 e 3. Com relação ao sentido mais restrito ao Estado e direcionados aos municípios sergipanos, esta não foi delimitada. Para essa pesquisa do PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios os seguintes itens foram analisados: analfabetismo; taxas de matrículas; número médio de anos de estudo; taxa de escolarização; nível e rede de ensino que frequentavam.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, no tocante ao IDMH Educação com dados fornecidos pelo IBGE, apresentou em seu *ranking* referente a este indicador dados nos quais Sergipe em 2010 encontrava-se com IDMH 0,56 (20ª posição entre os estados) e em 2017 apresentou IDMH Educação 0,64 (24ª posição). Sobre os municípios de Sergipe, os dados eram de 2010 da seguinte forma:

Gráfico 3 - Ranking do IDMH em Educação 2010



Fonte: Dados do Atlas Brasil site: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking> (2022).

A pesquisa sobre o indicador Acesso à Informação e Comunicação também foi trabalhada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua- Tecnologia da Informação e Comunicação, divulgada em 2020. Apesar de informar dados apenas por região (norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste) é válido mencioná-los aqui compondo mais um indicador. A pesquisa reúne dados sobre dois aspectos: indivíduos que possuem telefone móvel e pessoas que utilizaram a *internet* nos últimos três meses. O Nordeste nessa análise em todos os indicadores possui uma nota em média intermediária e segundo informações da Agência Brasil (2020), “um a cada quatro brasileiros não tem acesso à internet conforme pesquisa”. Essa notícia é importante, pois mesmo com números indicando um crescimento de acessos (74,7%) entre aquisições de equipamentos tecnológicos e domicílios com acesso à internet, também

cresceu o número de pessoas ainda não acessam a internet e não possuem tais equipamentos (IBGE, 2020).

Segurança Pessoal, Direitos Individuais e Liberdade Individual não são indicadores presentes na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE. A busca expandiu-se pelo sítio do Ministério da Cidadania, porém sem sucesso também no tocante às informações sobre os três itens analisados.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, em parceria com o Ministério da Economia, por meio de dados do IBGE sobre mortalidade para 2021, elaborou o Atlas da Violência para identificar a conjuntura da violência no Brasil. No estudo existe a limitação de disponibilizar dados referentes aos Estados. Sergipe, por exemplo, em relação ao *Ranking* referente à taxa de homicídios apresentou crescimento em 30,9% entre 2009 e 2019. Referente a mortalidades e homicídios, Sergipe apresentou em todos os critérios crescimento em relação a 2009, no qual a Segurança Pessoal aparece de forma bem comprometida. Esses dados são replicados no sítio do Observatório de Sergipe, com índices relacionados à segurança pública.

A Heritage Foundation elaborou o Índice de Liberdade Econômica 2022, com 177 países analisados. Essa análise permite identificar o quanto de recuo sobre doenças, pobreza e desinformação houve após um período de evolução devido a liberdade econômica. Neste *ranking* o Brasil ocupa a 133ª posição.

Sobre **Tolerância e Inclusão**, em uma análise sobre o Brasil, os dados do Imperativo Progresso Social mostram uma queda em posições referente a este indicador: 2021 (46ª posição). Indicadores como Inclusão, liberdade pessoal e direitos pessoais encontram-se no bloco de oportunidades segundo o índice. Nessa escala, permite perceber que os dados do Brasil no decorrer dos anos sofreram um decréscimo de posições, dessa forma: 2014 (39º); 2015 (40º); 2016 (40º); 2017 (45º); 2018 (46º); 2019 (48º) e 2021 (62º). Mesmo não encontrando índices sobre Sergipe e municípios, de acordo com o percentual geral do Estado, é possível que não exista muita discrepância entre os dados com o do País em geral.

O item **nutrição e cuidados básicos aliados à saúde e bem-estar** merecem atenção por estarem ligados à saúde do indivíduo, sendo importantes para o bom desempenho de todas as outras atividades e a longevidade. Hoje a expectativa de vida dos brasileiros aumentou para 76,6 anos, segundo dados de 2019 (IBGE, 2020). Em Sergipe essa expectativa cai para 73,4 anos, em 2010 estava na 19ª posição entre os estados e em 2017 ocupou a 22ª no *ranking* brasileiro (Atlas Brasil, 2020).

O Governo Federal disponibiliza por meio do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional- MapaSAN dados, alimentados pelos estados que aderiram ao programa, referentes

à Segurança Alimentar e Nutricional em todos os estados e municípios brasileiros. Porém, esta ferramenta está disponível apenas para Conselheiros e servidores municipais, estaduais e distritais em Segurança Alimentar, de forma que não foi possível acessar esses dados para esta pesquisa. Foi possível identificar que nem todos os municípios e estados aderiram ao MapaSAN, menos de 50% dos municípios são participantes e Sergipe é um deles.

De acordo com a ONG Ação da Cidadania (2022), o Brasil retrocedeu em 30 anos, no qual em 2022, de acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil existem 33 milhões de famintos no país, refletindo o fato do Brasil ter voltado para o mapa da fome no qual havia saído em 2014. Hoje, apenas quatro entre dez famílias brasileiras tem acesso pleno à alimentação (Ação da Cidadania, 2022).

A saúde registra por meio de dados do IBGE, morbidade e suas causas, taxa de mortalidade infantil, informações como “internações por diarreia”, orientação sexual e características socioeconômicas. Esses dados surgem como percentuais em todos os municípios sergipanos e no estado. Há informação sobre o número de estabelecimentos do SUS por região, mas com dados referentes a 2009. Esses dados não refletem a realidade atualmente. Segundo dados do IBGE (2009), Sergipe em serviços de saúde ocupava o 21º lugar no *ranking* entre os estados com 1115 estabelecimentos liderados pelo Sistema Único de Saúde- SUS. O Brasil, segundo o índice de Progresso Social em 2021 entre os países seguiu a 97ª posição.

Os indicadores utilizados para pesquisas em Saúde surgem de variadas formas. O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, por exemplo, lança mão do modelo de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável- ODS (utiliza uma escala de cores: verde, amarelo, laranja e vermelho) no qual indica em que patamar o município encontra-se para atingir seu objetivo, esse termômetro sinaliza que quanto mais próximo do vermelho, mais longe este objetivo está de ser alcançado.

A limitação desses dados informados é que a pesquisa em 2021 apenas liberava os dados dos municípios: Aracaju e São Cristóvão. Indicadores dos quais já foram citados aqui são trabalhados, porém, anteriormente somente esses dois municípios podiam ser verificados (Quadro 8). Conforme análise dos dados, Aracaju em sua pontuação geral aparece com 53,16 e São Cristóvão 48,35. Considerando a escala de cores por objetivo, os municípios aparecem da seguinte forma:

Quadro 8 - Progresso de Desenvolvimento por Escala de Cores de acordo com a ODS

Progresso de Desenvolvimento por Escala de Cores de acordo com a ODS			
Resultado	Aracaju	Resultado	São Cristóvão
	Erradicar a Pobreza		Erradicar a Pobreza
	Erradicar a Fome		Erradicar a Fome
	Saúde de Qualidade		Saúde de Qualidade
	Educação de Qualidade		Educação de Qualidade
	Igualdade de Gênero		Igualdade de Gênero
	Água Potável e Saneamento		Água Potável e Saneamento
	Energias Renováveis e Acessíveis		Energias Renováveis e Acessíveis
	Trabalho Digno e Crescimento Econômico		Trabalho Digno e Crescimento Econômico
	Indústria, Inovação e Infraestruturas		Indústria, Inovação e Infraestruturas
	Reduzir as Desigualdades		Reduzir as Desigualdades
	Cidades e Comunidades Sustentáveis		Cidades e Comunidades Sustentáveis
	Produção e Consumo Sustentáveis		Produção e Consumo Sustentáveis
	Ação Climática		Ação Climática
	Proteger a Vida Marinha		Proteger a Vida Marinha
	Proteger a Vida Terrestre		Proteger a Vida Terrestre
	Paz, Justiça e Instituições Eficazes		Paz, Justiça e Instituições Eficazes
	Parcerias para Implementação dos Objetivos		Parcerias para Implementação dos Objetivos
Legenda:			
	ODS atingido		
	Há desafios		
	Há desafios significativos		
	Há Grandes Desafios		

Fonte: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/rankings> acesso em 23 de março de 2022.

No decorrer do estudo a pesquisa foi atualizada e o site disponibilizou dados em 2022 com a inclusão de todos os municípios de Sergipe. A tabela atualizada com os municípios encontra-se no Apêndice 9 Quadro 15 deste trabalho com o resultado da análise de acordo com o desempenho de cada município nos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável com uma avaliação de 0 a 100 e a posição de cada cidade num *ranking* com os 5570 municípios brasileiros.

O indicador Sustentabilidade dos Ecossistemas após pesquisa ao sítio do IBGE não ofereceu resultado positivo, assim como o Observatório de Sergipe e o Atlas Brasil que nada de relevante existe sobre este aspecto. No índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades apresenta: Cidades e comunidades sustentáveis, cujo o objetivo é tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, porém encontra-se de laranja (de acordo com a escala de cores), pois mostra que há desafios significativos a superar, fortemente inclinado a análise das condições de moradia da população no Apêndice 9, quadro

15- Progresso de Desenvolvimento por escala de cores de acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS dos municípios sergipanos.

Sobre considerações do indicador “moradia” foi analisado o indicador “abrigo” do *Social Progress Imperative* em 2021, assim como “qualidade ambiental” referente a sustentabilidade dos ecossistemas, demonstrou que o Brasil se encontra em situação de alerta. Ao passo que “qualidade ambiental” apresentou um bom resultado alcançando a 38ª posição no *ranking* entre os países, o indicador “abrigo” ocupa a 84ª. Os aspectos analisados em cada um dos itens são os seguintes dispostos no Quadro 9:

Quadro 9 - Indicadores Abrigo e Qualidade Ambiental

Indicadores	Abrigo (87,33) 84º	Qualidade Ambiental (79,44) 38º
Aspectos analisados	Mortes atribuíveis à poluição do ar doméstica	Mortes atribuíveis à poluição do ar exterior
	Insatisfação com a acessibilidade da habitação	Mortes por exposição ao chumbo
	Acesso à eletricidade	Poluição por partículas
	Uso de combustíveis limpos e tecnologia para cozinhar.	Proteção de espécies

Fonte: Social Progress Imperative 2021. Adaptado pela autora 2022.

Mesmo diante da ausência de dados referentes a algumas localidades sergipanas, é possível a partir da referência ao Estado de Sergipe entender que, por este encontrar-se em posições desfavoráveis, no *ranking* de diversos indicadores nacionais, isso é reflexo da junção de municípios que compõe o Estado e que também se encontra em condições precárias em seus indicadores.

A análise feita dos indicadores com base no índice de Progresso Social foi esclarecedora para entender o porquê de Sergipe e seus Municípios obterem posições insatisfatórias nos *rankings*. O quadro 15 (Apêndice 9) deste trabalho, é capaz de refletir a capacidade que os municípios sergipanos têm de atingirem seus objetivos. Por meio da escala de cores é perceptível que devido a quantidade de itens vermelhos, amarelos e laranjas o quão longe de atingir os objetivos os municípios sergipanos estão (atingir a cor verde).

Com base nos dados trazidos nesta pesquisa percebe-se que o contexto local de desenvolvimento é caracterizado por aspectos que não trazem perspectiva social e de desenvolvimento para as localidades analisadas, o que demanda políticas que sejam direcionadas para o indivíduo, tomando como base suas necessidades no sentido micro e não somente a análise da sociedade como um todo e suas formas de desenvolvimento geral. Pelos

dados acessados, percebe-se que as localidades, encontram-se com baixos índices de desenvolvimento de acordo com os dados expostos relacionados a cada indicador.

5 DISCUSSÃO

Por meio de buscas nos sites oficiais dos Órgãos estaduais e municipais sergipanos foram feitas pesquisas e no decorrer constatou-se que não havia uma organização específica em torno dos dados que os órgãos dispunham aos cidadãos. Isso impede que uma análise mais apurada seja capaz de diagnosticar problemas que quando solucionados precocemente ajudam a sociedade na qualidade de vida que o Estado pode oferecer, uma vez que o crescimento para ser duradouro é necessária a redução da desigualdade (STIGLITZ, 2016). O Acesso às Informações está legalmente amparado pela Lei Federal de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011) que impõe uma gestão transparente e com amplo acesso garantindo a divulgação dos dados a todos.

Devido ao pouco quantitativo de políticas públicas de inovação encontradas nos sites oficiais e a ausência de informações específicas sobre isso, alguns poucos veículos trazem informações em relação a esses aspectos para o estado de Sergipe (as políticas do Estado foram encontradas no site da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe), e assim foi possível trazer um perfil mais amplo da região estudada neste trabalho contextualizando as informações coletadas e traçando um cenário que o Estado de Sergipe ocupa no país. Para Hospers (2015), o Estado deve lançar mão da abordagem dinâmica e promover mudanças com elementos contextualizados de cada região. A elevação do bem-estar social e o foco na melhoria da desigualdade ajuda a tentativa de eliminar bolsões de pobreza ao tornar a localidade mais autossuficiente e mais produtiva (HENREKSON, 2014; FAGERBERG, 2018).

As políticas encontradas possuíam objetivos claros, porém não eram profundamente ligados a políticas públicas de inovação, além de trazer um direcionamento financeiro que de acordo com Lundvall (2017) e Nijkamp (2021), impede de acrescentar melhorias e desenvolvimento através de uma qualidade a partir dessas políticas ao serem implantadas. Não é somente a inovação, as políticas públicas e o desenvolvimento que são capazes de propor um avanço social, econômico e político, mas sim todo o funcionamento e a estrutura que rege cada localidade e assim evidenciará vários fatores que irão desmistificar e resultar no desenvolvimento, ou seja, não é somente através de um único fator que isso acontecerá (LUNDVALL, 2017; NIJKAMP, 2021).

A partir das entrevistas feitas aos Gestores Estaduais percebeu-se que existe uma cultura mais voltada à normatização. Esta análise reforçou a importância da administração

pública e todos os caminhos que foram explorados evidenciam um caminho longo que ainda precisa ser percorrido. Os avanços ainda não conseguiram acompanhar o desenvolvimento necessário para determinadas localidades e segundo Janssen *et al.* (2021), pode ser excessivamente otimista considerar que algumas políticas serão capazes de ser uma resposta a todos os desafios sociais. Bases estruturais são extremamente necessárias e a inclinação ao conhecimento do todo precisa ser avaliado, segundo Kuittinen *et al.* (2018) vários países começaram a vincular pesquisa e inovação a metas ambiciosas para temas sociais.

A pesquisa lançou mão dos indicadores sugeridos pelo *Social Imperative Progress* e verificou-se regiões com situações bastante precárias, ou seja, são ofertadas políticas com pilar econômico que favorece grandes empresas com pouquíssimas políticas capazes de envolver o indivíduo, aumentando assim a quantidade de regiões que são desfavorecidas, pois essas políticas com foco financeiro não são capazes de agir na raiz dos problemas sociais. Dessa forma, os propósitos de desenvolvimento das políticas não conversam com o contexto local de forma que as políticas não se tornam adequadas e com isso se estabelece um choque capaz de gerar mais desigualdade e a consequência são regiões atrasadas (SILVA, DI SERIO, 2022).

Essas políticas encontradas mostraram um cenário de políticas mal formuladas ou até mesmo a ausência delas que desconsideraram os aspectos sociais do desenvolvimento a partir do momento que focaram somente em aspectos econômicos ignorando a realidade da desigualdade e as necessidades individuais e que consequentemente gerarão mais pobreza (DEATON, 2017; SEN, 2010). A realidade é que as políticas que alcançam o sucesso atingem apenas uma minoria da população.

Com base na análise das políticas e seus elementos presentes, é possível perceber que as políticas não estavam focadas nas categorias sugeridas pelo Índice de Progresso Social como: Necessidades Humanas Básicas; Oportunidades e Fundamentos de Bem-Estar. Estas categorias elencam aspectos com elementos ainda difíceis de conseguir identificar, por meio de métricas, pois normalmente as métricas tradicionais, as mais clássicas, abordam perspectivas diferentes, só que são perspectivas mais limitadas, justamente porque ela aborda os itens mais comuns e fáceis de serem encontrados como o estudo de Ribeiro e Jorge (2019) em “Avaliação da qualidade de vida municipal em Sergipe”. Neste estudo os autores abordam os indicadores predominantes no Instituto Brasileiro e Geográfico- IBGE e muitos dos indicadores do Índice de Progresso Social não são contemplados.

As três categorias citadas focam justamente na vida que o indivíduo deseja ter, é através do Enfoque das Capacidades que permite a liberdade de escolha do indivíduo, para que ele possa usufruir caso seja o desejo, das suas capacidades (SEN, 2010; CAPRIATI, 2021).

Essas categorias são interessantes e influenciam quando existe a ausência da abordagem por meio das políticas estudadas, porque pode ser trabalhado aspectos que podem auxiliar em pontos que ainda não estão tão bem resolvidos, como a individualidade e não apenas abarcar o macro da população como demonstraram as políticas. Apesar da Inovação Social ainda não possuir uma definição clara de todos os seus processos de inovação transformadora (BATISTA; CORREIA, 2021; FAGERBERG, 2018).

O Índice de Progresso Social envolve em seus indicadores medidas específicas em relação ao desenvolvimento do indivíduo e no tocante a isso, tais medidas poderiam auxiliar no serviço à população evitando danos que podem não ser reparados por um longo tempo, isso pode acontecer quando investimentos são negligenciados ou políticas públicas são deixadas de lado (DEATON, 2017; STIGLITZ, 2016).

A visão Utilitarista que as políticas apresentaram ao abordar aspectos econômicos, traz uma perspectiva diferente as sugeridas sob a ótica do Índice de Progresso Social no qual leva em consideração aspectos relacionados ao bem-estar e melhor qualidade de vida ao indivíduo. Para Diercks *et al.* (2019) e Haddad *et al.* (2022) é importante a análise por meio de outros indicadores que ajude nesse diagnóstico e na qualidade das informações para obter bons resultados nas ações finais.

De acordo com Sen (2010), a problemática em tratar as políticas somente de maneira utilitarista como aconteceu é que essas questões acabam sendo esbarradas, gerando ações que durante um determinado período torna a vida das pessoas um pouco mais confortável, mas não resolve necessariamente o problema. Essas pessoas, não conseguem enxergar dessa forma, como sendo uma necessidade que elas precisam resolver porque não possuem uma dimensão do próprio problema que existe. A adaptação das expectativas e decepções tendem a desempenhar um papel especialmente na perpetuação das desigualdades sociais (SEN, 2010).

O processo de construção dessas políticas tem que ocorrer em conjunto com a finalidade de fornecer melhor qualidade de vida e bem-estar ao indivíduo. Cabe aos Gestores responsáveis por escolhas, elaboração e aplicação dessas políticas alinharem o entendimento sobre as formas para abranger o sucesso.

O que ficou claro durante as entrevistas feitas aos gestores nessa pesquisa é que as Secretarias de Estado da Educação e a da Saúde estavam voltadas para a sociedade como um todo, atingindo o indivíduo em suas particularidades, porém as políticas criadas e efetivadas são construídas para a sociedade em geral com a finalidade de atingir o maior quantitativo da população, sem focar no indivíduo como ator principal. Já as políticas da Secretaria do Desenvolvimento Econômico de Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe - SEDETEC

apresentou uma visão utilitarista das políticas, no qual o importante são os atores que supostamente tem uma representação, um peso maior para a sociedade (como as grandes empresas), focando assim numa economia de fomento indireto, e dessa forma, foi demonstrado que ao trazer políticas e benefícios para essas grandes empresas, faz um maior sentido segundo o gestor, pois é quem vai exercer um peso maior na economia.

A ideia seria que essas políticas, se fossem relacionadas a inovação trariam condições melhores para a sociedade e também para o indivíduo e seria interessante fazer com que os Órgãos Públicos conversassem entre eles deixando de lado esse modelo linear de inovação que é o modelo que necessariamente uma determinada ação vai dar um resultado positivo para a sociedade em geral e não é interessante que seja assim, porque coloca a sociedade como agente passivo e não como agente ativo do processo e sem contar que exclui as necessidades individuais do cidadão ao desprezar indicadores sociais. A falta de contexto das políticas encontradas está diretamente ligada a muito dessa visão encontrada nos gestores públicos.

Porque é justamente isso, qual o grande problema? É que o índice de Progresso Social traz uma perspectiva diferente e o que os criadores do índice trazem como perspectiva é que se os formuladores de políticas seguissem esse índice, eles conseguiriam de fato gerar políticas que fossem mais adequadas ao contexto da população através do desenvolvimento tanto individual como local. O enfoque das capacidades não leva em consideração somente o tamanho do PIB, mas sim a distribuição, ou seja, eu tenho que ter uma sociedade mais igualitária. O que acontece é que no Utilitarismo econômico o que se considera é uma perspectiva de fato muito econômica e dessa forma vai haver desenvolvimento. No Enfoque das Capacidades se busca uma forma de desenvolvimento mais humana, uma perspectiva mais focada no indivíduo, na mudança, numa reestruturação social agindo na raiz do problema.

A questão do Índice de Progresso Social é que ele é uma perspectiva diferente e o que os criadores desse índice trazem como perspectiva é que se os formuladores de políticas seguissem esses indicadores do índice, eles conseguiriam de fato gerar políticas que fossem mais adequadas ao contexto da população e trazendo desenvolvimento tanto individual quanto local, alimentando assim a forma em relação ao que já existe deixando de fornecer apenas o básico para oferecer muito mais e com qualidade à população (MAZZUCATO; KATTEL; COLLINS, 2020).

Com a leitura das políticas percebeu-se que as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e bem-estar ainda é um cenário de pouco investimento e estrutura, além dos gestores municipais não participarem de maneira muito ativa e sem construção de um ambiente de convivência com os cidadãos não atendendo de forma adequada a perspectiva de

desenvolvimento humano (HADDAD *et al.* 2022). O ideal seria a construção de uma sociedade mais igualitária com a união de antigos e novos fatores através do enfoque das capacidades que não leva em consideração somente o tamanho do PIB, e sim sua distribuição além de uma forma de desenvolvimento com formato mais humano, uma mudança de perspectiva focada no indivíduo com propósito de gerar uma reestruturação social (SEN, 2010).

O que se percebeu foi que existe nas políticas voltadas para as localidades uma realidade de contribuição frágil e cada localidade possui uma base econômica, administrativa e política com bastante desgaste de forma que essa ausência de interatividade não permite um crescimento voltado para um avanço local com desenvolvimento e que resulte numa melhoria da qualidade de vida desta população, segundo Kuhlmann e Rip (2018), isso dificulta e compromete a qualidade do processo.

As políticas estaduais e federais encontradas apresentavam características como uma espécie de réplicas das desenvolvidas pelos Órgãos Federais. De acordo com Deaton (2017), as réplicas de políticas bem-sucedidas tornam-se malsucedida em uma determinada localidade transformando-se em fracasso em outra, justamente porque não foi considerado o contexto em torno dela. Segundo Archibugi (2017), esta política torna-se inútil fora do contexto. Durante as entrevistas, foi citado por parte dos entrevistados essa dificuldade em aplicar programas federais no estado e nos municípios por estarem, por vezes, destoantes da realidade e do contexto em Sergipe. Dessa forma, os gestores demonstraram em suas respostas o desejo de ter maior autonomia na aplicabilidade dessas políticas, visto que muitos programas são desenvolvidos e replicados de forma que não aceitem adaptações regionais.

É visível e conclusivo que o crescimento das desigualdades não é de origem tecnológica, mas sim sociopolítica (LUDVALL, 2017; DEATON, 2017). Os autores são precisos ao elencar fatores sociais e de saúde pública de pessoas, por exemplo, que morrem por doenças que não teria o mesmo destino se tivesse nascido em localidades mais desenvolvidas. Dessa forma, para um desenvolvimento social e econômico é necessário que sejam feitos investimentos para garantir que a precarização humana não se torne fator relevante para que ocorra o desenvolvimento (BOON; EDLER, 2018; CAPRIATI, 2021).

E é nesse sentido que a construção de melhorias dessas políticas concomitantemente a todos os processos citados se torna essencial para o desenvolvimento de uma localidade. Se uma sociedade é economicamente livre, os indivíduos também possuem liberdade para realizar suas escolhas no trabalho, produzir, consumir, investir da maneira que escolherem. Ainda com passos tímidos do quanto à liberdade individual e econômica necessita avançar na esfera política, social e econômica (SEN, 2010).

O foco do estudo foi na política de fomento direto, mais focada na base da pirâmide, dos quais destacam-se as pessoas menos favorecidas, empresas menores, por exemplo. Dessa forma foi constituído um propósito de desenvolvimento direcionado para esse nicho da população que são os contemplados pelos altos índices de desigualdade. E segundo a análise do estudo, justamente o que predomina é o olhar utilitarista no qual o que será considerado é justamente a visão e a perspectiva muito econômica e muito genérica dos fatos prevalecendo sempre o aspecto financeiro.

Em geral, as políticas analisadas possuem aspectos em comum entre elas, não adequadas ao desenvolvimento local com foco no indivíduo, pois não entrega o produto que ele precisa, alinhado ao propósito de desenvolvimento que aquela localidade necessita e com os cuidados que deveriam ser oferecidos para que a qualidade e o bem-estar de fato se transformem em desenvolvimento social.

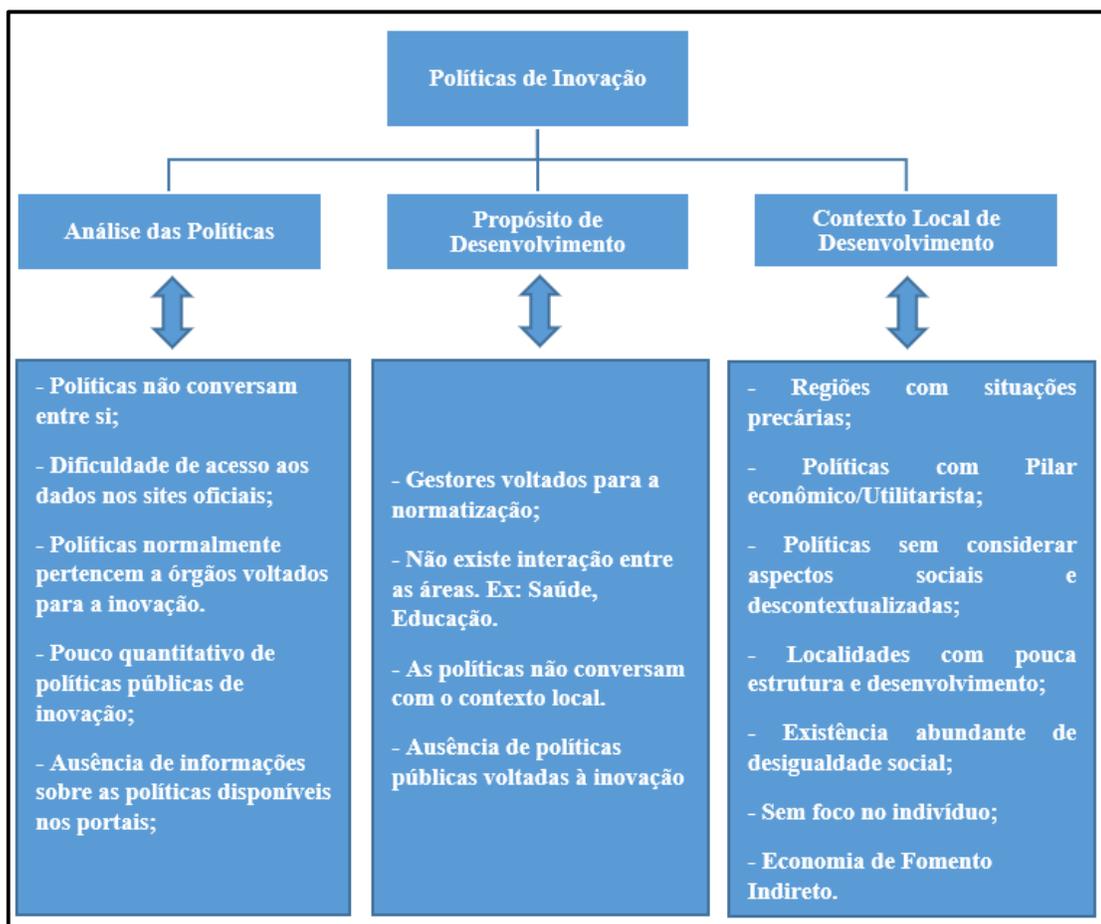
Com relação aos propósitos de desenvolvimento foi possível constatar que as políticas, por possuírem uma perspectiva econômica focava mais em toda a população e suas melhorias, a perspectiva era global e a economia era de fomento indireto. De certa forma, isso termina por deixar de lado uma perspectiva mais focada no indivíduo, cuja distribuição e concentração de renda é mais valorizado pela maneira como é feita e quais elementos abarcam com foco no funcionamento social alcançando uma perspectiva mais local, a partir de uma economia de fomento direto, ou seja, as pessoas menos favorecidas, as pequenas empresas, acabam recebendo maior atenção e visibilidade.

No decorrer da pesquisa aos sítios oficiais e através das entrevistas feitas neste trabalho aos gestores, foi constatado que não existe entre as áreas ofertantes de políticas uma intercessão capaz de dialogar e trazer benefícios por meio dessa junção que agregue a estas políticas um somatório de qualitativas ações capazes de abarcar um grupo maior de pessoas ou que traga benefícios ao indivíduo. Foi diagnosticado que as áreas não se conversam e com isso as políticas públicas estaduais perdem a oportunidade de oferecer ações conjugadas com maior precisão das necessidades dessas localidades.

Portanto, ao compreender se as políticas são adequadas ao desenvolvimento de localidade pouco desenvolvidas no Estado e municípios sergipanos, constatou-se que não. Ainda demorará um tempo para que esse objetivo seja alcançado, pois para que esse objetivo seja conquistado, os desafios sociais precisam ser adicionados às políticas, identificando os problemas essenciais para a humanidade e direcionando de forma mais profunda em direção ao indivíduo (MAZZUCATO, 2014; DIERCKS; LARSEN; STEWARD, 2019). As implicações

geradas serão menos desigualdades e políticas mais adequadas ao contexto de cada localidade com melhores desempenhos e direcionamentos.

Figura 8 - Síntese dos Achados da Pesquisa



Fonte: Elaboração da autora (2022).

As sínteses dos achados da pesquisa foram expostas na Figura 8, com o intuito de instituir um breve panorama da pesquisa e o que foi diagnosticado durante ela. Dessa forma, é possível perceber a realidade que foi encontrada e as limitações apresentadas durante este trabalho, corroborando com as informações apresentadas nas seções anteriores.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender se as políticas públicas de inovação são adequadas ao desenvolvimento de localidades pouco desenvolvidas. Para tanto, a pesquisa possuiu natureza qualitativa de caráter descritivo e como método de pesquisa foi abordado um estudo documental com entrevistas no qual a técnica utilizada foi a análise de conteúdo de Bardin.

Quanto às questões levantadas considera-se atingido o objetivo, pois as características das políticas públicas de inovação foram traçadas, os propósitos de desenvolvimento das políticas foram levantados e o contexto das localidades foram analisadas.

As políticas públicas de inovação levantadas através desta pesquisa demonstraram uma ausência de ligação com a inovação, apesar de possuir o nome em suas políticas. Este trabalho poderá ser utilizado como uma orientação do que deveria ser feito em termos de políticas, visto que não são de fato apresentadas à população, não são relacionadas entre elas e foi necessário entender o porquê dessas políticas não serem articuladas.

Foi possível verificar também que a situação das macrorregiões é muito precária, ou seja, existem políticas que tem um pilar econômico que favorece grandes empresas e que pouquíssimas políticas que envolvem o indivíduo e por outro lado existe as macrorregiões que são desfavorecidas.

Observou-se por meio das entrevistas aplicadas que durante o processo de gestação das políticas até a sua aplicabilidade não existe uma conversa entre os Órgãos Públicos Estaduais e Municipais. Então, os propósitos de desenvolvimento das políticas, elas não conversam com o contexto local tornando-se muitas vezes inadequadas a determinada localidade, existindo assim um choque entre as políticas e a realidade. Dessa forma, as políticas apresentam características focadas na saúde, educação e renda, não existindo um somatório com outros indicadores como: necessidades humanas básicas, oportunidades e fundamentos de bem-estar. Foi possível verificar que há um propósito de desenvolvimento de forma que não condiz com o contexto local de desenvolvimento que são as macrorregiões atrasadas, por exemplo.

Assim, as políticas analisadas, são voltadas para a sociedade em geral, com foco no pilar financeiro. Porém, caso fossem relacionadas à inovação e suas perspectivas sociais, serviriam para que a sociedade, por meio de diagnóstico e direcionamento desses programas, recebesse mais qualidade, bem-estar e desenvolvimento e teria mais chances de promover

políticas mais adequadas ao contexto da sua localidade e conseqüentemente obter desempenhos mais satisfatórios.

O reflexo destes dados é apresentado na pesquisa por meio de posições ocupadas por Sergipe e seus Municípios que têm oscilado em *rankings* de indicadores socioeconômicos, perdendo e ganhando posições de maneira que o perdendo tem prevalecido na maioria das vezes, permitindo assim que o Estado se encontre fragilizado. A consequência da falta de políticas públicas em inovação adequadas reflete na resolução dos problemas e justifica essas posições que o Estado tem ocupado. Sergipe no *Ranking* dos Estados de acordo com o IBGE (2020), chegou em 2017 a ocupar o último lugar (27º) no *ranking* de Competitividade dos Estados Brasileiros. Evoluindo discretamente, o Estado passou para 25ª posição em 2018; 22ª em 2019 e 2020 e em 2021 perdeu uma posição, ocupando no momento o 23º lugar.

As políticas públicas de inovação não se mostraram adequadas ao desenvolvimento das localidades pouco desenvolvidas nos municípios e Estado de Sergipe. Foram analisadas oito políticas demonstrando a pouca oferta e escassez de políticas de inovação nas localidades estudadas. Esse número é capaz de auxiliar no entendimento de como a inovação (ou a falta dela) influencia em municípios com pouco desenvolvimento econômico e social com inúmeros problemas a serem resolvidos.

A falta dessas políticas em inovação adequadas, apenas demonstra a falta de articulação entre os Órgãos Municipais e Estaduais na tratativa desses problemas que assolam a população como: educação e saúde precária, pobreza, fome, igualdade de gênero, saneamento básico, direitos individuais e coletivos, que foram itens destacados neste estudo.

As limitações da pesquisa giraram em torno da indisponibilidade de dados pesquisados, influenciando diretamente no resultado da pesquisa, tornando inviável a construção de um perfil mais polido e próximo da realidade dos municípios sergipanos. Não havia uma organização específica em torno dos dados disponíveis aos cidadãos referentes a cada órgão, comprometendo o diagnóstico precoce dos problemas e conseqüentemente a sua capacidade de resolução, dissolução e erradicação por meio de soluções ágeis capazes de contornar os problemas apresentados por determinada localidade.

A partir da análise no site do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, ao fazer a avaliação das cidades por meio dos 17 indicadores, não foi possível cobrir todas as dimensões dos objetivos desejados por falta de dados nas fontes públicas oficiais, assim como o ano de referência nem sempre estava atualizado deixando essa lacuna na avaliação do Site. A falta dessas informações e a intempestividade foram fatores importantes para a realidade das informações apresentadas nesta pesquisa.

Acredita-se que a formulação e aplicabilidade das políticas na região do Estado de Sergipe carece de investimento, não apenas financeiro, mas também em sua rede de apoio ao identificar as reais necessidades da população durante o processo de elaboração. Isso ficou claro durante a pesquisa aos sites municipais e estadual e às entrevistas feitas aos Órgãos competentes do Estado. Ou seja, a ausência de qualidade dessas políticas em formação são um empecilho para o desenvolvimento econômico e social para o alcance de integração e melhores resultados. Ao identificar essas características no estado de Sergipe, o trabalho contribui para que outros Estados e Municípios sejam avaliados e pesquisados como forma de se traçar um diagnóstico e que a identificação de falhas seja a florada, estimulando a inovação rumo aos avanços almejados para melhor qualidade de vida e bem-estar do indivíduo. Para isso, a análise da situação e do contexto de cada localidade precisa ser estudada.

Com o intuito de contribuir para a pesquisa e o desenvolvimento acerca do tema estudado em políticas públicas de inovação sugestões serão feitas aos formuladores e pesquisadores dessas políticas.

Para os formuladores de políticas públicas sugere-se: 1. Abordar o contexto local ante à formulação da política de inovação; 2. Inserir a inovação nos planos e estratégias de desenvolvimento econômico e social das políticas; 3. Considerar as pequenas empresas como potencial de sucesso para localidades pouco desenvolvidas, não olhando apenas para as grandes empresas; 4. Analisar sobre qual contexto local se enquadra as políticas a serem formuladas e implementadas; 5. Explicitar todas as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação; 6. Implementar uma forma de unificar todas as informações relacionadas às políticas em geral, ativas ou descontinuadas, com todas as informações descritas sobre elas para conhecimento da sociedade; 7. Detalhar em sítios oficiais todas as informações sugeridas desde a implementação, o contexto local, as informações de acompanhamento, os objetivos, público-alvo e as métricas de avaliação; 8. Considerar além do apoio financeiro o técnico, o gerencial e o humano.

Considerando o caráter descritivo e qualitativo da pesquisa, sugere-se, portanto, estudos futuros em temas ligados à área de pesquisa, nesta mesma linha, para que somados a este estudo cada vez mais possa elucidar os fenômenos da inovação e das políticas públicas, complementando teorias e pressupostos metodológicos em diversas áreas do conhecimento como: 1. Questionar a adequação das políticas públicas de inovação desenvolvidas nos municípios e estado de Sergipe; 2. Investigar o papel do Estado de Sergipe e seus municípios para o desenvolvimento econômico e social do país; 3. Considerar o papel dos gestores municipais e estaduais na formulação das políticas públicas das localidades; 4. Investigar de que forma essas desigualdades interfere nas oportunidades (ou falta delas) do cidadão de

determinada localidade; 5. Considerar a influência do gestor público na atividade de inovação nos Órgãos Estaduais e Municipais; 6. Investigar como a falta de oportunidades e desigualdades afetam as empresas dessas localidades; 7. Investigar como a desigualdade de oportunidades afeta a atividade social dos indivíduos. Nesta pesquisa foram abordadas as políticas vigentes no estado de Sergipe e em seus Municípios; 8. Que as entrevistas sejam expandidas aos gestores de outros órgãos e aos usuários do serviço prestado, para fins de se coletar maiores informações sobre a qualidade das políticas oferecidas ao cidadão e a sociedade no contexto em que cada localidade vive; 9. Que trabalhos posteriores deem sequência a esta análise, fazendo um comparativo com o período analisado neste trabalho, para que seja acompanhado eventos futuros, sabendo-se assim se houve uma evolução ou um retrocesso. Contudo, não houve aprofundamento nas políticas anteriores ou descontinuadas. Segue então como sugestão final para uma pesquisa posterior.

A pesquisa teve como contribuição prática e teórica a análise das políticas e sua adequação ao cenário das localidades no Estado de Sergipe, lançando mão de direções que ajude no processo da melhor forma de construção das políticas públicas para o indivíduo social. Além, de alinhar o processo de construção ao de adequação dessas políticas. Os resultados apontam que a formulação dessas políticas necessita de inovação para que o desenvolvimento aconteça, evolua e seja capaz de gerar benefícios sociais.

Por fim, parece razoável ponderar os mecanismos de articulação, integração e coordenação especificados e definidos de tais políticas desde a sua concepção até a sua aplicabilidade para que se possa tentar reverter o cenário e ocorra a construção de estruturas que permitam a formulação e a aplicação de políticas públicas com maior concentração de satisfação e atuação a nível local para a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- Ação da cidadania. **Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida: doe agora**. Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br>. Acesso em: 8 de jun. de 2022.
- ALBUQUERQUE, M. V. *et al.* Desigualdades regionais na Saúde: mudanças observadas no Brasil de 2000 a 2016. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 4, p. 1055-1064, 2017.
- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, 2014.
- AMANKWAH-AMOA, J. The evolution of science, technology and innovation policies: a review of the ghanaiian experience. **Technological Forecasting and Social Change**, Elsevier, v. 110, p. 134-142, 2016.
- AMORIM, D.; RODRIGUES, L.; RODRIGUES, E. Censo demográfico deste ano será adiado após corte no orçamento. **Estadão**. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,censo-demografico-pode-ficar-para-2023-apos-novo-corte-no-orcamento,70003691006>. Acesso em: 16 de jun. de 2022.
- ARAÚJO, B. C. Políticas de apoio à inovação no Brasil: uma análise de sua evolução recente. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Rio de Janeiro, ago. 2012.
- ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. L. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Portugal, n. 83, p. 11-35, 2017.
- ARAUJO, P. Q. A inovação como estratégia de desenvolvimento econômico. **Revista Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 137-165, maio. 2019.
- ARBIX, G. Estratégias de inovação para o desenvolvimento. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 22, n.2, p. 167-185, nov. 2010.
- ARCHIBUGI, D. Blade runner economics: will innovation lead the economic recovery? **Research Policy**, Elsevier, v. 46, n. 3, p. 535-543, 2017.
- AREND, M.; CARIO, S. A. F.; ENDERLE, R. A. Instituições, inovações e desenvolvimento econômico. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 23, n.1, p. 110-133, nov. 2012.
- Atlas da Violência. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 25 de fev. de 2022.
- Atlas de desenvolvimento humano no Brasil. **Atlas Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 01 de mar. de 2022.
- AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 75-87, maio/ago. 2017.
- AVELLAR, A. P. Impacto das políticas de fomento à inovação no Brasil sobre o gasto em atividades inovativas e em atividades de P&D das empresas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 629-649, jul./set. 2009.
- BARBIERI, J. C. **Organizações inovadoras: estudos e casos brasileiros**. Fundação Getúlio Vargas, 2 ed. Rio de Janeiro, 2004. 158 p.
- BARDIN, L. **L'analyse de contenu**. Communication et languages, n. 35, p. 123-124, 1977.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2010.
- BAREGHEH, A.; ROWLEY, J.; SAMBROOK, S. Towards a multidisciplinary definition of innovation. **Management Decision**, v. 47, n. 8, p. 1323-1339, set. 2009.
- BATISTA, L. F., CORREIA, S. E. N. Capabilities approach to social innovation: a systematic review. **International Journal of Innovation**, São Paulo, p. 414-434, maio/ago. 2021.
- BELANDI, C. Quinze estados têm PIB acima da média nacional em 2018: Sergipe é o único em queda. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29447-quinze-estados-tem-pib-acima-da-media-nacional-em-2018-sergipe-e-o-unico-com-queda>. Acesso em 03 de maio 2022.
- BOON, W.; EDLER, J. Demand, challenges, and innovation. Making sense of new trends in innovation policy. **Science and Public Policy**, v. 45, n. 4, p. 435-447, fev. 2018.
- BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, p. 2, 4. trim., 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005. Dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica. **Diário Oficial da União**. Brasília, p. 1, 4. trim., 2005.
- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019.
- CAMPOS, A. L. S. de. Ciência, tecnologia e economia. **Economia da Inovação Tecnológica**. São Paulo: Hucitec - Ordem dos Economistas do Brasil, cap. 6, p. 137-167, jul. 2006.
- CAPRIATI, M. Capabilities, Innovation and Economic Growth in EU Regions. **Journal of Human Development and Capabilities**, Itália, p. 373-399, nov. 2021.
- CARVALHO, S. N. Avaliação de Programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, Brasil, v. 19, n. 1, p. 34-45, jan./mar. 2005.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. Sistemas de Inovação: Políticas e Perspectivas. **Parcerias Estratégicas**, Brasil, n. 8, p. 237-255, maio. 2000.
- CASTELLACCI, F. Innovation and the competitiveness of industries: comparing the mainstream and the evolutionary approaches. **Technological Forecasting and Social Change**, Noruega, v. 75, n. 7, p. 984-1006, set. 2008.
- Censo da Educação Superior no Brasil 2018. **INEP- Ministério da Educação**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2022.
- CLARK, A. M. The qualitative-quantitative debate: moving from positivism and confrontation to post-positivism and reconciliation. **Journal of Advanced Nursing**, v. 27, n. 6, p. 1242-1249, jun. 1998.
- CLP. **Ranking de Competitividade dos Estados Brasileiros**. Disponível em: <https://www.rankingdecompetitividade.org.br/>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

- CNI. **Confederação Nacional da Indústria**. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/>. Acesso em: 10 de out. de 2021.
- CNN. **Orcamento no Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/orcamento-proposto-pela-comissao-mista-do-orcamento-deixa-censo-2022-em-risco/>. Acesso em 09 de jul. de 2022.
- CONDE, M. V. F.; ARAÚJO-JORGE, T. C. de. Modelos e concepções de inovação: a transição de paradigmas, a reforma da C&T brasileira e as concepções de gestores de uma instituição pública de pesquisa em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasil, v. 8, n. 3, p. 727-741, 2003.
- COSTA, A. B. Teoria econômica e política de inovação. **Revista de Economia Contemporânea**, Brasil, v. 20, n. 2, p. 281-307, ago. 2016.
- COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003.
- COUTINHO, C. P. **Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática**. 1 ed. Coimbra: Almedina, 2011.
- CRELIER, C. Expectativa de vida dos brasileiros aumenta 3 meses e chega a 76,6 anos em 2019. **Agência de notícias**, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29505-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-3-meses-e-chega-a-76-6-anos-em-2019>. Acesso em: 22 de maio de 2022.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.
- CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Research design: qualitative, quantitative and mixed methods**. 5 th. Sage, 2018.
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. ERA-eletrônica, Fundação Getúlio Vargas, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002.
- DAFT, R. L. A Dual-Core Model of Organizational Innovation. **Academy Of Management Journal**, v. 21, n. 2, p. 193-210, jun. 1978.
- DAMANPOUR, F. Organizational Innovation: a meta-analysis of effects of determinants and moderators. **Academy of Management Journal**, v. 34, n. 3, p. 555-590, set. 1991.
- DEATON, A. **A grande saída: saúde, riqueza e as origens da desigualdade**. ed. 1, Rio de Janeiro, Brasil. 2017.
- DELEIDI, M.; MAZZUCATO, M. Directed innovation policies and the supermultiplier: an empirical assessment of mission-oriented policies in the US economy. **Research Policy**, v. 50, 2021.
- DIERCKS, G.; LARSEN, H.; STEWARD, F. Transformative innovation policy: addressing variety in an emerging policy paradigm. **Research Policy**, v. 50, ed. 2, p. 880-894, nov. 2019.
- DINIZ, C. C. **O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2001.

- DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research Policy**, v. 11, n. 3, p. 147-162, 1982.
- DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor - práticas e princípios. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 23, n.3, p. 163-168, jul./set. 1987.
- EBNER, A. Schumpeterian theory and the sources of economic development: endogenous, evolutionary or entrepreneurial? **Capitalism and Democracy in the 21st Century**, Vienna, p. 13-16, jun. 2000.
- FAGERBERG, J. Mobilizing innovation for sustainability transitions: a comment on transformative innovation policy. **Research Policy**, v. 47, n. 9, p. 1568-1576, nov. 2018.
- FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 813-836, maio/jun. 2011.
- FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.
- FEITOSA, C. O. A importância da inovação para o desenvolvimento econômico local. **Economia política do desenvolvimento**, v. 4, n. 12, p. 29-50, set./dez. 2011.
- FERRANNINI, A. *et al.* Industrial policy for sustainable human development in the post-Covid 19 era. **World Development**, v. 137, jan. 2021.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREEMAN, Christopher. Inovação e ciclos longos de desenvolvimento econômico. **Ensaio FEE**, v. 5, n. 1, p. 5-20, 1984.
- FREEMAN, C. The greening of technology and models of innovation. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 53, n. 1. p. 27-39, 1996.
- Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe. **Fapitec**, 2022. Disponível em: <https://fapitec.se.gov.br/>. Acesso em: 15 de abr. de 2022.
- GHOSH, B. *et al.* Transformative outcomes: assessing and reorienting experimentation with transformative innovation policy. **Science and Public Policy**, v. 48, p. 739-756, jul. 2021.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIULIANI, E. Regulating global capitalism amid rampant corporate wrongdoing – Reply to “Three frames for innovation policy”. **Research Policy**, v. 47, n. 9, p. 1577-1582, nov. 2018.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995.
- GURGEL, C.; JUSTEN, A. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 2, p. 357-378, mar./abr. 2013.
- HADDAD, C. R. *et al.* Transformative innovation policy: a systematic review. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 43, p. 14-40, jun. 2022.
- HAMEL, G. **The Future of Management**. Boston: Harvard Business School Pub, 2007.
- HEIDEMANN, F. G; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília UNB, 2009.
- HENREKSON, M. Entrepreneurship, innovation, and human flourishing. **Small Business Economics**, v. 43, n. 3, p. 511-528, out. 2014.

HOSPERS, Gert-Jan. Joseph Schumpeter and his legacy in innovation studies. **Know ledge, Technology & Policy**, v. 18, n. 3, p. 20-37, set. 2005.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Um em cada cinco brasileiros mora em habitação precária. CNM. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/pesquisa-ibge-um-em-cada-cinco-brasileiros-mora-em-habitacao-precaria>. Acesso em: 19 de fev. de 2022.

IMD. **The IMD World Competitiveness Ranking**. Disponível em: <https://worldcompetitiveness.imd.org/rankings/wcy>. Acesso em: 5 de jun. de 2021.

Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/rankings> acesso em 23 de março de 2022. Acesso em: 30 de jun. de 2022.

JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002.

JANSSEN, M. J.; TORRENS, J.; WESSELING, J. H.; WANZENBOCK, I. The promises and premises of mission-oriented innovation policy – A reflection and ways forward. **Science and Public Policy**, v. 48, n. 3, p. 438-444, jun. 2021.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, jan./abr. 2009.

KLINE, S. J., ROSENBERG, N. An overview of innovation. **In Studies On Science and And The Innovation Process: Selected Works of Nathan Rosenberg**, p. 173-203, 1986.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Atas- Investigação Qualitativa na Educação**, v. 2, set. 2015.

KUHLMANN, S.; RIP, A. Next-generation innovation policy and grand challenges. **Science and Public Policy**, v. 45, n. 4, p. 448-454, aug. 2018.

KUITTINEN, H. *et al.* Mission- Oriented research and Innovation: Inventory and characterisation of initiatives. **Research and Innovation**, ap. 2018.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A. **Construção do saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEDERER, M.; KREUTER, J. Organising the unthinkable in times of crises: will climate engineering become the weapon of last resort in the Antropocene. **Organization**, v. 25, n. 4, p. 472-490, feb. 2018.

Lei n 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1999; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p.1, 4. trim., 2011.

LOPES, D. P. T.; BARBOSA, A. C. Q. Inovação: conceitos, metodologias e aplicabilidade- Articulando um construto à formulação de políticas públicas – Uma reflexão sobre a Lei de

Inovação de Minas Gerais. **Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira**, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

LUNDVALL, Bengt-Ake. Is there a technological fix for the current global stagnation? A response to Daniele Archibugi, Blade runner economics: will innovation lead the economic recovery? **Research Policy**, v. 46, n. 3 p. 544-549, abr. 2017.

MANDÚ, M. J. S.; FERREIRA, L. R.; SANTOS, S. M. Análise comparativa do índice de desenvolvimento humano (IDH) e sua aplicabilidade nas políticas públicas. **Revista Dissertar**, v. 1, n. 35, fev. 2020.

Mapeamento de segurança alimentar e nutricional (MapaSAN). **GOV**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/participar-do-mapasan>. Acesso em: 2 de maio de 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo. Editora Atlas, 2003.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. de O. E. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

MARTINS, R. D'A.; CALDAS, E. de L. Visões do desenvolvimento local: uma análise comparada de experiências brasileiras. **Interações**, v. 10, n. 2, p. 207-218, jul./dez. 2009.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n.5, p. 51-59, set. 2002.

MAZZUCATO, M. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado**. São Paulo: Portfolio- Penguin, 2014.

MAZZUCATO, M.; KATTEL, R.; RYAN-COLLINS, J. Challenge- Driven innovation policy: towards a new policy toolkit. **Journal of Industry, Competition and Trade**, v. 20, n. 1, p. 421-437, jun. 2020.

MELLO, S. C. B. de; SÁ, M. G. de. Tecendo uma virtuosa “colcha de retalhos”: a constituição e interpretação de um *corpus* linguístico num estudo sobre reflexividade e articulação empreendedora. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 3, p.385-410, maio/jun. 2006.

Ministério da Cidadania. **GOV**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

MORAES, M. B. DE; CAMPOS, T. M.; LIMA, E. Modelos de desenvolvimento da inovação em pequenas e médias empresas no setor aeronáutico no Brasil e no Canadá. **Gestão & Produção**, n. 26, v. 1, 2019.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das Políticas Públicas**. Editora da Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2002.

NARAYAN, D. Voices of the poor. Can anyone hear us? Washington, D. C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

NELSON, R. R. Economic development from the perspective of evolutionary economic theory. **Oxford Development Studies**, v. 36, n. 1, p. 9-21, mar. 2008.

NEUMAN, W. L. Social research methods: qualitative and quantitative approaches. **Teaching Sociology**, v. 30, n. 3, jan. 2014.

NIJKAMP, P. Borders as opportunities in the space-economy: towards a theory of enabling space. **Asia- Pacific Journal of Regional Science**, n. 5, p. 223-239, feb. 2021.

Observatório de Sergipe. **Observatório**, 2022. Disponível em: <https://www.observatorio.se.gov.br/app/anuarioestatistico?categoria=qualidade-de-vida>. Acesso em: 25 de mar. de 2022.

OCDE. **Manual de Oslo**. 3º ed. FINEP/OECD, 2005.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Technology and Economy: The Key Relationships*, OCDE, Paris, 1992.

OECD - **Organization for Economic Co-Operation and Development. Promoting innovation in services**. Paris: OECD, 2018.

OLEA, P. M. **El Sector Sanitario Público de Catalunya como Sistema de Innovación**. Universitat Politècnica de Catalunya, UPC, Espanha. 2001.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Instituto Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania da FGV-EAESP. 2001.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes. 2007.

PACHECO, C. A. O financiamento do gasto em P&D do setor privado no Brasil e o perfil dos incentivos governamentais para P&D. **Revista USP**, São Paulo, n. 89, mar./maio, 2011.

PACHECO, C. A.; ALMEIDA, J. G. A Política de inovação. **Instituto de Economia/ UNICAMP-Campinas**, n. 219, maio. 2013.

PALMA, J. G. Behind the seven veils of inequality. What If it's all about the Struggle within just one Half of the population over just one Half of the national in come? **Development and Change**, vol. 50, n. 5, p. 1133-1213, jul. 2019.

PETERS, B. G. **American Public Policy: promise and performance**. USA: Macmillan, 1986.

PFOTENHAUER, S. M.; JUHL, J.; AARDEN, E. Challenging the “deficit model” of innovation: framing policy issues under the innovation imperative. **Research Policy**, v. 48, n. 4, p. 895-904, maio. 2019.

PORTAL FGV. **Pobreza e desigualdade aumentam nos últimos 4 anos no Brasil, revela estudo**. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pobreza-e-desigualdade-aumentaram-ultimos-4-anos-brasil-revela-estudo>. Acesso em: 11 de ago. de 2022.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro, 1992.

PORTER, M. E. Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**, p. 77-90, nov./dec. 1998.

QUEIROZ, J. M. Desenvolvimento econômico, inovação e meio ambiente. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 6, n. 9, p. 143-170, jul./dez. 2011.

Relatório Atlas Brasil. **Ranking**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 2022.

RIBEIRO, L. C. S.; JORGE, M. A. Avaliação da qualidade de vida municipal em Sergipe. **Reflexões Econômicas**, v. 4, n.1, p. 100-116, jul. 2019.

- RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo. 1999.
- ROTHWELL, R. Towards the Fifth-Generation Innovation Process. **International Marketing Review**, v. 11, n. 1, p. 7-31, 1994.
- RUTTAN, V. W. Usher and Schumpeter on invention, innovation, and technological change. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 73, n. 4, p. 596-606, nov. 1959.
- SAÉNS, T. W.; GARCIA, C. E. **Ciência, inovação e gestão tecnológica**. Brasília: CNI/IEL/SENAI/ABIPTI, 2002.
- SANTOS, E. L. *et al.* Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, Ano 2, n. 1, p. 44-61, jul. 2012.
- SARFATI, G. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 1, p. 25-48, fev. 2013.
- SCHOT, J.; STEINMUELLER, W. E. Three frames for innovation policy: R&D, systems of innovation and transformative change. **Research Policy**, n. 47, p. 1554-1567, nov. 2018.
- SCHUMPETER, J. A. **Business cycles**, v. I. New York: McGraw Hill Books, 1939.
- SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. 3 ed. São Paulo, Abril Cultural.1982.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. São Paulo, 1988.
- SEBRAE – **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Políticas Públicas Conceitos e Práticas. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, v. 7, Série Políticas Públicas, 2008.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. 10 ed. São Paulo, 2010.
- SILVA, G.; DI SERIO, L. C.; BEZERRA, E. D. Public Policies on Innovation and Small Businesses in a Swinging Economy. **BAR- Brazilian Administration Review**, v. 16, n.3, p. 1-26, ago. 2019.
- SILVA, G.; DI SERIO, L. C. Inovação e Desenvolvimento: entre saídas e escapes. **Desenvolvimento em questão**, vol. 20, n. 58, 2022.
- Social Progress Imperative: **Index Action Impact**. Disponível em: <https://www.socialprogress.org/>. Acesso em: 20 de maio de 2022.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.
- SPERANCINI, J. H. B. S.; CAPP, J.; MACHADO, L. C. A necessidade de avaliação da política de fomento à inovação tecnológica no Brasil. **Multitemas**, Campo Grande, v. 23, n. 53, p. 103-128, jan./abr. 2018.
- STIGLITZ, J. E. **O Preço da Desigualdade**. Editora Bertrand, Lisboa, 2013.
- STIGLITZ, J. E. **O grande abismo: sociedades desiguais e o que podemos fazer sobre isso**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.
- SZAPIRO, M.; VARGAS, M. A.; CASSIOLATO, J. E. Avanços e limitações da política de inovação brasileira na última década: uma análise exploratória. **Revista Spacios**, v. 37, n. 5, nov. 2016.

- TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concertação social e governança a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 132-139, jan./mar. 2005.
- TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no local e na transformação da realidade. **Revista Políticas Públicas**. 2002.
- TETHER, B. What is innovation? Approaches to Distinguishing New Products and Processes from existing products and processes. **University of Manchester and UMIST**, 2003.
- TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Managing Innovation**. 3 ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2000.
- TIDD, J.; BESSANT, J. **Gestão da Inovação**. 5 ed. Porto Alegre, 2015.
- TIGRE, P. B. **Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil**. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- TOKARNIA, M. Um em cada quatro brasileiros não têm acesso à internet, mostra pesquisa. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 05 de mar. de 2022.
- TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento Básico 2022**. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/pt/estudos/ranking-do-saneamento/itb/ranking-do-saneamento-2022>. Acesso em: 17 de abril de 2022.
- TUSHMAN, M. L. Winning through innovation. **Strategy & Leadership**, Chicago, v. 25, n. 4, p. 14-19, jul./ago. 1997.
- VELHO, L. **Conceitos de Ciência e a Política científica, tecnologia e de inovação**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 26, p. 128-153, jan./abr. 2011.
- WANZENBÖCK, I.; FRENKEN, K. The subsidiarity principle in innovation policy for societal challenges. **Global Transitions**, v. 2, p. 51-59, 2020.
- YIN, R. K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: **Penso**, 2016.
- ZACCARELLI, L. M.; GODOY, A. S. Perspectivas do uso de diários nas pesquisas em organizações. **Caderno EBAPE.BR**, v. 8, n. 3, Rio de Janeiro, set. 2010.
- ZEHAVI, A.; BREZNITZ, D. Distribution sensitive innovation policies: conceptualization and empirical examples. **Research Policy**, v. 46, n. 1, p. 327-336, fev. 2017.
- ZUCOLOTO, G. F. Lei do bem: impactos nas atividades de P&D no Brasil. **Radar-Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Ipea**, v. 2, n. 1, p. 14-20, fev. 2010.

APÊNDICE 1 – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO 1

Quadro 10 - Formulário de Apresentação do Estado

Formulário de Classificação dos Contextos das Localidades	
Ano de criação	Ano de criação da localidade
Ano de emancipação	Ano de emancipação da localidade
Principais atividades econômicas	Atividades que contribuem para o desenvolvimento
Dados socioeconômicos do lugar	PIB, renda per capita, IDH e coeficiente de Gini e ofertas de serviços públicos
Dados socioeconômicos da população	Número de habitantes, taxa de desemprego, e escolaridade da população
Macrorregiões	Sertão Sergipano; Agreste Sergipano; Leste Sergipano.

Fonte: Adaptado dados IBGE; Site Observatório de Sergipe (2022).

APÊNDICE 2 – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO 2

Quadro 11 - Formulário de Classificação de Análise das Políticas

Formulário de Classificação de Análise das Políticas	
Número de políticas	Número de políticas
Nome da Política	Nome da política
Tipo de política	Plano, projeto, ação.
Ano de criação	Ano de criação
Objetivo	Objetivo da política
Órgão responsável	Órgão criador da política
Público-alvo	Indivíduo, sociedade e empresa.
Tipo de apoio	Incentivo à inovação regional e local; apoio às empresas locais; redução da desigualdade de oportunidades. Apoio financeiro, técnico, gerencial, humano.
Agente envolvido	Órgãos envolvidos
Contexto local	Características locais e regionais
Mecanismos de acompanhamento	Supervisão da execução das atividades para assegurar o cumprimento dos objetivos e a correção de eventuais problemas
Métrica de avaliação	Métricas diretas e métricas indiretas; clássicas e demais métricas

Fonte: Adaptado de Silva e Di Serio (2019).

APÊNDICE 3 – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO 3

Quadro 12 -Formulário de Classificação dos Propósitos de Desenvolvimento

Formulário de Classificação dos Propósitos de Desenvolvimento	
Utilitarismo Econômico	
Tamanho do bolo: PIB	PIB
Políticas com pilar econômico	Política social, econômica, ambiental
Foco na renda	Fonte de renda
Perspectiva global	Nível de enfoque alcançado
Economia de Fomento indireto	Tipo de apoio e origem de recursos
Enfoque das Capacidades	
Fatia do bolo: distribuição	Distribuição e concentração de renda
Mudança social	Crescimento de classes, bem-estar
Foco no funcionamento social	Assistência Social
Perspectiva local	Nível de enfoque alcançado
Economia de fomento direto	Tipo de apoio e origem de recursos

Fonte: Adaptado de Silva e Di Serio (2019).

APÊNDICE 4 – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO 4

Quadro 13 - Formulário de Classificação de Contexto Local de Desenvolvimento

Formulário de Classificação de Contexto Local de Desenvolvimento	
Água e Saneamento	Abastecimento de água e esgotamento
Moradia	Situação domiciliar
Segurança Pessoal	Segurança pessoal
Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Situação de saúde
Sustentabilidade dos Ecossistemas	Meio ambiente
Acesso ao Conhecimento Básico	Escolaridade
Saúde e Bem-estar	Qualidade de vida
Acesso à Informação e Comunicação	Disponibilidade de dados para a população
Tolerância e Inclusão	Inclusão Social
Direitos Individuais	Direito individual
Liberdade Individual	Liberdade individual
Acesso ao Conhecimento Superior	Educação continuada

Fonte: Social Progress Imperative (2020). Adaptado pela autora (2022).

APÊNDICE 5 – ROTEIRO DE PERGUNTAS AOS ENTREVISTADOS

Roteiro:

Bloco 1- Apresentação do entrevistado:

- 1- Qual função exerce no momento e a quanto tempo?
- 2- Qual a sua formação profissional? Possui ligação com o cargo que ocupa? Já teve outras experiências em cargos de gestão?

Bloco 2- Inovação

- 3- O que o (a) Sr. (a) entende por INOVAÇÃO?
- 4- Qual seria o papel da Inovação nos propósitos da pasta?
- 5- Qual o principal objetivo da pasta, qual o público-alvo?

Bloco 3- Políticas Públicas

- 6- Existe uma equipe específica para a formulação da Política Pública nessa Secretaria? De que forma as diretrizes dessas políticas públicas são negociadas e debatidas?
- 7- Como o Órgão se comunica e articula com os órgãos/ municípios envolvidos?
- 8- Caso tenha um indicativo de que replicam as políticas públicas federais ou nacionais: Existe a implementação e busca por criações de Políticas Públicas ou geralmente ocorre uma replicação de ações, políticas ou programas de esfera Federal?
- 9- Dependendo da resposta 8 ser positiva: A rede de parceiros ajuda/ afeta ou atrapalha de alguma forma?

Bloco 4: Processo Construtivo das Políticas

- 10- Quais os principais obstáculos ou desafios enfrentados no processo de construção dessas políticas? Em sua opinião, quais os maiores problemas na identificação das necessidades de cada localidade?
- 11- Você participa dessa fase de formulação? De que forma é a sua participação?
- 12- Qual o grau de prioridade ou preocupações estratégicas relevantes na fase de formulação dessas Políticas após a identificação de tais necessidades?
- 13- Em sua opinião, qual a maior dificuldade (fatores políticos, econômicos, sociais) na implementação de novas Políticas Públicas?
- 14- Em relação às políticas já existentes (ativas ou descontinuadas) como é feito esse ajuste de criação ou implementação das novas, ou até mesmo adaptações nas 'já existentes'?
- 15- Existe dificuldade financeira para essa elaboração? A burocracia inerente a instituições públicas brasileiras influencia nessas formulações de estratégias de programas, bem como sua implementação?

16- Sobre a qualidade, precisão de dados e das informações disponíveis: Por que é tão trabalhoso encontrar informações nos sites oficiais?

APÊNDICE 6 – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ATENÇÃO: ESTE É UM MODELO A SER ADAPTADO SEGUNDO AS NECESSIDADES DE CADA PROTOCOLO DE PESQUISA. LEMBRE-SE DE QUE O CONSENTIMENTO DEVE SER FEITO EM FORMA DE CONVITE, ESCLARECENDO DA MELHOR MANEIRA POSSÍVEL TODOS OS PROCEDIMENTOS E GARANTIAS RELATIVAS À PESQUISA. MAIS AINDA, O TERMO DEVE TER UMA LINGUAGEM ADEQUADA DE ACORDO COM O PÚBLICO A QUE SE DESTINA, BEM COMO SE ADAPTAR À REALIDADE DO TIPO DE ENTREVISTADO.

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo/pesquisa intitulado(a) _____, conduzida por [nome do pesquisador responsável]. Este estudo tem por objetivo [descreva aqui, com clareza, os objetivos da pesquisa].

Você foi selecionado(a) por [critério de seleção dos sujeitos do estudo, esclarecido de forma acessível]. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

[Explique e descreva, neste parágrafo, os possíveis riscos da participação no estudo, mesmo mínimos. Informe também que a participação não implicará em gastos para os participantes. Se pertinente, acrescente que eventuais despesas de participação (passagem, por exemplo) podem ser custeadas ou ressarcidas pela pesquisa]

Sua participação nesta pesquisa consistirá em [detalhe aqui a metodologia da pesquisa de forma adequada e compreensível ao público-alvo, incluindo local de realização das entrevistas, sua duração, quem as fará, quem estará presente, conteúdo das entrevistas, entre outras informações relevantes como, por exemplo, se haverá registro de áudio, de vídeo ou imagem].

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. [Caso haja necessidade, reforce as medidas de segurança para a manutenção do sigilo de participação].

O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos [ou instituições] participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento. Caso não se sinta esclarecido, o voluntário pode procurar o pesquisador responsável: [insira aqui nome, cargo, endereço postal, eletrônico e telefones pessoal e institucional do pesquisador responsável, de modo a facilitar a comunicação].

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Cidade e Estado, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a) [imprescindível]: _____

ATENÇÃO: Este é um modelo a ser adaptado segundo as necessidades de cada protocolo de pesquisa. Lembre-se de que o consentimento deve ser feito em forma de convite, esclarecendo da melhor maneira possível todos os procedimentos e garantias relativas à pesquisa. Mais ainda, o termo deve ter uma linguagem adequada de acordo com o público a que se destina, bem como se adaptar à realidade do tipo de entrevistado.

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo/pesquisa intitulado(a) _____, conduzida por [nome do pesquisador responsável]. Este estudo tem por objetivo [descreva aqui, com clareza, os objetivos da pesquisa].

Você foi selecionado(a) por [critério de seleção dos sujeitos do estudo, esclarecido de forma acessível]. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

[Explique e descreva, neste parágrafo, os possíveis riscos da participação no estudo, mesmo mínimos. Informe também que a participação não implicará em gastos para os participantes. Se pertinente, acrescente que eventuais despesas de participação (passagem, por exemplo) podem ser custeadas ou ressarcidas pela pesquisa]

Sua participação nesta pesquisa consistirá em [detalhe aqui a metodologia da pesquisa de forma adequada e compreensível ao público-alvo, incluindo local de realização das entrevistas, sua duração, quem as fará, quem estará presente, conteúdo das entrevistas, entre outras informações relevantes como, por exemplo, se haverá registro de áudio, de vídeo ou imagem].

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. [Caso haja necessidade, reforce as medidas de segurança para a manutenção do sigilo de participação].

O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos [ou instituições] participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento. Caso não se sinta esclarecido, o voluntário pode procurar o pesquisador responsável: [insira aqui nome, cargo, endereço postal, eletrônico e telefones pessoal e institucional do pesquisador responsável, de modo a facilitar a comunicação].

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

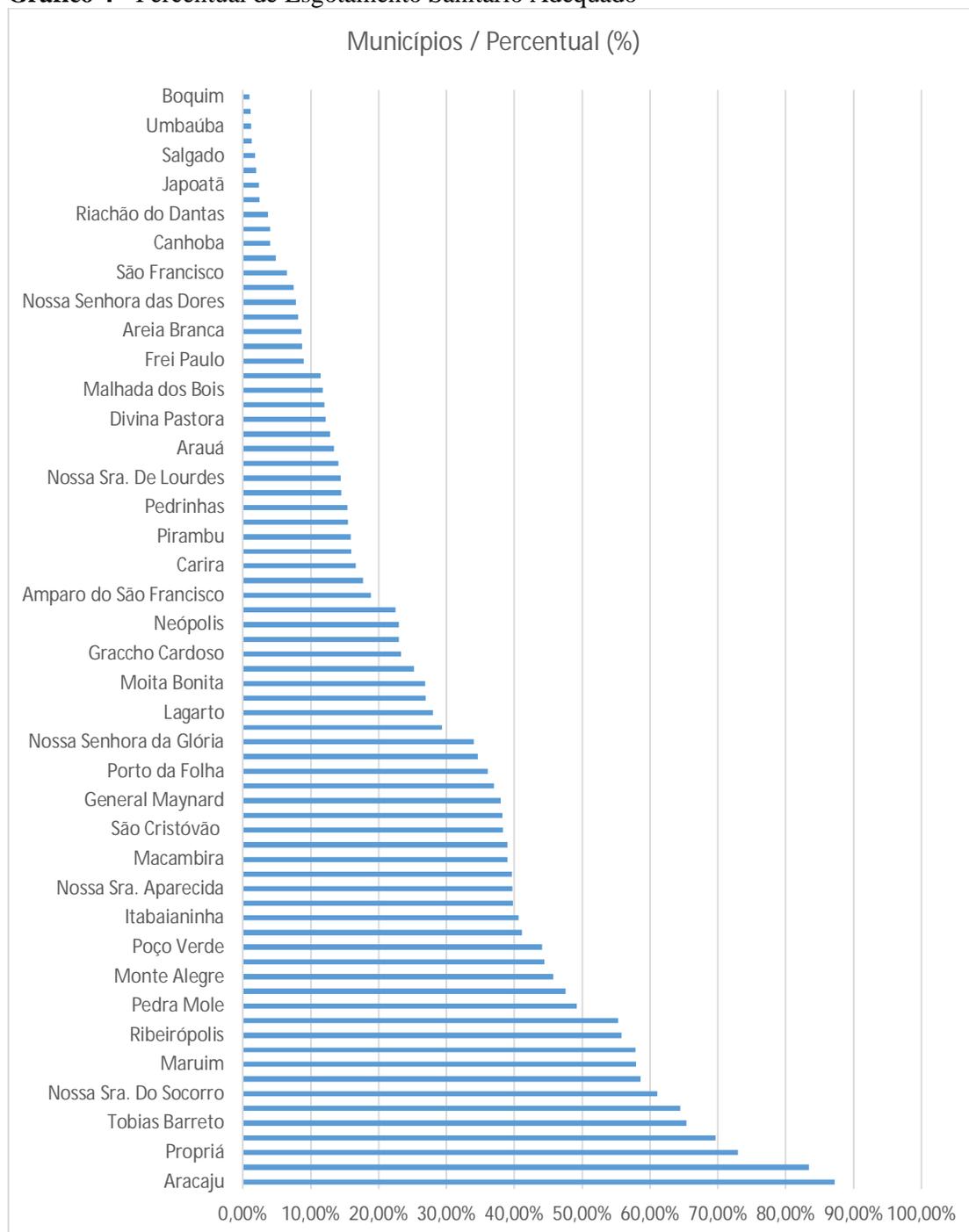
Cidade e Estado, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a) [imprescindível]: _____

APÊNDICE 7 – ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DE SERGIPE

Gráfico 4 - Percentual de Esgotamento Sanitário Adequado



Fonte: Dados do IBGE (2010). Adaptado pela autora (2022).

APÊNDICE 8 – IDEB – RESULTADOS E METAS

(continua)

Quadro 14 - IDEB - Resultados e Metas

MUNICÍPIO	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
AQUIDABÃ	1.6	2.9	3.3	3.6	3.8	4.0	4.1	4.1
ARACAJU	3.2	3.4	3.6	3.8	4.1	4.3	4.6	4.9
ARAUÁ	2.9	3.6	3.0	3.1	3.5	3.7	4.4	4.6
AREIA BRANCA	2.7	2.6	3.1	3.5	3.9	3.9	4.2	4.3
BARRA DOS COQUEIROS	2.8	2.8	3.3	3.7	3.6	3.7	4.1	4.1
BOQUIM	2.8	3.0	3.7	3.8	4.0	4.1	4.3	4.4
BREJO GRANDE	2.2	2.6	3.1	3.0	2.9	3.7	3.4	3.7
CAMPO DO BRITO	3.2	2.9	2.7	3.2	3.8	4.5	4.3	4.5
CANHOPA	1.7	3.4				4.0	5.0	4.1
CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	2.7	2.9	3.5	3.5	3.5	4.3	4.1	4.3
CAPELA	2.8	2.9	3.5	3.4	3.8	4.0	4.0	4.4
CARIRA	2.5	3.2	3.0	3.2	3.6	4.2	4.2	4.3
CARMÓPOLIS	2.7	3.1	3.2	4.1	4.1	4.1	4.2	4.4
CEDRO DE SÃO JOÃO		2.9	3.1	4.0	3.9	4.9	4.1	4.1
CRISTINÓPOLIS	2.2	3.1	3.5	3.6	4.0	4.5	4.3	4.5
CUMBE	2.8	3.6	3.7	3.6	3.9	3.7	3.8	3.8
DIVINA PASTORA	2.7	3.3		4.0	3.5	3.8	3.9	4.8
ESTÂNCIA	2.9	3.1	3.5	3.2	3.8	3.9	3.9	4.1
FEIRA NOVA	2.4	2.5	3.5	3.2	3.2	3.6	3.5	3.5
FREI PAULO	2.6	2.4	3.3	3.0	3.5	3.8	3.7	3.9
GARARU		3.4		3.4		4.0	4.1	4.4
GENERAL MAYNARD	2.2	2.7	3.0	2.6	3.1	3.4	3.6	3.9
GRACHO CARDOSO	1.8	3.1		4.2	4.2	4.0	5.1	4.4
ILHA DAS FLORES	2.5	2.9	3.1	3.0	3.2	4.2	3.6	4.0
INDIAROBA	2.3	2.7	3.4	3.6	4.0	3.8	4.2	3.7
ITABAIANA	2.7	3.3	3.6	3.7	3.9	4.4	4.6	4.6
ITABAIANINHA	2.6	3.0	3.3	3.3	3.7	4.1	4.9	5.7
ITABI	2.5	3.1	3.1	3.5	3.0	4.4	4.1	3.6
ITAPORANGA D'AJUDA	2.7	3.3	3.1	3.4	3.7	3.9	4.3	4.2
JAPARATUBA	2.4	3.2	3.7	3.7	3.6	4.3	4.9	4.9
JAPOATÃ	2.9	3.2	2.9	3.6	3.4	4.1	3.9	4.1
LAGARTO	3.0	3.4	3.7	4.1	4.5	4.6	4.4	4.9
LARANJEIRAS	2.6	2.9	3.1	3.6	3.8	3.7	3.8	4.0
MACAMBIRA	3.1	3.2	3.3	4.0	3.9	4.4	4.5	4.8

(continuação)

MUNICÍPIO	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
MALHADA DOS BOIS	2.5	3.1	3.6	3.7	4.0	4.2	4.2	5.0
MALHADOR	2.6	3.2	3.3	3.2	3.5	4.1	4.1	4.2
MARUIM	2.5	2.9	2.9	3.4	3.2	3.7	3.5	4.0
MOITA BONITA	2.8	3.3	3.6	3.6	4.1	4.0	4.2	4.3
MONTE ALEGRE DE SERGIPE	2.3	2.4	3.2	3.1	3.5	3.9	3.8	3.7
MURIBECA	2.6	2.8	3.1		3.9	4.0	3.7	4.3
NEÓPOLIS	2.6	3.3	3.6	3.7	4.0	4.3	3.8	4.6
NOSSA SENHORA APARECIDA	2.5	3.4	3.5	3.3	3.4	3.4	4.0	4.3
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	2.7	3.2	3.3	3.8	4.0	4.2	4.3	4.7
NOSSA SENHORA DAS DORES	3.0	3.1	3.1	3.5	3.2	4.2	4.2	4.1
NOSSA SENHORA DE LOURDES	2.8	3.3	3.1	3.7	3.7	3.8	4.1	4.2
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	3.1	3.3	3.6	4.0	4.0	4.2	4.6	5.0
PACATUBA	2.9	2.9	3.0	2.9	3.5	4.1	3.7	3.8
PEDRA MOLE		3.2	3.5			4.4	3.7	4.7
PEDRINHAS	2.4	2.5	2.8	3.6	3.2	3.6	3.8	3.8
PINHÃO	2.5	3.3	3.2	3.6	3.8	4.5	4.0	4.6
PIRAMBU	3.1	3.4	3.2	3.6	3.1	4.0	4.6	4.3
POÇO REDONDO	2.3	2.6	2.8	2.8	3.1	3.8	3.6	3.8
POÇO VERDE	3.1	3.6	3.8	3.8	4.4	4.5	4.9	5.2
PORTO DA FOLHA	2.4	2.2	3.1	3.3	4.1	3.9	3.5	4.0
PROPRIÁ	2.8	2.9	3.0	3.8	3.7	3.9	4.0	4.2
RIACHÃO DO DANTAS	2.3	2.8	3.0	3.6	3.7	3.5	4.0	4.3
RIACHUELO	2.4	3.0	3.2	3.4	4.1	3.6	3.8	4.0
RIBEIRÓPOLIS	2.7	3.4	3.8	3.9	3.6	4.0	4.3	4.5
ROSÁRIO DO CATETE	3.0	3.2	3.4	3.7	3.6	3.9	4.3	3.8
SALGADO	2.9	2.9	3.4	3.0	4.1	4.1	4.1	4.3
SANTA LUZIA DO ITANHY	2.2	2.6	3.5	3.4	3.7	3.1	3.9	3.9
SANTA ROSA DE LIMA	2.5	2.8	3.2	3.2	4.0	3.2	3.5	3.8
SANTANA DO SÃO FRANCISCO	2.4	3.0	3.4	3.3	2.9	3.9	3.9	3.8
SANTO AMARO DAS BROTAS	2.7	3.1	3.3	3.5	3.7	4.1	4.5	4.5
SÃO CRISTÓVÃO	3.0	3.1	3.4	3.4	3.4	3.9	4.1	5.1
SÃO DOMINGOS	2.7	2.8	3.1	3.3	3.7	4.1	4.7	4.5
SÃO FRANCISCO	2.7	2.9	3.7	4.1	4.0	3.9	4.2	4.4
SÃO MIGUEL DO ALEIXO	2.3	3.0	3.1	3.6		3.7	3.4	3.7

(conclusão)

MUNICÍPIO	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
SIMÃO DIAS	2.7	3.1	3.4	3.5	4.0	4.1	4.4	4.7
SIRIRI	2.5	3.0	3.2	3.2	3.2	3.8	4.0	4.6
TELHA		3.1	3.2	3.5	4.2		4.6	4.8
TOBIAS BARRETO	2.5	2.9	3.5	3.5	3.8	4.2	4.8	4.8
TOMAR DO GERU	2.3	3.0	3.2	3.9	3.7	3.8	4.6	4.8
UMBAÚBA	2.7	3.0	3.5	3.6	3.5	4.0	4.2	4.5

Fonte: Dados do INEP (2020). Adaptado pela autora (2022).

**APÊNDICE 9 – PROGRESSO DE DESENVOLVIMENTO POR ESCALA DE CORES
DE ACORDO COM A ODS DOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS**

Quadro 15 - Progresso de Desenvolvimento por escala de cores de acordo com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

Progresso de Desenvolvimento por escala de cores de acordo com a ODS dos Municípios sergipanos:																		
CIDADE	Classif. Geral	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17
1 Aracaju	1799																	
2 Camópolis	3900																	
3 Propriá	3368																	
4 Telha	3790																	
5 Tobias Barreto	3542																	
6 Barra dos Coqueiros	2979																	
7 Nossa Sra. Do Socorro	3968																	
8 Itabaiana	1823																	
9 Maruim	5199																	
10 Riachuelo	4930																	
11 Rbetrópolis	4323																	
12 Santana do São Francisco	4667																	
13 Pedra Mole	5129																	
14 Simão Dias	4412																	
15 Monte Alegre	5126																	
16 Canindé de São Francisco	4858																	
17 Poço Verde	3460																	
18 Poço Redondo	4869																	
19 Itabaianinha	4286																	
20 Rosário do Catete	4275																	
21 Nossa Sra. Aparecida	4083																	
22 Cedro de São João	4788																	
23 Macambira	2857																	
24 Pinhão	4998																	
25 São Cristóvão	4087																	
26 São Miguel do Aleixo	4180																	
27 General Maynard	4496																	
28 Aquidabã	5234																	
29 Porto da Folha	5048																	
30 Laranjeiras	5006																	
31 Nossa Senhora da Glória	4377																	
32 Gararu	4822																	
33 Lagarto	3116																	
34 Siriní	4857																	
35 Moita Bonita	4279																	
36 Itabi	4590																	
37 Gracho Cardoso	4238																	
38 Feira Nova	5296																	
39 Neópolis	5160																	
40 Itaporanga D'Ajuda	4672																	
41 Amparo do São Francisco	4950																	
42 Estancia	3780																	
43 Carira	5077																	
44 Munbea	4997																	
45 Pirambu	4800																	
46 Campo do Brito	4794																	
47 Pedrinhas	3584																	
48 Santa Rosa de Lima	5236																	
49 Nossa Sra. De Lourdes	4927																	
50 Capela	5130																	
51 Arauá	4057																	
52 Santa Luzia do Itanhy	3745																	
53 Divina Pastora	4703																	
54 Cumbe	3189																	
55 Malhada dos Bois	4435																	
56 Ilha das Flores	4759																	
57 Frei Paulo	4592																	
58 Pacatuba	4736																	
59 Areia Branca	5061																	
60 Japarutuba	3869																	
61 Nossa Senhora das Dores	4722																	
62 Santo Amaro das Brotas	5401																	
63 São Francisco	4096																	
64 Tomar do Geru	5188																	
65 Canhoba	4398																	
66 Malhador	3259																	
67 Riachão do Dantas	3635																	
68 Indiaroba	3371																	
69 Japoatã	4254																	
70 Cristinápolis	4253																	
71 Salgado	4204																	
72 São Domingos	5284																	
73 Umbaúba	4231																	
74 Brejo Grande	5400																	
75 Boquim	3367																	

Página 1

Nº ODS	Índice
1	Erradicar a Pobreza
2	Erradicar a Fome
3	Saúde de Qualidade
4	Educação de Qualidade
5	Igualdade de Género
6	Água Potável e Saneamento
7	Energias Renováveis e Acessíveis
8	Trabalho Digno e Crescimento Económico
9	Indústria, Inovação e Infraestruturas
10	Reduzir as Desigualdades
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis
12	Produção e Consumo Sustentáveis
13	Ação Climática
14	Proteger a Vida Marinha
15	Proteger a Vida Terrestre
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes
17	Parcerias para a Implementação dos Objetivos
Legenda:	
	ODS atingido
	Há desafios
	Há desafios significativos
	Há Grandes Desafios
Fonte: Programa Cidades Sustentáveis (2022) Adaptação da autora (2022).	